



**Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios**

MPDFT

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/12/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou apenas 01 (uma) questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada. Em nosso material, trata-se da questão de número 82. Eventualmente, poderão surgir outras questões e você acompanhará tudo através do nosso blog.

<https://cj.estrategia.com/portal/concurso-mpdft-promotor/>

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MPDFT** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/11a6dd33-4382-4732-ae13-f3010f7263b7/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/7b4814e9-437b-4ed3-9cd8-cf4b19ee8649/>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

[Acesse aqui](#)



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contém sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROVA COMENTADA

QUESTÃO 01. Durante conflito ocorrido em um conjunto habitacional do Sol Nascente, Raimundo Conciliador às Avestas, após discussão acalorada com seu vizinho adolescente de 12 anos, arremessou uma ferramenta metálica que causou lesão corporal de natureza leve (art. 129, caput, do Código Penal). O Ministério Público ofereceu denúncia, recebida pelo Juizado Especial Criminal do Distrito Federal.

Na audiência preliminar, a vítima e seu representante legal manifestaram interesse em participar de procedimento de Justiça Restaurativa, afirmando que desejavam compreender a motivação do agressor e buscar medidas reparatórias, desde que supervisionadas por facilitador capacitado. O réu, inicialmente resistente, concordou em participar após receber esclarecimentos sobre o procedimento e suas condições.

O magistrado, então, determinou a remessa do caso ao Núcleo de Justiça Restaurativa do TJDF, autorizando a realização de círculo restaurativo. O Ministério Público, entretanto, ponderou que o processo já estava em fase avançada e que a submissão a o procedimento poderia violar o devido processo legal caso implicasse renúncia indevida à persecução penal.

Considerando os princípios da Justiça Restaurativa e a normativa que rege a sua aplicação âmbito do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) A Justiça Restaurativa só pode ser aplicada antes do oferecimento da denúncia, pois sua adoção após o recebimento da inicial acusatória violaria a obrigatoriedade da ação penal pública.
- b) A participação do réu em procedimento restaurativo implica admissão formal de culpa, o que impossibilita sua utilização quando houver contestação dos fatos.
- c) A Justiça Restaurativa pode ser implementada em qualquer fase do processo, desde que voluntária e com respeito às garantias processuais das partes, não implicando renúncia automática à persecução penal.
- d) A remessa ao Núcleo Restaurativo depende de anuência exclusiva do Ministério Público, já que o titular da ação penal deve autorizar qualquer mecanismo alternativo.
- e) A concordância entre vítima e agressor obriga o juiz a suspender o processo criminal, configurando efeito vinculante do acordo restaurativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre justiça restaurativa.

A alternativa A está incorreta. A justiça restaurativa pode ser implementada inclusive após a denúncia. CNJ. Res. 225/2016. Art. 1º, § 2º A aplicação de procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo convencional, devendo suas implicações ser consideradas, caso a caso, à luz do correspondente sistema processual e objetivando sempre as melhores soluções para as partes envolvidas e a comunidade.

A alternativa B está incorreta. A participação não implica admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial, conforme Res. 225/2016: “Art. 2º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade. § 1º Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, ainda que em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.”.

A alternativa C está correta. A justiça restaurativa poderá sim ser implementada em qualquer fase do processo, desde que seja voluntária. A Resolução que trata da matéria está prevista na Resolução nº 225 de 31 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Art. 1º, § 2º A aplicação de procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo convencional, devendo suas implicações ser consideradas, caso a caso, à luz do correspondente sistema processual e objetivando sempre as melhores soluções para as partes envolvidas e a comunidade. [...] Art. 2º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade. § 1º Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, ainda que em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial. § 2º É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo. § 3º Os participantes devem ser informados sobre o procedimento e sobre as possíveis consequências de sua participação, bem como do seu direito de solicitar orientação jurídica em qualquer estágio do procedimento. § 4º Todos os participantes deverão ser tratados de forma justa e digna, sendo assegurado o mútuo respeito entre as partes, as quais serão auxiliadas a construir, a partir da reflexão e da assunção de responsabilidades, uma solução cabível e eficaz visando sempre o futuro. § 5º O acordo decorrente do procedimento restaurativo deve ser formulado a partir da livre atuação e expressão da vontade de todos os participantes, e os seus termos, aceitos voluntariamente, conterão obrigações razoáveis e proporcionais, que respeitem a dignidade de todos os envolvidos.”.

A alternativa D está incorreta. Há outros legitimados para solicitar o atendimento restaurativo: CNJ. Res. 225/2016: Art. 7º. Para fins de atendimento restaurativo judicial das situações de que trata o caput do art. 1º desta Resolução, poderão ser encaminhados procedimentos e processos judiciais, em qualquer fase de sua tramitação, pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública, das partes, dos seus Advogados e dos Setores Técnicos de Psicologia e Serviço Social.”.

A alternativa E está incorreta. Não existe esta previsão na Resolução CNJ nº 225/2016.

QUESTÃO 02. Analise as assertivas seguintes e assinale a alternativa correta, de acordo com disposto no Código Penal, de Processo Penal e o entendimento dominante nos tribunais superiores:

a) Durante uma recepção oficial-na Embaixada do Canadá em Brasília, o Cidadão francês Lucien Socou agride o cidadão chileno Pedro Merlot, causando-lhe lesão corporal de natureza leve. A agressão ocorre dentro das dependências físicas da embaixada, ocasião em que a segurança local aciona a Polícia. Aplica-se a lei penal canadense, com base no princípio da territorialidade do Estado representado pela embaixada.

b) João Golaço na Prova, cidadão brasileiro, recém-aprovado em concurso público, viajou para a Argentina para comemorar. Após discutir com um torcedor de um time local, foi baleado e, gravemente ferido, conseguiu retornar ao Brasil, onde faleceu dois dias depois no Hospital de Base de Brasília. Considerando as regras de aplicação da lei penal no espaço previstas no Código Penal brasileiro, aplica-se ao caso a lei argentina, vigente no local dos fatos, em detrimento da lei brasileira.

c) Durante investigação conduzida pelo Ministério Público do Distrito Federal, Paulo Caneta-Leve foi denunciado pela prática de crime consumado, sem violência ou grave ameaça, consistente em apropriar-se de valores pertencentes à Fundação Cultural de Taguatinga, onde trabalhava como auxiliar administrativo. Dias (antes do recebimento da denúncia arrependido e temendo a responsabilização criminal, Paulo reparou integralmente o dano, mediante depósito voluntário em favor da instituição lesada. No julgamento da ação penal, já após o trânsito em julgado, o magistrado reconheceu a reparação voluntária do prejuízo e diminuiu a pena de Paulo em metade. Na hipótese, o instituto que possibilitou a diminuição da pena denomina-se arrependimento eficaz.

d) Em Brasília, Belarmino Verboso e Calímbrios Maledicente, agindo em concurso, divulgaram em uma rede social de grande alcance diversas afirmações ofensivas à reputação de Liligrace Honrada e Plácido de Bons-Costumes, imputando-lhes condutas desabonadoras. Diante dos fatos, Liligrace e Plácido ofereceram queixa crime por difamação (art. 139 do Código Penal) contra ambos os querelados. Eventual perdão concedido pelos querelantes em favor de Belarmino Verboso, aproveita a Calímbrios Maledicente, assim como eventual perdão concedido por Liligrace Honrada em favor de Belarmino Verboso e Calímbrios Maledicente, obsta o direito de Plácido de Bons-Costumes de prosseguir na ação penal privada contra os querelados, em face do princípio da indivisibilidade da ação penal privada.

e) Durante um arraial em Brazlândia, Tristão Alarmado, acreditando estar sendo alvo de um ataque injusto por parte de Gervásio do Mau-Jeito, imagina ver um brilho metálico na mão deste e, tomado pelo erro desfere golpes com um pedaço de madeira. Na realidade, Gervásio do Mau-Jeito apenas retirava do bolso uma chave de casa, sem qualquer intenção agressiva. Surpreso com a violência inesperada, e sem ter provocado a situação, Gervásio do Mau-Jeito reage de imediato, utilizando força moderada para se defender das investidas de Tristão Alarmado. O excesso doloso ou culposo cometido por Tristão Alarmado, ao agir em legítima defesa putativa contra Gervásio do Mau-Jeito, pode ser legitimamente repellido por Gervásio do Mau-Jeito mediante legítima defesa real, desde que sofra agressão atual e injusta derivada do erro Tristão Alarmado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre aplicação da lei penal.

A alternativa A está incorreta. A lei penal brasileira aplica-se ao crime perfeitamente, não havendo que se pensar acerca de imunidades diplomáticas, nos termos do art. 5º da CP: “Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.”

A alternativa B está incorreta. O crime praticado contra brasileiro no exterior poderá ser processado no Brasil (extraterritorialidade hipercondicionada), nos termos do art. 5º, §3º do CP: “ § 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese de arrependimento posterior (art. 15,CP).

A alternativa D está incorreta. A segunda afirmativa está incorreta. O perdão, na ação penal privada, é regido pelo princípio da indivisibilidade, nos termos do Art. 106, I, do CP: “Art. 106 - O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito: I - se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita;”

A alternativa E está correta. Tristão agiu em legítima defesa putativa (erro de tipo permissivo por erro sobre os pressupostos fáticos da excludente). Ele acreditava estar sendo agredido (erro sobre a realidade). No entanto, o ato de Tristão (golpes de madeira) é uma agressão real e injusta contra Gervásio. Já ao analisarmos a conduta de Gervásio, ao ser agredido injustamente por Tristão (que está em erro), tem o direito de reagir em legítima defesa real, usando moderadamente dos meios necessários para repelir a agressão atual e injusta de Tristão. Vejamos o que dispõe o Código Penal: “Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. § 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime. Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: II - em legítima defesa; Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”

QUESTÃO 03. A Divisão de Repressão à Corrupção do Distrito Federal concluiu investigação contra Veridiano Cifra-Suja, contador conhecido por estruturar operações de ocultação de ativos oriundos de crimes de corrupção passiva e peculato. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o denunciou por lavagem de dinheiro, (art. 1º da Lei 9.613/1998), em razão de ter ocultado R\$ 142.000.000,00 mediante múltiplas transferências fracionadas para contas de laranjas, com posterior conversão do dinheiro ilícito em criptoativos, dificultando o rastreamento.

Na sentença, ao fixar a pena-base, o juiz considerou desfavoráveis a culpabilidade, afirmando que a lavagem é "gravíssima para o Estado Democrático"; os antecedentes criminais do acusado, com base e em vários inquéritos policiais existentes contra Veridiano Cifra-Suja e uma condenação criminal pendente de recurso; e as consequências do crime, destacando a multiplicidade de operações bancárias e o fracionamento estruturado, com impacto concreto na ocultação. A defesa apelou exclusivamente, pleiteando a exclusão das três circunstâncias judiciais.

O Tribunal de Justiça do DF, ao julgar o recurso, afastou a culpabilidade, por fundamentação genérica; afastou os antecedentes, aplicando a Súmula 444/STJ; e corrigiu a classificação da circunstância judicial de consequência do crime para circunstância do crime, reforçando a sofisticação do modus operandi, com uso de anonimato em plataformas de negociação.

Ao redimensionar a pena-base, o relator reduziu proporcionalmente o acréscimo, considerando ainda essa última circunstância judicial.

A defesa alegou *reformatio in pejus* indireta, argumentando que o reforço de fundamentação agravou a situação do réu.

À luz da jurisprudência dominante no STJ, assinale a alternativa correta.

- a) Há *reformatio in pejus*, porque o Tribunal reforçou a fundamentação das circunstâncias do crime, aumentando implicitamente a gravidade do fato e violado o art. 617 do CPP.
- b) Há *reformatio in pejus*, pois, afastadas duas circunstâncias negativas, a pena-base necessariamente deve retornar ao mínimo legal, vedada qualquer valoração remanescente.
- c) Não há *reformatio in pejus*, porque o Tribunal pode valorar negativamente a culpabilidade mesmo retirando a negatificação da sentença, desde que apresente fundamentação nova.
- d) Não há *reformatio in pejus*, pois, segundo o STJ, é obrigatória a redução proporcional da pena-base quando circunstâncias negativas são afastadas; além disso, não configura *reformatio* o simples reforço de fundamentação para manter outra circunstância já tida como negativa na sentença, desde que sem agravar o quadro fático.
- e) Há *reformatio in pejus* indireta, pois a confirmação de circunstância negativa exige que o Tribunal mantenha exatamente a mesma fundamentação da sentença, sem qualquer acréscimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre *reformatio in pejus*.

A alternativa D está correta. A questão aborda o Tema 1214 do STJ: É obrigatória a redução proporcional da pena-base quando o Tribunal de segunda instância, em recurso exclusivo da defesa, afastar circunstância judicial negativa reconhecida na sentença. Todavia, não implicam *reformatio in pejus* a mera correção da classificação de um fato já valorado negativamente pela sentença para enquadrá-lo como outra circunstância judicial, nem o simples reforço de fundamentação para manter a valoração negativa de circunstância já reputada desfavorável na sentença. STJ. 3ª Seção. REsp 2.058.971-MG, REsp 2.058.976-MG e REsp 2.058.970-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgados em 28/8/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1214) (Info 827)

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorretas. Aqui prescinde de maior fundamentação em virtude de que todas são respondidas com a leitura da tese fixada pelo STJ acima.

QUESTÃO 04. Durante operação conjunta do Ministério Público do Distrito Federal e da Polícia Civil para desarticular furtos reiterados em áreas comerciais do Plano Piloto, Joãozinho USB, já condenado definitivamente duas vezes por furto qualificado (art. 155, § 4º, II e IV, do Código Penal) e uma vez por receptação (art. 180, caput, do Código Penal), foi novamente preso após subtrair diversos eletrônicos de uma loja no Setor Comercial Sul. Em interrogatório judicial, Joãozinho USB admitiu expressamente a prática do delito, descrevendo inclusive o modo de execução. Na sentença, o juiz reconheceu a confissão

espontânea (art. 65, III, "d", do Código Penal) e também a agravante da reincidência (art. 61, I, do Código Penal), destacando que o réu é multirreincidente por possuir mais de uma condenação definitiva anterior. Considerando a orientação jurisprudencial dominante dos tribunais superiores acerca da compensação entre agravante de reincidência e atenuante de confissão, assinale a alternativa correta.

a) A reincidência específica deve sempre ser compensada de forma integral com a confissão, independentemente de ser multirreincidente ou não.

b) Na multirreincidência, a agravante do art. 61, I, do Código Penal prepondera sobre a confissão, vedada qualquer forma de compensação, ainda que proporcional.

c) Na reincidência simples ou específica, admite-se compensação parcial com a confissão, reservando-se a compensação integral apenas para casos de réu primário que confessa.

d) Na hipótese de multirreincidência, é possível a compensação proporcional entre reincidência e confissão, em razão da preponderância da agravante, ao passo que, nas situações de reincidência simples ou específica, a compensação deve ser integral, pois inexistente preponderância.

e) Em qualquer caso de reincidência, simples, específica ou múltipla, a preponderância do art. 61, I, do Código Penal impede totalmente a compensação da confissão, por se tratar de circunstâncias de natureza diversa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre multireincidência.

A alternativa A está incorreta. A compensação integral é vedada na multirreincidência, onde há preponderância da agravante (REsp n. 1.931.145/SP).

A alternativa B está incorreta. Embora a agravante prepondera na multirreincidência, a compensação **parcial/proporcional** é admitida (REsp n. 1.931.145/SP).

A alternativa C está incorreta. Na reincidência simples ou específica, a compensação é **integral**, conforme o STJ (REsp n. 1.931.145/SP).

A alternativa D está correta. Esta alternativa descreve perfeitamente o entendimento do STJ (Tema 585), fazendo a distinção entre a compensação integral (reincidência simples/específica) e a compensação proporcional (multirreincidência). Nos termos do entendimento da jurisprudência do STJ sobre a matéria (REsp n. 1.931.145/SP): “RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TRÁFICO DE DROGAS E DIREÇÃO DE VEÍCULO SEM HABILITAÇÃO. ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006, C/C O ART. 309 DA LEI N. 9.503/1997, NA FORMA DO ART. 69 DO CP. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDOS PERICIAIS VÁLIDOS. QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. ALEGAÇÃO DESPROVIDA DE SUSTENTAÇÃO PROBATÓRIA. VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS. CONDENAÇÃO COM BASE EM OUTRAS PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE A ATENUANTE DA CONFESSÃO E A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. DESCABIMENTO. RÉU MULTIRREINCIDENTE. 1. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem expressamente afirmou não ter vislumbrado nenhuma evidência concreta de mácula às provas dos autos, inexistindo qualquer sustentação

probatória na alegação da defesa; ressaltou a validade dos atos praticados, tendo-se evidenciado apenas um mero erro material, o qual não se revelou apto a tornar nula a prova produzida, tendo ainda destacado que a defesa, no momento oportuno, sequer impugnou a perícia realizada, sendo certo haver nos autos outras provas da prática delitiva. Dessa maneira, não há como acolher o pleito defensivo, nos moldes postulados, sem o necessário revolvimento fático-probatório, vedado nos termos da Súmula n. 7/STJ. 2. A reincidência, ainda que específica, deve ser compensada integralmente com a atenuante da confissão, demonstrando, assim, que não deve ser ofertado maior desvalor à conduta do réu que ostente outra condenação pelo mesmo delito. Apenas nos casos de multirreincidência deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. Precedentes. 3. No caso em exame, não se mostra possível proceder à compensação integral entre a reincidência e a confissão espontânea, tendo em vista que o recorrente possui múltiplas condenações definitivas, o que, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, permite a preponderância da circunstância agravante. 4. Recurso especial desprovido. Acolhida a readequação da Tese n. 585/STJ, nos seguintes termos: “É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade”.

A alternativa E está incorreta. A compensação integral é regra na reincidência simples/específica, e a compensação proporcional é admitida na multirreincidência. Veja o gabarito da alternativa D.

QUESTÃO 05. Durante uma manhã de fluxo intenso na Plataforma Superior da Rodoviária do Plano Piloto, Cleptônio Barbosa conhecido na região por sua habilidade furtiva, aproximou-se de um estudante estrangeiro e, aproveitando-se de sua distração, subtraiu silenciosamente sua carteira. Cerca de dez minutos depois e ainda no mesmo local, Cleptônio, valendo-se do mesmo modus operandi, subtraiu o telefone celular de uma servidora pública que aguardava o ônibus. Em seguida, deslocou-se poucos metros e, de modo idêntico, subtraiu a mochila de um trabalhador recém-chegado ao terminal. Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores, Cleptônio responderá pela prática de três crimes de furto em:

- a) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto.**
- b) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto.**
- c) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto.**
- d) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto.**
- e) concurso material, aplicando-se as penas de todos os crimes, devidamente somadas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime continuado.

A alternativa A está correta. O instituto é a continuidade delitiva, e para três crimes, a fração de aumento, conforme a Súmula 659 do STJ, é de $\frac{1}{6}$, consoante o Artigo 71 do CP e Súmula 659 do STJ. Vejamos: “Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços. [...] Súmula 659 – A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se $\frac{1}{6}$ pela prática de duas infrações, $\frac{1}{5}$ para três, $\frac{1}{4}$ para quatro, $\frac{1}{3}$ para cinco, $\frac{1}{2}$ para seis e $\frac{2}{3}$ para sete ou mais infrações.”

A alternativa B está incorreta. A fração de $\frac{1}{4}$ é aplicada para quatro crimes. Veja o comentário do gabarito da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. O instituto é a continuidade delitiva (art. 71, CP).

A alternativa D está incorreta. O instituto é a continuidade delitiva (art. 71, CP).

A alternativa E está incorreta. O concurso material (Art. 69 do CP) se aplicaria se não houvesse o vínculo de continuidade delitiva, mas as condições do caso (tempo, lugar, modus operandi) permitem o reconhecimento da regra mais benéfica do Art. 71. Veja o comentário do gabarito da alternativa A.

QUESTÃO 06. Em execução penal na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Roberto Toma-Lá-Não-Dei foi condenado por crime de estelionato e cumpriu integralmente a pena de 2 anos e 8 meses de reclusão, além da prestação de serviços à comunidade. Restou pendente apenas a pena de multa, arbitrada em 120 dias-multa.

Para demonstrar suas condições financeiras, Roberto Toma-Lá-Não-Dei juntou: contracheques que revelam renda mensal de R\$ 6.800,00; extratos bancários indicando movimentação financeira compatível; e comprovante de financiamento ativo de imóvel em Águas Claras. O juiz da execução, após analisar os documentos, concluiu, em decisão motivada, que o condenado possui plena capacidade de pagar a multa, ainda que de forma parcelada, afastando expressamente a tese de hipossuficiência.

A defesa requer, mesmo assim, a extinção da punibilidade, alegando que, após o cumprimento da pena privativa de liberdade, a exigência da multa ofenderia o princípio da razoabilidade e a função ressocializadora da execução penal.

Considerando o entendimento firmado pelo STJ, assinale a alternativa correta:

a) A multa não interfere na extinção da punibilidade, pois, após o cumprimento da pena principal, sua cobrança deve ocorrer exclusivamente pela via da dívida ativa.

b) A punibilidade deve ser extinta, pois o financiamento do imóvel demonstra comprometimento financeiro e impede a aferição da real capacidade de pagamento.

c) A extinção da punibilidade é obrigatória, pois a função ressocializadora da pena impede que o Estado mantenha sanção pecuniária após o término da pena corporal.

d) A punibilidade somente poderia deixar de ser extinta se o Ministério Público comprovasse má-fé do condenado no não pagamento da multa.

e) A punibilidade não pode ser extinta sem o pagamento da multa, pois, afastada a hipossuficiência em decisão motivada e reconhecida a capacidade econômica do condenado, o adimplemento da multa é condição necessária para a extinção da punibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a pena de multa.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário da Letra E, a multa interfere na extinção da punibilidade quando seja afastada a alegação de hipossuficiência, em decisão devidamente fundamentada.

A alternativa B está incorreta. O financiamento do imóvel não demonstra comprometimento financeiro ou impede a aferição da real capacidade de pagamento, uma vez que o juiz, no caso concreto, atestou a possibilidade, diante da renda auferida, de pagar a multa de forma parcelada.

A alternativa C está incorreta. A extinção da punibilidade não é obrigatória, uma vez que o juiz pode entender, no caso concreto, que existe capacidade de pagamento da penalidade pecuniária.

A alternativa D está incorreta. A má-fé não é requisito para afastar a extinção da punibilidade; o STJ fixou apenas que exista a capacidade de pagamento da penalidade pecuniária.

A alternativa E está correta. A questão abordou o Tema 931 dos Recursos Repetitivos do STJ: “O inadimplemento da pena de multa, mesmo após o cumprimento da pena de prisão ou da pena restritiva de direitos, não impede a extinção da punibilidade, desde que o condenado alegue hipossuficiência, salvo se o juiz competente, em decisão devidamente fundamentada, entenda de forma diferente, indicando especificamente a capacidade de pagamento da penalidade pecuniária. STJ. 3ª Seção. REsp 2.090.454-SP e REsp 2.024.901-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 28/02/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 931) (Info 803).”.

QUESTÃO 07. Durante operação conduzida pela Divisão de Repressão ao Crime Organizado no Distrito Federal, investigou-se que Eduardo Prazo Curto fraudava contratos públicos mediante falsificação de notas fiscais para abastecimento de veículos oficiais. O Ministério Público ofereceu denúncia pela prática do crime de estelionato majorado art. 171, §3º, do Código Penal).

Em março de 2015, Eduardo Prazo Curto foi condenado em 1ª instância a 4 anos de reclusão, A defesa interpôs apelação, julgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal apenas em outubro de 2021) ocasião em que o acórdão confirmou integralmente a condenação, mantendo a mesma pena. Em janeiro de 2024, antes do trânsito em julgado para a defesa, esta apresentou nova tese de prescrição retroativa, afirmando que desde a prolação da sentença condenatória decorreu lapso superior ao prazo prescricional de 8 anos aplicável ao caso.

Considerando o entendimento firmado pelos tribunais superiores acerca do tema, assinale a alternativa correta:

a) O acórdão confirmatório de sentença condenatória não interrompe a prescrição, pois não há nova valoração probatória ou modificação substancial da decisão anterior.

b) A prescrição deve ser analisada apenas com base nos marcos interruptivos do art. 117, do Código Penal, sendo que acórdão confirmatório não está entre eles, salvo se houver aumento de pena.

c) O acórdão condenatório, inclusive quando confirmatório, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena, interrompe a prescrição, reiniciando-se a contagem do prazo.

d) Apenas o acórdão que reforma a sentença para aumentar a pena tem efeito interruptivo da prescrição, pois provoca alteração quantitativa no cálculo do prazo.

e) No caso concreto, como a pena não foi modificada, a contagem prescricional deve permanecer contínua desde a sentença, configurando-se a prescrição intercorrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. A alternativa contradiz o entendimento do STF (HC 176.473). Veja o comentário do gabarito da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. O Art. 117, IV, menciona "acórdão condenatório," sem ressalvas. Veja: " Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis;" O STF confirmou que mesmo o confirmatório interrompe (HC 176.473). Veja o comentário do gabarito da alternativa C.

A alternativa C está correta. Esta alternativa reproduz exatamente a tese firmada pelo STF no HC 176.473. Vejamos o entendimento do STF (HC 176473): "HABEAS CORPUS. ALEGADA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO PELO ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA . 1. A prescrição é o perecimento da pretensão punitiva ou da pretensão executória pela inércia do próprio Estado; prendendo-se à noção de perda do direito de punir por sua negligência, ineficiência ou incompetência em determinado lapso de tempo. 2. O Código Penal não faz distinção entre acórdão condenatório inicial ou confirmatório da decisão para fins de interrupção da prescrição . O acórdão que confirma a sentença condenatória, justamente por revelar pleno exercício da jurisdição penal, é marco interruptivo do prazo prescricional, nos termos do art. 117, IV, do Código Penal. 3. Habeas Corpus indeferido, com a seguinte TESE: Nos termos do inciso IV do artigo 117 do Código Penal, o Acórdão condenatório sempre interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório da sentença de 1º grau, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta. (STF - HC: 176473 RR 0030317-28.2019.1.00 .0000, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 27/04/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 10/09/2020)"

A alternativa D está incorreta. Qualquer acórdão condenatório tem o efeito interruptivo, independentemente da alteração da pena.

A alternativa E está incorreta. A contagem foi interrompida em outubro de 2021 pela publicação do acórdão.

QUESTÃO 08. Lucas Boleto Pirata, nascido em 22/08/1999, foi condenado pela prática de crimes de estelionato (art. 171, caput, CP), todos cometidos no mês de janeiro de 2020, mediante o mesmo modus operandi. Na dosimetria, o juiz fixou a pena-base em 1 ano e 9 meses de reclusão. Sem agravantes ou atenuantes, passou diretamente à terceira fase, reconhecendo a continuidade delitiva (art. 71, caput, CP) e elevando a pena em 1/3, resultando em pena definitiva total de 2 anos e 4 meses de reclusão. Nenhuma das partes recorreu, e a sentença transitou em julgado para acusação e defesa em 5 de maio de 2023. Lucas Boleto Pirata não iniciou o cumprimento da pena e encontra-se em local incerto. Considerando a pena aplicada e as regras do Código Penal, o prazo da prescrição da pretensão executória é de:

a) 2 anos.

b) 3 anos.

c) 4 anos.

d) 8 anos.

e) 12 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre prescrição da pretensão executória.

A alternativa A está correta. O prazo prescricional aplicável a uma pena de 2 anos e 4 meses é regido pelo Art. 109, V, do CP, que se aplica a penas que não excedem a 4 anos. Já o Art. 115 do CP estabelece que os prazos de prescrição são reduzidos de metade quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos ou, na data da sentença, maior de 70 anos. Como Lucas era menor de 21 anos ao tempo dos crimes, o prazo prescricional de 4 anos deve ser reduzido pela metade.. Em análise ao caso narrado, envolve crime continuado (Art. 71). A Súmula 497 do STF afirma que, no crime continuado, a prescrição se regula pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação. Vejamos o disposto no Artigo 109, inciso V, c/c. Artigo 115, ambos do Código Penal, e Súmula 497 do STF: "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; [...] Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher. [...] Súmula 497 STF - Quanto à alegada prescrição da pretensão punitiva estatal, nada colhe o recurso ordinário. Registro, na hipótese, que deve ser excluído do cálculo da prescrição o período correspondente ao crime continuado, nos ditames da Súmula 497/STF - "Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação". Para cada crime de estelionato, o magistrado de primeiro grau, em relação à Recorrente Irene Artiaga Gomes da Costa, fixou a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão, tornando-a definitiva à falta de circunstâncias atenuantes e agravantes. A mesma reprimenda foi aplicada quanto ao crime de formação de quadrilha. Aos Recorrentes Adécio Rodrigues da Costa, Livia Artiaga Rodrigues, Luciano Artiaga Rodrigues, Maria da Glória Artiaga Silva e Nilzangela Aparecida Arantes Diniz foram aplicadas as

penas de 1 (um) ano de reclusão para cada crime de estelionato e de 1 (um) ano de reclusão para o crime de formação de quadrilha à míngua de majorantes e minorantes. As penas consideradas para fins prescricionais é de 1 (um) e 2 (dois) anos de reclusão, permanecendo inalterado, desse modo, o lapso prescricional de 4 (quatro) anos previsto no art. 109, V, do Código Penal. Os crimes de estelionato foram praticados "a partir do segundo semestre de 2004", conforme consignado na denúncia, no édito condenatório e nas informações prestadas pelo Juízo de origem à Corte Estadual. No tocante à data dos fatos criminosos, diversamente da tese defensiva, perfilho do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "inviável conceber período temporal outro, nem mesmo, como sugere o impetrante, a data em que as vítimas ingressaram na instituição religiosa, sob pena de se desconsiderar assim marco diverso previsto em lei - artigo 111 do Código Penal." Considerando que os fatos ocorreram "a partir do segundo semestre de 2004", a denúncia foi recebida em 17.3.2008 e publicada a sentença condenatória no dia 08.11.2010, não transcorreu o lapso prescricional de 4 (quatro) anos entre os respectivos marcos interruptivos (art. 117 do Código Penal). (...) Portanto, não detecto ilegalidade ou abuso de direito na decisão exarada pelo Superior Tribunal de Justiça a ensejar a concessão da ordem de ofício. Ante o exposto, não conheço do recurso ordinário em habeas corpus. [RHC 123.846, rel. min. Rosa Weber, 1ª T, j. 14-10-2014, DJE 218 de 5-11-2014.]”

As demais alternativas estão incorretas. Veja o comentário do gabarito da alternativa A.

QUESTÃO 09. Em Águas Claras, Válber Moralista da Estação, ao ver Ariel Cores da Paz, homem gay assumido, caminhando pelo calçadão, passou a persegui-lo e a proferir ofensas como: “sai daqui, viado imundo, gente como você merece apanhar”. Em seguida, empurrou Ariel Cores da Paz contra uma parede, causando-lhe escoriações leves. A Polícia Militar foi acionada e prendeu Válber Moralista da Estação em flagrante. Durante o interrogatório, o acusado afirmou que “não tinha cometido crime algum”, pois apenas “expressara opinião pessoal” e que “agressão não tem nada a ver com orientação sexual”.

O Ministério Público denunciou o réu, apontando que a conduta configurava ato homotransfóbico, equiparando-se aos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceito). Considerando o tratamento jurídico dado à homotransfobia no ordenamento brasileiro e a jurisprudência atual dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta é penalmente atípica, pois a criminalização da homotransfobia exige lei federal específica, não sendo possível sua equiparação a crimes de racismo.
- b) As ofensas verbais homotransfóbicas configuram exclusivamente crime de injúria racial, não podendo ser enquadradas como ato discriminatório previsto na Lei nº 7.716/1989.
- c) A agressão física prejudica a discussão sobre homotransfobia, devendo o fato ser tratado como lesão corporal.
- d) A homotransfobia foi equiparada pelo STF ao crime de racismo, de modo que atos discriminatórios motivados por orientação sexual ou identidade de gênero se subsumem aos tipos da Lei nº 7.716/1989, independentemente de edição de nova lei.
- e) A decisão do STF não tem efeito vinculante e somente pode ser aplicada após a edição de lei específica sobre a matéria pelo Poder Legislativo.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre homotransfobia.

A alternativa A está incorreta. A conduta não é penalmente típica, uma vez que agora, após o julgamento pelo STF da ADO 26/DF e do MI 4733, a homotransfobia é enquadrada nos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716/1989. Tese: “I - Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”);”.

A alternativa B está incorreta. Após a Lei 14.532/2023 a injúria racial passou a ser equiparada ao Crime de Racismo previsto na Lei nº 7.716/1989.

A alternativa C está incorreta. O fato de amolda às hipóteses previstas na Lei 7.716/1998, conforme julgamento pelo STF da ADO 26/DF e do MI 4733, a homotransfobia é enquadrada nos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716/1989. Tese: “I - Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”);”.

A alternativa D está correta. A questão tratou sobre a homotransfobia, em especial, sobre a fixação da tese no julgamento pelo STF da ADO 26/DF e do MI 4733 (julgados em conjunto). Segue a tese fixada: I - Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); II - A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero; III - O conceito de racismo,

compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito

A alternativa E está incorreta. A decisão do STF tem natureza vinculante (*erga omnes*) e poderá ser aplicada imediatamente. Lei 9868/1999: Art. 28. Dentro do prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União a parte dispositiva do acórdão. Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.”

QUESTÃO 10. Analise as assertivas seguintes e assinale a alternativa incorreta, de acordo com o disposto no Código Penal e o entendimento atual nos tribunais superiores:

a) No Gama, alunos de uma escola pública do EJA passaram a divulgar, em um grupo de mensagens e em redes sociais, vídeos editados com montagens ofensivas envolvendo (Jonas Mirim, colega de turma de 17 anos. Os autores do conteúdo Ícaro Troll e mais dois amigos, todos imputáveis - repetiam, diariamente, comentários humilhantes, sexualizados e depreciativos, enviando as montagens não apenas no grupo da classe, mas também marcando Jonas em publicações abertas no Instagram e no TikTok. As postagens geraram imensa exposição pública, levando a vítima a abandonar temporariamente a escola. Os pais de Jonas Mirim procuraram a Delegacia, onde relataram que o comportamento era intencional, sistemático, repetitivo e realizado em ambiente digital. O Promotor de Justiça denunciou os autores por intimidação sistemática virtual, sujeita à pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa. A defesa dos réus afirmou que a conduta deveria ser enquadrada no tipo penal do art. 146- A (bullying) que prevê apenas a aplicação da pena de multa. A atuação do Promotor de Justiça no caso está correta.

b) Na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, Helena Tempestade, condenada a 10 anos por tráfico de drogas, cometeu falta grave em 02/01/2023, ao desobedecer ordem direta de agente penitenciário. Em 20/04/2025, sua defesa requereu livramento condicional, alegando que Helena já cumpriu o lapso temporal exigido, mantém bom comportamento carcerário há mais de dois anos e não voltou a registrar ocorrências disciplinares. O juiz da execução penal concedeu o benefício, por considerar que a falta grave foi cometida há mais de 12 meses da data do pedido, não impedindo a concessão do livramento condicional, presentes os demais requisitos legais. A deliberação do Promotor de Justiça de recorrer da decisão está correta.

c) Durante uma festa junina no Núcleo Bandeirante, Gaspar Martelino, irritado com discussões familiares, com animus laedendi, agride seu pai Baltazar Martelino com uma vara de bambu. No momento da agressão, porém, por erro na execução (aberratio ictus), Gaspar desferiu o golpe em Melquior da Paz, amigo da família que tentava apartar a briga, causando-lhe lesões corporais de natureza gravíssima. Neste caso,

Gaspar responderá por tentativa de homicídio, com incidência da agravante de crime praticado contra ascendente.

d) No Noroeste, Rafael Pai Ventríloco convenceu a filha de 8 anos a gravar vídeos dizendo que a mãe “não prestava” e que não queria mais vê-la, embora a criança afirmasse posteriormente que repetia frases ensinadas. Mesmo sem ameaça direta à mulher, essa conduta caracteriza violência vicária psicológica, apta a ensejar medidas protetivas e fundamentar o reconhecimento de violência doméstica em eventual ação penal.

e) Bruno Coach do Fim criou um grupo fechado no qual adolescentes eram pressionados a gravar vídeos se automutilando para “progredir de nível”. Ainda que não haja morte, ele pode responder pelo crime de participação em automutilação de adolescente, em forma autônoma, previsto no art. 122, CP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre erro.

A alternativa A está incorreta. O caso descrito “atos intencionais, sistemáticos, repetitivos, em ambiente digital, com humilhação e exposição pública que levam ao abandono escolar” se enquadra perfeitamente no tipo qualificado de Intimidação Sistemática Virtual (o cyberbullying). A pena de reclusão (2 a 4 anos e multa) é a correta. Portanto, a atuação do Promotor de Justiça está correta e a defesa está incorreta ao alegar o tipo simples de bullying (caput). Vejamos: “Intimidação sistemática virtual (cyberbullying) Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.”

A alternativa B está incorreta. O cometimento de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime, mas não obsta, por si só, o livramento condicional. Vejamos: “Súmula 441 do STJ: “A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.”

A alternativa C está correta. Gaspar deve responder por Lesão Corporal Gravíssima (resultado real), mas com as qualificadoras ou agravantes relativas à vítima virtual (Pai Baltazar), ou seja, a agravante de crime contra ascendente, nos termos do Art. 61, II, “e”, do CP. A saber: “Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime: e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;”. O item afirma que ele responderá por tentativa de homicídio (assumindo um animus necandi que não está claro, e que o resultado de lesão gravíssima desconfigura). Vejamos o disposto no art. 73 do CP: “Art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.” O cerne do erro está em não considerar o resultado real (lesão gravíssima).

A alternativa D está incorreta. O ato de usar a filha para difamar e alienar a mãe é uma forma de coação psicológica na esfera da violência doméstica. Vejamos: “Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause

prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave. Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime é cometido mediante uso de inteligência artificial ou de qualquer outro recurso tecnológico que altere imagem ou som da vítima.”

A alternativa E está incorreta. A conduta descrita se enquadra na instigação ou indução à automutilação de adolescente (menor de 18 anos). Vejamos: “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: § 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime descrito no § 2º do art. 129 deste Código.”

QUESTÃO 11. Assinale a alternativa correta quanto à tipificação de acordo com o Código Penal, o entendimento predominante nos tribunais superiores e as alterações introduzidas pela Lei 15.181/2025:

a) Leonardo Passa-o-Alicate subtraiu cabos de energia e, ao fugir empurrou um vigilante que tentou detê-lo. Trata-se de hipótese de furto qualificado praticado em concurso material com o crime de lesões corporais.

b) Ronaldo Bit-a-Bit foi preso após cortar e subtrair um único metro de cabo de fibra ótica da rede de internet pública. Neste caso, a atipicidade penal é evidente pela ausência de prejuízo econômico considerável.

c) O réu Márcio Desliga-Tudo tentou subtrair cabos de fibra ótica de uma caixa subterrânea da rede pública, mas foi impedido por transeuntes antes de retirar o material do local. No caso, é possível a aplicação da qualificadora ao furto, mesmo na forma tentada

d) Carla Pé-de-Corte furtou cabos de um poste em Samambaia, interrompendo o fornecimento de energia a uma UPA por 12 horas. Trata-se do crime de interrupção ou perturbação de serviço público previsto no art. 266, do Código Penal, dada a gravidade da conduta.

e) O comerciante Edésio Fio-Nobre comprou 200 kg de cabos de telecomunicação sem nota fiscal, sabendo serem produto de crime. Ele responde por receptação simples, devido à ausência de previsão legal neste tipo penal de hipótese qualificada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crime de furto na modalidade qualificada.

A alternativa A está incorreta. O ato de empregar violência contra a pessoa (empurrar o vigilante) para assegurar a detenção da coisa ou a impunidade do crime transforma o furto em Roubo (Art. 157, caput, do CP). O roubo já absorve a lesão corporal leve ou vias de fato. Não se trata de furto em concurso material com lesões. Vejamos: “Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a

coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.”

A alternativa B está incorreta. O Princípio da Insignificância (atipicidade material por ínfimo valor) não se aplica ao furto de fios, cabos e materiais de redes públicas de serviços essenciais, independentemente da quantidade, devido à lesão social e ao perigo abstrato de interrupção de serviço. A conduta de furtar fios de internet e telefonia, mesmo de pequeno valor, não é considerada atípica quando o agente possui histórico de infrações contra o patrimônio.⁵ A decisão está em consonância com os precedentes que não reconhecem a atipicidade material em casos de reiteração delitiva.^{IV}. Dispositivo e tese⁶. Agravo regimental desprovido. Tese de julgamento: "1. A reiteração delitiva impede a aplicação do princípio da insignificância em casos de furto. 2. A atipicidade material não se aplica quando há histórico de infrações contra o patrimônio, sobretudo quando furtados fios de internet e telefonia. Dispositivos relevantes citados: Não há dispositivos legais específicos citados. Jurisprudência relevante citada: STF, HC 84.412-0/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 19/11/2004; STJ, AgRg no AREsp 2.568.157/MG, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 18/6/2024; STJ, AgRg no HC 910.939/SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 18/6/2024.

A alternativa C está correta. O crime de furto, seja na modalidade simples ou qualificada (incluindo o § 8º), admite a forma tentada (Art. 14, II, CP). A qualificadora se aplica ao tipo penal, e o tipo penal, por sua vez, admite a tentativa, desde que o agente tenha iniciado a execução do delito sem conseguir consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade. Márcio iniciou a subtração, sendo impedido por terceiros. Vejamos o disposto no artigo 155, § 8º, do CP: “ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 8º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos e multa, se a subtração for de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados, bem como equipamentos ou materiais ferroviários ou metroviários, aplicável, em qualquer caso, o disposto no § 2º deste artigo.”

A alternativa D está incorreta. A conduta de furtar cabos com interrupção de serviço é o furto qualificado (Art. 155, § 8º, CP).

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que não há previsão legal de hipótese qualificada é factualmente incorreta. Vejamos: “Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: § 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. § 2º - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. “

QUESTÃO 12. Analise as assertivas seguintes e assinale a alternativa incorreta, de acordo com disposto no Código Penal e o entendimento atual nos tribunais superiores:

a) Durante investigação conduzida pela 5ª Delegacia de Polícia do Plano Piloto/DF, apurou-se que Rogério Falso Calibre, utilizando um Rolo simulacro de pistola, abordou uma turista próxima à Catedral de Brasília e, mediante grave ameaça, subtraiu seu aparelho celular e a carteira com documentos. Rogério Falso Calibre foi condenado à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, pelo crime de roubo simples (art. 157, caput, do Código Penal.). A defesa requereu, na sentença, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, alegando: (i) primariedade; (ii) não houve emprego de violência física; (iii) inexistência de arma de fogo apta a caracterizar maior periculosidade. A substituição é cabível, uma vez que a pena não ultrapassou quatro anos e que não incidiu no caso a majorante do art. 157, §2º-A, do Código Penal

b) Durante investigação conduzida na região do Paranoá, (Tibúrcio Só-Pro-Use) foi preso com 35 porções de maconha embaladas de maneira semelhante às usualmente comercializadas pelos traficantes da área. Em juízo, Tibúrcio negou o tráfico, mas confessou espontaneamente que a droga era sua, alegando ser destinada exclusivamente ao consumo pessoal. Neste caso, a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida em favor de Tibúrcio Só-Pro-Use, mas aplicada em grau inferior ao que ocorreria em caso de confissão plena, pois o réu apenas admite a posse para consumo próprio, negando o tráfico

c) No Guará, Aderbal Obsceno, de 72 anos, foi condenado pela prática de violência sexual contra mulher cometida no dia do aniversário dele, em 22 de agosto deste ano. Ao recorrer da condenação, a defesa sustentou que o juiz deixou de aplicar atenuante obrigatória, já que o réu conta com mais de 70 anos na data da sentença. A representante do Ministério Público impugnou recurso, argumentando que a legislação não admite o reconhecimento dessa atenuante na espécie. Neste caso, o posicionamento da Promotora de Justiça está correto

d) No dia dos namorados deste ano, Heitor Verbo Ferino enviou diversas mensagens à sua ex-namorada, afirmando que "acabaria com sua vida" e que ela "não escaparia". As ameaças foram feitas por áudios e vídeos, todos salvos pela vítima em seu "whatsapp". A mulher compareceu à delegacia no mesmo dia, mas não apresentou representação formal, afirmando apenas que "queria registrar a ocorrência" para se precaver futuramente. A investigação apurou que as ameaças decorreram do inconformismo de Heitor com o término da relação de namoro. O Ministério Público ofereceu denúncia, pedindo ainda a aplicação da pena em dobro, nos termos legais. A defesa alegou nulidade do processo por ausência de representação. Neste caso, faltou condição de procedibilidade da ação penal

e) Em Brasília, Ulisses Misógino foi condenado por sentença transitada em julgado no dia 1/12/2024, pela prática de crime contra mulher por razões da condição do sexo feminino. A pena imposta foi de 4 anos de reclusão. Pouco depois, Ulisses foi nomeado para o cargo público de auditor fiscal tributário. A representante do Ministério Público impugnou a nomeação, mas Ulisses recorreu, alegando que não cumpria pena em regime fechado, que o crime pelo qual foi condenado não foi cometido contra a Administração Pública e que a sentença não mencionou qualquer vedação ao exercício de cargo ou função pública. A impugnação do Ministério Público foi juridicamente correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de roubo.

A alternativa A está correta. O Recurso Especial 1.994.182 foi interposto pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que substituiu a pena privativa de

liberdade por duas restritivas de direito em um caso de roubo praticado com o uso de imitação de arma de fogo. Vejamos o entendimento da jurisprudência: STJ, REsp 1.994.182-RJ, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção (Tema 1171): “A Corte de Justiça fluminense foi de encontro não somente ao entendimento doutrinário, mas também à jurisprudência consolidada do STJ que dispensa ao uso de simulacro de arma de fogo para a prática do crime de roubo a natureza jurídica de grave ameaça, subsumindo-se ao disposto no artigo 44, I, do Código Penal, impossibilitando a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos”, concluiu o relator ao dar provimento ao recurso especial. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. CRIME DE ROUBO SIMPLES. EMPREGO DE SIMULACRO DE ARMA DE FOGO. GRAVE AMEAÇA CONFIGURADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 44, I, DO CÓDIGO PENAL. 1. É cediço que o crime de roubo tutela dois bens jurídicos distintos, o patrimônio e a integridade física, abrangendo, em determinados casos, a liberdade individual da vítima, contudo, no Código Penal, o legislador classificou o tipo penal como delito contra o patrimônio. 2. A simulação do uso de arma de fogo durante a subtração configura grave ameaça caracterizadora do crime de roubo, pois tal conduta é suficiente para causar a intimidação da vítima. 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o uso de simulacro de arma de fogo não é elemento capaz de caracterizar especial desvalor da conduta do apenado, porquanto deve ser considerado como circunstância inerente à violência ou grave ameaça caracterizadoras do tipo penal do roubo” (AgRg no HC 568.150/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/5/2020, DJe 18/5/2020) - (AgRg no AREsp n. 1.705.612/AL, relator Ministro Olindo Menezes, Desembargador Convocado do TRF 1ª Região, Sexta Turma, DJe 24/5/2021. - grifei). 4. Tese a ser fixada: a utilização de simulacro de arma configura a elementar grave ameaça do tipo penal do roubo, subsumindo à hipótese legal que veda a substituição da pena. 5. Recurso especial provido para restabelecer a pena privativa de liberdade fixada na condenação.”

A alternativa B está incorreta. A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova. Contudo, essa regra vale desde que não tenha havido retratação, exceto se, mesmo após a retratação, a confissão inicial tenha servido à apuração dos fatos (Tema 1.194).

A alternativa C está incorreta. O Art. 65, I, do CP, prevê a atenuante para o agente que, ao tempo do crime, era menor de 21 anos, ou, na data da sentença, tiver mais de 70 anos. Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: I - ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos, na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;”

A alternativa D está incorreta. O crime de Ameaça (Art. 147 do CP) é, em regra, de ação penal pública condicionada à representação da vítima. Vejamos: “Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: § 1º Se o crime é cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, aplica-se a pena em dobro. § 2º Somente se procede mediante representação, exceto na hipótese prevista no § 1º deste artigo.”

A alternativa E está incorreta. O fato de o crime não ser contra a Administração Pública é irrelevante. A lei é clara ao vincular a perda do cargo à violência contra a mulher. A Lei 14.994/24 Art. 1º § 2º já vigente prevê a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo aos condenados por violência contra mulher, sejam nas situações de violência doméstica ou familiar, seja pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher, o que neste ponto vale para todas, desde também colegas de trabalho, a mesmo meras desconhecidas.

QUESTÃO 13. Durante operação de policiamento ostensivo realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal na Avenida Elmo Serejo, em Ceilândia, uma equipe do GTOP avistou uma motocicleta sem placa traseira, conduzida por Mateus Escapada, que trafegava em alta velocidade e efetuava manobras arriscadas.

Diante disso, os policiais determinaram ordem clara de parada, por meio de sinais luminosos, sonoros e gestuais. Mateus Escapada, contudo, acelerou a moto e tentou fugir por ruas internas da QQN 18, sendo alcançado e detido após 700 metros. Nada de ilícito foi encontrado com ele.

Em juízo, a defesa sustentou que a fuga constituía exercício legítimo do direito de não se autoincriminar (“nemo tenetur se detegere”), pois Mateus Escapada não era obrigado a colaborar com a própria perseguição penal, e que a conduta seria atípica, já que a recusa à abordagem teria finalidade de evitar eventual responsabilização por irregularidades administrativas do veículo.

Com base na jurisprudência dominante nos tribunais superiores sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A fuga do local, por si só, configura exercício legítimo do direito à não autoincriminação, o qual abrange o direito de não cumprir ordens policiais destinadas à autoinvestigação.
- b) O direito à autodefesa permite ao indivíduo recusar toda forma de colaboração com a atividade policial, inclusive o descumprimento de ordens de parada, razão pela qual a conduta é atípica.
- c) O direito de não autoincriminar-se não é absoluto, não abrangendo o descumprimento de ordem legal de parada emanada por policiais em atividade ostensiva, sendo típica a conduta de fuga com base no art. 330 do CP.
- d) A ordem de parada só seria legítima se houvesse fundada suspeita de crime previamente constatado, o que não ocorreu; assim, a desobediência é atípica e a abordagem é ilegal.
- e) Como a fuga não gerou perigo concreto, a conduta de Mateus Escapada deve ser tratada como mera infração administrativa, afastando automaticamente a tipicidade penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o princípio da insignificância.

A alternativa C está correta. A questão abordou especificamente o Tema 1060 do STJ: A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro. STJ. 3ª Seção. REsp 1859933-SC, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 09/03/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1060) (Info 732).

As alternativas A, B, D e E estão automaticamente incorretas. Aqui prescinde de maior fundamentação em virtude de que todas são respondidas com a leitura da tese fixada pelo STJ acima.

QUESTÃO 14. A Promotoria de Justiça de São Sebastião/DF recebeu autos de prisão em flagrante decorrentes de operação da Receita Federal realizada na rodovia DF-140, próximo ao Tororó. Os fiscais

interceptaram uma caminhonete dirigida por Peçanha do Contra, morador da região, que transportava caixas lacradas contendo “kits de manutenção para drones de uso agrícola”, todos de procedência chinesa, destinados à revenda clandestina para produtores rurais do Paranoá e do PAD-DF. A receita Federal estimou o tributo iludido em R\$ 8.600,00.

Durante a análise preliminar, constatou-se que Peçanha do Contra possuía três autos de infração fiscal anteriores, ainda pendentes de julgamento, todos por introdução irregular de peças para drones, bem como um procedimento penal em curso por descaminho, instaurado há menos de dois anos. A defesa requereu o trancamento da ação penal sob alegação de insignificância, afirmando que o valor é reduzido e que apenas condenações transitadas em julgado poderiam caracterizar contumácia.

À luz do Código Penal e do entendimento predominante nos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da insignificância deve ser aplicado, pois o tributo iludido é inferior ao limite utilizado administrativamente pela Receita Federal, devendo eventual reiteração ser analisada apenas após condenação definitiva.
- b) Como não há condenação transitada em julgado, a contumácia não pode ser reconhecida e o art. 64, I, do Código Penal deve ser aplicado analogicamente para impedir o uso de procedimentos pendentes contra o réu.
- c) A insignificância deve ser afastada, pois a reiteração delitiva – inclusive demonstrada por procedimentos penais e fiscais pendentes – obsta sua aplicação, sendo irrelevante o valor do tributo iludido.
- d) A existência de autos de infração fiscal pendentes não pode ser usada para aferir contumácia, restando ao julgador apenas considerar o valor reduzido do tributo para aplicar a insignificância.
- e) A aplicação do princípio da insignificância depende exclusivamente de juízo administrativo definitivo sobre os débitos anteriores, sendo inviável qualquer análise judicial de proporcionalidade ou razoabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre o princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. No presente caso, a insignificância deve ser afastada, nos termos do Recurso Repetitivo – Tema 1218 do STJ.

A alternativa B está incorreta. No presente caso, a insignificância deve ser afastada, nos termos do Recurso Repetitivo – Tema 1218 do STJ.

A alternativa C está correta. A questão abordou o que foi decidido pelo STJ no Tema 1218 dos Recursos Repetitivos: “A reiteração da conduta delitiva obsta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho - independentemente do valor do tributo não recolhido -, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, se concluir que a medida é socialmente recomendável. A contumácia pode ser aferida a partir de procedimentos penais e fiscais pendentes de definitividade, sendo inaplicável o prazo previsto no art. 64, I,

do CP, incumbindo ao julgador avaliar o lapso temporal transcorrido desde o último evento delituoso à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. STJ. 3ª Seção. REsps 2.083.701-SP, 2.091.651-SP e 2.091.652-MS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 28/2/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1218) (Info 802).”

A alternativa D está incorreta. Procedimentos pendentes poderão ser utilizados para afastar a insignificância, conforme decidido no Tema 1218 do STJ.

A alternativa E está incorreta. Procedimentos pendentes poderão ser utilizados para afastar a insignificância, conforme decidido no Tema 1218 do STJ.

QUESTÃO 15. No Distrito Federal, durante o período eleitoral, Zezinho Insurrecto, insatisfeito com o resultado parcial das apurações, organiza um grupo por meio de redes sociais com o objetivo declarado de invadir o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE-DF) para "interromper a contagem de votos e obrigar a Corte a recomençar a apuração sob supervisão popular".

No dia marcado, cerca de vinte pessoas, convocadas por Zezinho Insurrecto dirigem-se ao TRE-DF munidas de equipamentos improvisados (escudos de madeira, máscaras e artefatos sonoros). A Polícia Militar intervém antes que o grupo consiga ingressar no interior do prédio, mas fica comprovado que Zezinho Insurrecto liderou e coordenou o plano, inclusive distribuindo funções aos participantes (vigília, contenção policial e arrombamento). Considerando os dispositivos do Código Penal e os fatos narrados, assinale a alternativa correta:

a) Zezinho Insurrecto praticou o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, pois tentou impedir o pleno funcionamento das instituições eleitorais, sendo desnecessário que o ataque se concretize ou produza resultado naturalístico.

b) A conduta de Zezinho Insurrecto caracteriza golpe de Estado, pois houve tentativa de substituir o governo legitimamente constituído mediante emprego de violência ou grave ameaça, independentemente de direcionamento específico às autoridades do Executivo.

c) Zezinho Insurrecto responde por atentado ao direito de manifestação política, pois coordenou grupo voltado à repressão violenta de demonstração pública, crime que se configura mesmo quando direcionado contra órgão de Estado.

d) Os fatos narrados configuram violência política, pois houve emprego de força física para restringir direitos políticos dos agentes públicos do TRE-DF, sendo irrelevante a intenção de interromper a apuração.

e) Zezinho Insurrecto, ao organizar e liderar a tentativa de invasão para interromper a apuração, incorre no crime de interrupção do processo eleitoral previsto no art. 359-N do Código Penal, cuja consumação ocorre ainda na fase preparatória, bastando o dolo de impedir ou perturbar a atividade eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crime de interrupção do processo eleitoral

A alternativa E está correta. A conduta de Zezinho visa impedir ou perturbar o processo eleitoral (contagem de votos), que trata-se de tipo mais específico e adequado é o que protege o próprio processo eleitoral. Cumpre ressaltar que a conduta de Zezinho visa reprimir a atividade estatal, não uma manifestação. Vejamos o disposto no artigo 359-N do CP: “Art. 359-N. Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa”

As demais alternativas estão incorretas, por tanto. Veja o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 16. Segundo o Supremo Tribunal Federal, para que haja o compartilhamento com o Ministério Público do relatório de inteligência financeiras e a íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo:

a) Necessita-se sempre de autorização judicial.

b) Necessita-se de autorização judicial apenas nos casos que envolvam pessoas físicas, podendo ser encaminhadas diretamente quando se tratar de ilícitos envolvendo pessoas jurídicas.

c) Pode ser encaminhado diretamente sem a necessidade de maiores rigores com a cautela das informações.

d) Pode ser encaminhado sem a necessidade de autorização judicial prévia, porém por meio de comunicações formais, resguardando-se o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

e) Não necessita de autorização do magistrado, mas exige-se que a tramitação seja feita por via judicial.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre o compartilhamento do relatório de inteligência financeira ao Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 990 do STF elencado na alternativa D, não é necessária a autorização judicial.

A alternativa B está incorreta. Não há essa diferenciação entre pessoa física x jurídica, conforme Tema 990 do STF.

A alternativa C está incorreta. Exige-se que seja resguardado o sigilo das informações e que o procedimento seja formal e passível de posterior controle jurisdicional. “Tema 990 do STF: “1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF [COAF] e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.”.

A alternativa D está correta. Foram cobradas as duas teses fixadas no Tema 990 do STF: “1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF* e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF* e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios. STF. Plenário. RE 1.055.941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (repercussão geral – Tema 990) (Info 962). (*) COAF.”.

A alternativa E está incorreta. A tramitação poderá ser de forma administrativa entre Receita Federal e Ministério Público, respeitando-se as teses fixadas no Tema 990 do STF.

QUESTÃO 17. Aplica-se o juízo de garantia:

- a) Nos processos originários de segunda instância do TJDF.**
- b) Nas varas especializadas de entorpecentes e falências.**
- c) Aos processos de competência do Tribunal do Júri.**
- d) Aos processos de competência das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**
- e) Ao Ministério Público, exigindo-se que também haja um promotor de garantias.**

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre o juízo de garantia.

A alternativa B está correta. O STF conferiu interpretação conforme ao art. 3º-C do CPP para estabelecer que as normas do juiz das garantias não se aplicam a: (1) processos de competência originária dos tribunais (erro da alternativa A); (2) processos de competência do tribunal do júri (erro da alternativa C); (3) aos casos de violência doméstica e familiar (erro da alternativa D) e (4) infrações penais de menor potencial ofensivo (STF, ADI 6298, j. 24/08/2023, Info 1106). Com relação à figura do “promotor de garantias” esta não está prevista na alteração promovida pela Lei 13.964/2019.

As alternativas A, C, D e E estão automaticamente incorretas. A fundamentação dos erros de cada uma delas se encontra no comentário da Letra B.

QUESTÃO 18. Sobre o indiciamento, assinale a alternativa correta:

- a) Pode ser realizado tanto pela autoridade policial como pelo membro do Ministério Público.**
- b) Pode ser realizado mesmo após o oferecimento da denúncia.**
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ser determinado de ofício pelo juiz.**

d) A autoridade policial pode indiciar autoridade com prerrogativa de foro, não havendo a necessidade de autorização para a realização do ato.

e) O STJ admite a configuração do excesso na duração da investigação pode resultar em constrangimento ilegal para indiciado, podendo ser trancada o inquérito policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre indiciamento.

A alternativa A está incorreta. Não, o indiciamento é privativo do delegado de polícia, conforme art. 2º, §6º da Lei 12.830/2013. “Art. 2º, §6º. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias”.

A alternativa B está incorreta. Não pode ser realizada após a denúncia. Inclusive, se realizado após, será considerado constrangimento ilegal. III. O indiciamento formal do paciente após o recebimento da denúncia configura constrangimento ilegal. Precedentes. IV. Ordem concedida para determinar a revogação do indiciamento formal do paciente, sem prejuízo do prosseguimento da Ação Penal. (HC 174.576/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 28/09/2010, DJe 18/10/2010)”.

A alternativa C está incorreta. Como visto na Letra A, o indiciamento é ato privativo do delegado de polícia.

A alternativa D está incorreta. Segundo Norberto Avena: “À exceção de Magistrados e membros do Ministério Público (art. 33, parágrafo único, da LC 35/1979 e art. 41, II, da Lei 8.625/1993, respectivamente), também os ocupantes de cargos com prerrogativa de função podem ser indiciados. Sem embargo, deve-se atentar que, relativamente aos detentores de prerrogativa de função no STF, as investigações, assim como qualquer diligência investigatória e o próprio indiciamento, somente poderão ser realizados quando previamente requeridos pela autoridade policial ou pelo Ministério Público e autorizados pelo STF. Trata-se da chamada investigação supervisionada, em que a iniciativa do procedimento investigatório deve contar com a supervisão do Ministro-Relator no Supremo Tribunal Federal (STF, Inq. 2411 QO/MT, Pleno, DJ 25.04.2008)”.

A alternativa E está correta. Reflete o entendimento do STJ sobre o tema: Há excesso de prazo para conclusão de inquérito policial, quando, a despeito do investigado se encontrar solto e de não sofrer efeitos de qualquer medida restritiva, a investigação perdura por longo período e não resta demonstrada a complexidade apta a afastar o constrangimento ilegal. STJ. 6ª Turma. HC 653.299-SC, Rel. Min. Laurita Vaz, Rel. Acd. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 16/08/2022 (Info 747).

QUESTÃO 19. No que tange ao arquivamento, assinale a alternativa correta:

a) O Supremo Tribunal Federal entende existir no ordenamento jurídico a figura do arquivamento implícito.

b) O arquivamento indireto ocorre quando o Ministério Público deixa de denunciar um dos corréus, podendo o MP fazê-lo posteriormente, sem que haja a preclusão.

c) O Supremo Tribunal Federal entende que o arquivamento em razão da atipicidade da conduta faz coisa julgada material, mas na hipótese de ter sido arquivado o inquérito em razão da presença de uma excludente de ilicitude, é possível o desarquivamento, caso sejam encontradas novas provas.

d) Na hipótese de arquivamento por extinção da punibilidade em razão de morte do agente, caso haja sido declarada em razão de certidão de óbito falsa, não se faz coisa julgada material, sendo isso hipótese legal de suspensão do prazo prescricional.

e) A decisão de arquivamento proferida em juízo incompetente, permite que seja oferecida outra ação penal no juízo competente, por não fazer qualquer efeito de coisa julgada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o arquivamento.

A alternativa A está incorreta. Segundo Norberto Avena: “Consoante entendimento amplamente majoritário, tal modalidade de “arquivamento” não possui previsão legal e caracteriza omissão injustificada do Ministério Público. Veja-se, a propósito, que a insubsistência do denominado arquivamento implícito de há muito vem sendo afirmada no âmbito do próprio Supremo Tribunal Federal. Basta ver que, já em 19.10.2010, por ocasião do julgamento do Habeas Corpus 104.356/RJ (Informativo 605)”.

A alternativa B está incorreta. Segundo Norberto Avena o arquivamento indireto seria a hipótese em que o MP ao receber com vista o inquérito “deixa de oferecer denúncia por considerar incompetente o juízo, requerendo a remessa dos respectivos autos ao foro que considera competente.

A alternativa C está correta. Segundo o STF, o arquivamento de inquérito policial em razão do reconhecimento de excludente de ilicitude não faz coisa julgada material. Logo, surgindo novas provas seria possível reabrir o inquérito policial, com base no art. 18 do CPP e na Súmula 524 do STF. STF. 1ª Turma. HC 95211, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/03/2009. STF. 2ª Turma. HC 125101/SP, rel. orig. Min. Teori Zavascki, red. p/ o acórdão Min. Dias Toffoli, julgado em 25/8/2015 (Info 796).”.

A alternativa D está incorreta. Sobre o tema Norberto Avena deixa claro que: “Há duas orientações: uma, no sentido de que se trata de ato inexistente, à qual aderimos; outra, no sentido de que a hipótese gera nulidade absoluta. De qualquer sorte, é certo que esta ordem de decisão, uma vez reconhecida a mácula, não produzirá coisa julgada, podendo, assim, dar margem ao prosseguimento do processo prematuramente extinto. Neste sentido pronunciou-se o STF, compreendendo que “a decisão que, com base em certidão de óbito falsa, julga extinta a punibilidade do réu pode ser revogada, dado que não gera coisa julgada em sentido estrito”. E não é outro o entendimento do STJ, decidindo que “o desfazimento da decisão que, admitindo por equívoco a morte do agente, declarou extinta a punibilidade, não constitui ofensa à coisa julgada” STF, HC 104.998/SP, DJ 09.05.2011; HC 84.525/MG, DJ 03.12.2004. STJ, HC 31234/MG, DJ 09.02.2004”.

A alternativa E está incorreta. O arquivamento determinado por decisão de juiz absolutamente incompetente pode fazer coisa julgada material. “I - Habeas corpus: cabimento. É da jurisprudência do Tribunal que não impedem a impetração de habeas corpus a admissibilidade de recurso ordinário ou extraordinário da decisão impugnada, nem a efetiva interposição deles. II - Inquérito policial: arquivamento com base na atipicidade do fato: eficácia de coisa julgada material. A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, quando fundado o pedido do Ministério Público em que o fato nele apurado não

constitui crime, mais que preclusão, produz coisa julgada material, que - ainda quando emanada a decisão de juiz absolutamente incompetente -, impede a instauração de processo que tenha por objeto o mesmo episódio. Precedentes”. (HC 83.346/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Turma, DJ de 19.8.2005).

QUESTÃO 20. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público não pode:

- a) Aditar a queixa-crime incluindo fato delituoso ou um outro corréu.**
- b) Oficiar pela rejeição da queixa-crime por entendê-la inapta.**
- c) Fornecer elementos de prova.**
- d) Interpor recursos.**
- e) Retomar a ação penal em qualquer hipótese.**

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre ação penal privada subsidiária da pública.

A alternativa E está correta. Apenas poderá retomar a titularidade da ação penal se houver negligência do particular na condução da demanda. “CPP. Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.”.

As alternativas A, B, C e D estão automaticamente incorretas nos termos da fundamentação da Letra E.

QUESTÃO 21. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de norma processual, não cabe o acordo nos processos iniciados antes da entrada em vigor da Lei 13.964/2019 (Pacote anticrime).**
- b) O Judiciário pode impor ao Ministério Público a obrigação de ofertar acordo de não persecução penal, no exame de sua legalidade.**
- c) A formalização da confissão para fins do ANPP pode se dar no momento da assinatura do acordo, perante o membro do Ministério Público, após a ciência, avaliação e aceitação da proposta pelo beneficiado.**
- d) A negativa da proposta de ANPP pelo Ministério Público é irrecurável.**
- e) A confissão formal, realizada para fins de ANPP é irretratável, podendo, eventualmente, ser declarada nula, em razão de comprovação de vício de consentimento do autor do fato.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

A alternativa A está incorreta. Cabe o acordo nos processos iniciados após o Pacote Anticrime: “É possível celebrar o ANPP em processos penais em andamento na data da entrada em vigor da Lei 13.964/2019, mesmo sem confissão prévia do réu, desde que o pedido seja formulado antes do trânsito em julgado (STJ, HC 845.533-SC, julgado em 08/10/2024).”.

A alternativa B está incorreta. O Judiciário não pode obrigar o MP a ofertar o ANPP: O Judiciário não pode obrigar o MP a ofertar o ANPP, cabendo à defesa, caso discorde da negativa, requerer a revisão pelo órgão superior do MP, conforme o art. 28-A, § 14, do CPP (STF, HC 194677/SP, Info 1017; STJ, RHC 161.251-PR, Info 739).

A alternativa C está correta. É o entendimento do STJ quanto ao tema: A formalização da confissão para fins do ANPP pode se dar no momento da assinatura do acordo, perante o próprio órgão ministerial, após a ciência, avaliação e aceitação da proposta pelo beneficiado, devidamente assistido por defesa técnica, dado o caráter negocial do instituto. STJ, REsp 2.161.548-BA, 12/3/2025 (Tema 1303) (Info 843).

A alternativa D está incorreta. Cabe ao investigado recurso ao órgão superior nos termos do art. 28-A, §14º do CPP: “§ 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.”.

A alternativa E está incorreta. Como a confissão não é exigência do art. 28-A do Código de Processo Penal para o cabimento de Acordo de Não Persecução Penal, poderá ser retratada posteriormente, caso não cumprido o acordo. “A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial não constitui exigência do art. 28-A do Código de Processo Penal para o cabimento de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), sendo inválida a negativa de formulação da respectiva proposta baseada em sua ausência. A formalização da confissão para fins do ANPP pode se dar no momento da assinatura do acordo, perante o próprio órgão ministerial, após a ciência, avaliação e aceitação da proposta pelo beneficiado, devidamente assistido por defesa técnica, dado o caráter negocial do instituto. STJ, REsp 2.161.548-BA, 12/3/2025 (Tema 1303) (Info 843).”.

QUESTÃO 22. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Tribunal do Júri:

a) O Promotor de Justiça pode fazer menção à vida pregressa do acusado, mesmo que não tenha sido juntado aos autos dentro do prazo mínimo de 03 dias.

b) Não se admite a existência exclusiva de testemunho de “ouvir dizer”, mesmo que esteja comprovado que a comunidade possua pavor do denunciado.

c) Havendo novo julgamento plenário, em razão da primeira decisão ter sido manifestamente contrária à prova dos autos, veda-se o arrolamento de novas testemunhas, por ofensa ao devido processo legal.

d) Havendo concordância entre a acusação e a defesa sobre a autoria, não é nula a falta de quesito acerca do assunto.

e) Em razão da plenitude de defesa, não pode o juiz indeferir a produção de prova, mesmo que entenda que ela seja meramente especulativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. Deve ser observado o prazo mínimo de 03 dias, conforme previsão expressa do art. 479 do CPP c/c entendimento do STJ: 2. A utilização de documentos relacionados com a vida pregressa do acusado no plenário do júri, desde que observados os prazos legais, não viola o art. 478 do CPP. STJ. 6ª Turma. AREsp 2.944.944-GO, Rel. Min. Otávio de Almeida Toledo (Desembargador convocado do TJSP), julgado em 12/8/2025 (Info 858). “Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.”.

A alternativa B está incorreta. O testemunho do “ouvi dizer” no processo penal brasileiro trata-se de depoimento indireto em que a testemunha relata fatos que não vivenciou ou presenciou pessoalmente, mas que tomou conhecimento por terceiros. O STJ permite sua utilização quando houver pavor do denunciado: “Embora a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considere insuficiente o testemunho indireto para fundamentar a condenação pelo Tribunal do Júri, o temor que o denunciado exerce na comunidade justifica a inexistência de depoimentos de testemunhas oculares do delito. STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 2.192.889-MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 18/3/2025 (Info 844).”

A alternativa C está correta. De fato, não poderá se inovar no conjunto probatório em casos que ocorre novo julgamento plenário pelo primeiro ter sido considerado manifestamente contrário à prova dos autos: “Em novo julgamento pelo Tribunal de Júri, pelo fato do primeiro veredito ter sido considerado manifestamente contrário à prova dos autos, não se pode admitir inovação no conjunto probatório que será levado ao conhecimento do novo Conselho de Sentença. STJ. 6ª Turma. REsp 2.225.331-RJ, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 04/11/2025 (Info 870).”.

A alternativa D está incorreta. Vai contra o entendimento do STJ: “A ausência de formulação de quesito obrigatório no Tribunal do Júri acarreta nulidade absoluta do julgamento, a qual não se submete aos efeitos da preclusão, mesmo que não tenha sido suscitada na ata de julgamento. STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp 1.668.151-PR, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 12/11/2024 (Info 834).”.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, o magistrado pode avaliar a pertinência da produção da prova: “A plenitude de defesa exercida no Tribunal do Júri não impede que o magistrado avalie a pertinência da produção da prova. STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 676120/MA, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 5/9/2023 (Info 786).”.

QUESTÃO 23. Com relação ao valor mínimo fixado pelo juiz para reparação dos danos causados pela infração, assinale a alternativa correta:

a) Pode ser formulado pelo assistente de acusação, quando o Ministério Público não mencione na denúncia.

b) Por se tratar de valor mínimo, não pode incluir dano moral, só podendo ser admitido o dano material.

c) A posterior reconciliação entre agressor e vítima, no âmbito da violência doméstica, afasta a necessidade de fixação do valor mínimo para reparação.

d) Pode ser concedido de ofício pelo juiz.

e) quando o beneficiário for coincidente com a prestação pecuniária, pode o montante determinado ser compensado, ante a coincidência de beneficiário.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre a reparação de danos causados pela infração.

A alternativa E está correta. De fato, este é o entendimento do STJ quanto ao tema: “A prestação pecuniária prevista no art. 45, §1º, do Código Penal pode ser compensada com o montante fixado com fundamento no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, ante a coincidência de beneficiários. STJ. 5ª Turma. REsp 1.882.059-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 19/10/2021 (Info 714). Art. 45 (...) § 1º A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários. Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: (...) IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;”.

As alternativas A, B, C e D, estão automaticamente incorretas, nos termos da fundamentação da Letra E.

QUESTÃO 24. Marque a alternativa correta:

a) Os dados obtidos de celular apreendido, com a senha fornecida espontaneamente pela vítima, são plenamente válidos.

b) O “print” da tela de celular não é considerada prova válida no processo penal, por não respeitar a cadeia de custódia necessária.

c) A eventual prova encontrada relativa à outro fato criminoso não pode ser utilizado no processo penal, mesmo que o celular tenha sido objeto de busca e apreensão autorizada judicialmente.

d) O celular esquecido pelo agente e apreendido em local público, não pode ter seus elementos utilizados como prova, devendo-se expedir mandado de busca e apreensão.

e) A eventual coação para fornecimento de senha em celular apreendido em razão de busca e apreensão autorizada judicialmente, torna nula a prova encontrada no aparelho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre provas digitais.

A alternativa A está correta. É o que estabelece o Tema 977 do STF: “1.2. Em se tratando de aparelho celular apreendido na forma do art. 6º do CPP ou por ocasião da prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados será condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial (art. 7º, III, e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.965/2014) que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência à luz de direitos fundamentais à intimidade, à privacidade, à proteção dos dados pessoais e à autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais (art. 5º, X e LXXIX, CF/88). Nesses casos, a celeridade se impõe, devendo a autoridade policial atuar com a maior rapidez e eficiência possíveis e o Poder Judiciário conferir tramitação e apreciação prioritárias aos pedidos dessa natureza, inclusive em regime de plantão.”. STF. ARE 1.042.075/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/06/2025 (Repercussão Geral – Tema 977) (Info 1184).

A alternativa B está incorreta. Serão consideradas válidas, desde que não exista “quebra da cadeia de custódia”. “3. Embora a argumentação defensiva orbite em torno da alegação de que as reproduções fotográficas de imagens capturadas de telas de celular carecem de prova de sua higidez, insinuando a imprestabilidade de tais elementos para comprovar a materialidade dos crimes imputados, não há qualquer elemento concreto que indique adulteração no iter probatório. 4. Assim, não se verifica a alegada ‘quebra da cadeia de custódia’, pois nenhum elemento veio aos autos a demonstrar que houve adulteração da prova, alteração na ordem cronológica dos diálogos ou mesmo interferência de quem quer que seja, a ponto de invalidar a prova (HC 574.131/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 25/8/2020, DJe 4/9/2020). 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 891.665/SC, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 8/4/2024, DJe de 11/4/2024.)”.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “Se o juiz determinou a busca e apreensão de telefone celular ou smartphone do investigado, é lícito que as autoridades tenham acesso aos dados armazenados no aparelho apreendido, especialmente quando a referida decisão tenha expressamente autorizado o acesso a esse conteúdo. STJ. 5ª Turma. RHC 75.800-PR, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 15/9/2016 (Info 590).”

A alternativa D está incorreta. Poderá ser utilizado como prova: “A autoridade policial pode, sem prévia ordem judicial ou consentimento, acessar dados contidos em aparelho celular encontrado fortuitamente no local do crime (quando ele é esquecido/abandonado na cena do crime), desde que a finalidade seja a de esclarecer a autoria do suposto fato criminoso ou de identificar o proprietário do aparelho e que, posteriormente, a adoção da medida seja justificada. Por outro lado, quando o celular é apreendido com o suspeito presente (nas hipóteses de prisão em flagrante), os dados somente podem ser acessados caso haja consentimento expresso do dono ou autorização judicial. STF. ARE 1.042.075/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/06/2025 (Repercussão Geral – Tema 977) (Info 1184).”.

A alternativa E está incorreta. Pela teoria da fonte independente, como já estava autorizada a busca e apreensão no celular, a coação praticada no ato para obtenção da senha torna nula essa “confissão” da senha, mas não a contaminação dos dados que seriam obtidos de qualquer forma. CPP. “Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. § 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.”.

QUESTÃO 25. Com relação à competência, marque a alternativa correta:

a) O fato de o crime ser previsto em tratado ou convenção internacional afasta a competência comum, atraindo a competência para a Justiça Federal.

b) Compete à justiça federal o crime praticado pela internet.

c) Compete à justiça federal quando há conexão entre crimes federais e comuns, salvo se o crime da justiça comum for mais grave, razão pela qual deve haver cisão dos processos.

d) Compete à justiça comum do DF processar e julgar crime em que indígena figure tanto como autor e vítima, desde que não haja ofensa a direitos e a cultura indígenas.

e) A ofensa, mesmo que genérica, praticada em detrimento de bens da União atrai a competência da Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. CD'S E DVD'S ADQUIRIDOS NO PARAGUAI E INTRODUZIDOS CLANDESTINAMENTE NO PAÍS. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184, § 2º, DO CP). TRANSNACIONALIDADE DA CONDUTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ART. 109, V, DA CF/88). 1. O art. 109, V, da CF/88 estabelece dois requisitos concomitantes e necessários para que se afete à Justiça Federal a competência para o julgamento do delito: a) a existência de tratado ou convenção internacional à qual o Brasil tenha aderido, que proteja o bem jurídico em questão; e b) a transnacionalidade da conduta, que se configura quando a execução do delito tenha se iniciado no país e o resultado ocorrido (ou que devesse ocorrer, na hipótese de tentativa) no estrangeiro, ou reciprocamente. 2. Em se tratando de direitos autorais, o Brasil é signatário da Convenção de Berna/1886, da Convenção Interamericana/1946 e da Convenção Universal dos Direitos do Autor/1952. 3. Comprovado nos autos que o investigado transportava CD's e DVD's gravados, falsificados, adquiridos no Paraguai e introduzidos irregularmente no País, configura-se a transnacionalidade da conduta. 4. Apesar de o crime de violação de direito autoral infringir, em regra, apenas o interesse particular, presente a nota de transnacionalidade na conduta, é de se reconhecer a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento do crime, com base no art. 109, V, da CF/88. 5. Conflito conhecido, para declarar competente para a condução do presente inquérito policial o Juízo Federal da 2ª Vara de Cascavel, Seção Judiciária do Paraná, o suscitado. (CC 144.072/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 01/12/2015)".

A alternativa B está incorreta. Contraria o entendimento do STJ. Crimes contra a honra praticados pelas redes sociais da internet: competência da JUSTIÇA ESTADUAL (regra geral). STJ. CC 121431-SE, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 11/4/2012 (Info 495).

A alternativa C está incorreta. Contraria o seguinte julgado do STJ: Compete à Justiça estadual processar e julgar crimes sem conexão probatória com os que estão em curso na Justiça Federal, mesmo que os delitos tenham sido descobertos dentro do mesmo contexto fático. STJ. 3ª Seção. AgRg no CC 200.833-PR, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 13/3/2024 (Info 804).

A alternativa D está correta. É o entendimento do STJ: A competência da Justiça Federal para processar e julgar ações penais de delitos praticados contra indígena somente ocorre quando o processo versa sobre questões ligadas à cultura e aos direitos sobre suas terras, ou, ainda, na hipótese de genocídio. STJ. 3ª Seção. CC 38517-RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 24/10/2012 (Info 508).

A alternativa E está incorreta. É o entendimento de Norberto Avena: “a prática de crime previsto em tratado ou convenção internacional, por si, não atrai, necessariamente, a competência da Justiça Federal para o respectivo processo e julgamento. Para tanto, será necessário que se trate de delito com repercussão internacional e não meramente interna ao País.”. O mesmo entendimento possui Aury Lopes Jr.: “Quanto ao inciso V, serão de competência da Justiça Federal os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente. Nessa situação encontram-se, entre outros, o tráfico de mulheres e crianças, e o delito de tráfico de substâncias entorpecentes, que merecerá uma análise mais detida.”. Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: [...] V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;”.

QUESTÃO 26. No que tange às provas, assinale a alternativa correta:

a) Em razão de possíveis esquecimento, é válida a produção antecipada de provas de agentes policiais, fundamentada unicamente no transcurso do tempo e da quantidade de ocorrências similares atendidas cotidianamente.

b) As eventuais irregularidades ocorridas no inquérito, contaminam no processo criminal, as eventuais provas decorrentes, mesmo que renovadas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

c) As perícias produzidas no inquérito precisam se repetidas no curso da ação penal para que possam serem utilizadas como base de condenação, nos moldes do artigo 155 do CPP.

d) A alegação de ausência de vestígio não é motivo suficiente para que se adote a prova oral para fins de definição da qualificadora no furto.

e) O réu tenha o direito subjetivo de acompanhar, por sistema de videoconferência, audiência de inquirição de testemunha realizada presencialmente perante o juízo natural da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está correta. Com base no entendimento do STJ: “É possível a antecipação de provas para a oitiva de testemunhas policiais, dado que, pela natureza dessa atividade profissional, diariamente em contato com fatos delituosos semelhantes, o decurso do tempo traz efetivo risco de perecimento da prova testemunhal por esquecimento. STJ. 6ª Turma. AgRg no AREsp 1.995.527-SE, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 19/12/2022 (Info 764).”.

A alternativa B está incorreta. Não contaminam o processo criminal, conforme entendimento do STJ: Jurisprudência em Teses Edição nº 105 – Provas no Processo Penal I – “As provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla

defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal - CPP visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito policial não contaminam a ação penal dele decorrente.”.

A alternativa C está incorreta. Não precisam ser repetidas: Jurisprudência em Teses Edição nº 105 – Provas no Processo Penal I - “Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória sem a necessidade de serem repetidos no curso da ação penal por se sujeitarem ao contraditório diferido.”.

A alternativa D está incorreta. É motivo suficiente sim, conforme entende o STJ: Jurisprudência em Teses Edição nº 105 – Provas no Processo Penal I – “A incidência da qualificadora rompimento de obstáculo, prevista no art. 155, § 4º, I, do Código Penal, está condicionada à comprovação por laudo pericial, salvo em caso de desaparecimento dos vestígios, quando a prova testemunhal, a confissão do acusado ou o exame indireto poderão lhe suprir a falta.”.

A alternativa E está incorreta. Contraria o entendimento do STJ: Jurisprudência em Teses Edição nº 111 – Provas no Processo Penal II – “O réu não tem direito subjetivo de acompanhar, por sistema de videoconferência, audiência de inquirição de testemunhas realizada, presencialmente, perante o Juízo natural da causa, por ausência de previsão legal, regulamentar e principiológica.”.

QUESTÃO 27. No que tange à apelação, assinale a alternativa correta:

a) A apresentação das razões fora do prazo legal pelo Ministério Público impede o conhecimento o conhecimento do recurso de apelação interposto, ainda que tempestivo.

b) Em razão do efeito devolutivo amplo, pode o Tribunal conhecer e analisar, em apelação interposto pela Defesa, questões além dos fundamentos e pedidos trazidos em sus razões, desde que não agrave a situação do réu.

c) Havendo inércia do advogado na apresentação de razões, tem-se a intimação do réu para nomeação de novo defensor. Caso o réu reste silente, tem-se como prejudicado o recurso interposto.

d) O efeito devolutivo é amplo nos processos do Tribunal do Júri, em razão do princípio da plenitude de defesa.

e) É nulo o julgamento de apelação mesmo quando o voto de desembargador impedido não interferir no resultado final.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa B está correta. É o entendimento do STJ: “1. Sabe-se que em razão do efeito amplamente devolutivo da apelação, pode o Tribunal, ao julgar recurso exclusivo da defesa, apresentar novas fundamentações, desde que não agrave a situação do recorrente. 2. No presente caso, não há ilegalidade a ser sanada de ofício, uma vez que o Tribunal estadual não aumentou a pena-base do paciente, pelo contrário, ao analisar a dosimetria efetuada pelo sentenciante entendeu pelo afastamento da circunstância relativa à

culpabilidade, reduzindo a sanção inicial, ausente, portanto, o alegado reformatio in pejus. [...] (AgRg no HC 320.398/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).”

As alternativas A, C, D e E estão automaticamente incorretas nos termos da fundamentação acima.

QUESTÃO 28. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa correta:

a) Não há constrangimento ilegal na imposição de medida cautelar de suspensão do exercício de função pública sem prazo e sem a contestação de descumprimento das demais medidas cautelares impostas e do encerramento da ação penal.

b) O comparecimento periódico em juízo, como medida cautelar diversa da prisão, configura restrição à liberdade de locomoção para fins de detração penal.

c) As horas de recolhimento noturno obrigatório devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena, desprezando-se o período remanescente menor do que vinte e quatro horas.

d) A imposição de medida cautelar diversa da prisão desproporcional não é motivo para impetração de habeas corpus, em razão de não existir perigo no direito de ir e vir do autor da conduta.

e) O descumprimento de medida cautelar pode resultar na decretação da prisão preventiva, exceto quando o indivíduo tiver praticado o crime cuja pena seja inferior a quatro anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre medidas cautelares diversas da prisão.

A alternativa A está correta. O STJ entende que a suspensão do exercício de função pública não pode perdurar para sempre, configurando constrangimento ilegal passível de Habeas Corpus. 1. Há constrangimento ilegal na imposição de medida cautelar de suspensão do exercício de função pública sem prazo e sem a constatação de descumprimento das demais medidas cautelares impostas e do encerramento da ação penal (AgRg no HC n. 600.566/ES, Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, DJe 7/12/2020) 2. O afastamento do exercício das funções públicas imposto ao ora recorrente ultrapassa, com folga, 2 anos, o que caracteriza inequívoca cassação do cargo público, dado o excessivo intervalo da medida, visto que vilipendia frontalmente a natureza cautelar da medida diversa da prisão (art. 319, VI, do CPP). 2. Recurso em habeas corpus provido para revogar a medida cautelar de afastamento das funções públicas, nos termos do art. 319, VI, do Código de Processo Penal. (RHC n. 165.278/CE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 6/12/2022, DJe de 12/12/2022).”.

A alternativa B está incorreta. A detração penal não se aplica ao comparecimento periódico em juízo, conforme entendimento do STJ: Tese de julgamento: "1. O comparecimento periódico em juízo, como medida cautelar diversa da prisão, não configura restrição à liberdade de locomoção para fins de detração penal. 2. O art. 42 do Código Penal não prevê a detração para medidas cautelares que não impliquem notória restrição à liberdade de ir e vir". Dispositivos relevantes citados: CP, art. 42; CPP, art. 319, I. Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no HC 921.502/SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 09.09.2024; STJ, AgRg no REsp 2.038.946/SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em

14.08.2023; STJ, AgRg no REsp 1.737.976/SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 06.12.2018.”.

A alternativa C está correta. Conforme tese firmada no Tema Repetitivo 1155 do STJ: “3) As horas de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.”.

A alternativa D está incorreta. O Habeas Corpus é cabível nesses casos. O STJ tem conhecido (e, portanto, admitido) habeas corpus questionando medidas cautelares diversas. Como aconteceu no caso do grupo J&F, no qual o empresário Joesley Batista, mediante HC, conseguiu “afastar a proibição de participar, diretamente ou por interposta pessoa, de operações no mercado financeiro e de ocupar cargos ou funções nas pessoas jurídicas que compõem o grupo” (RHC 120.261/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2020).

A alternativa E está incorreta. Contraria o que prevê o art. 282, §4º, do CPP: “§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.”.

QUESTÃO 29. João Maria, deputado distrital no período 2019-2022, praticou o crime de corrupção passiva, em razão do cargo que ocupava. Conforme apurado, os fatos ocorreram em Taguatinga, seu reduto eleitoral, tendo ele recebido uma quantidade substancial de dinheiro. Com base nessas informações e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta acerca de João Maria:

- a) Deve ser processado em uma das Varas Criminais de Taguatinga, local dos fatos.**
- b) Deve ser processado em uma das Varas Criminais de Brasília, haja vista que exercia à época o cargo de Deputado Distrital.**
- c) Não pode ser beneficiado pelo Acordo de Não Persecução Penal, em razão da impossibilidade de concessão do benefício ao crime de corrupção.**
- d) Deve ser processado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**
- e) Deve ser julgado pela justiça eleitoral.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prerrogativas de foro.

A alternativa A está correta. Considerando a tese do STF, o processamento da ação será na 1ª Instância, uma vez que cessou o foro por prerrogativa de função: “Com a decisão proferida pelo STF, em 03/05/2018, na AP 937 QO/RJ, todos os inquéritos e processos criminais que estavam tramitando no Supremo envolvendo crimes não relacionados com o cargo ou com a função desempenhada pela autoridade, foram remetidos para serem julgados em 1ª instância. Isso porque o STF definiu, como 1ª tese, que “o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções

desempenhadas”. O entendimento acima não se aplica caso a instrução já tenha se encerrado. Em outras palavras, se a instrução processual já havia terminado, mantém-se a competência do STF para o julgamento de detentores de foro por prerrogativa de função, ainda que o processo apure um crime que não está relacionado com o cargo ou com a função desempenhada. Isso porque o STF definiu, como 2ª tese, que “após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.” STF. 1ª Turma. AP 962/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 16/10/2018 (Info 920).”

As alternativas B, C, D e E estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 30. Sobre o interrogatório, marque a alternativa correta:

- a) Não há nulidade quando não se oportuniza a defesa a realização de perguntas, quando o acusado se negar a responder aos questionamentos do juiz.**
- b) O réu foragido tem o direito de participar do interrogatório por videoconferência, mesmo quando a audiência de instrução for realizada presencialmente.**
- c) A defesa dos corréus não pode participar do interrogatório de outros réus.**
- d) A condução rude do magistrado durante o interrogatório no Tribunal do Júri configura, por si só, nulidade em razão da quebra da imparcialidade do magistrado e a influência negativa nos jurados.**
- e) O fato de um acusado atribuir falsamente a outrem uma prática criminosa não é motivo suficiente para aumento da pena-base.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o interrogatório.

A alternativa E está correta. É o entendimento do STJ: “De toda sorte, ainda que, por hipótese, se pudesse considerar provado que o réu atribuiu falsamente crime a terceiro no interrogatório (o que não é o caso), isso não diria respeito à sua culpabilidade, a qual, conforme assentado anteriormente, relaciona-se ao grau de reprovabilidade pessoal da conduta imputada ao acusado. Isso porque o interrogatório constitui fato posterior à prática da infração penal, de modo que não pode ser usado retroativamente para incrementar o juízo de reprovabilidade de fato praticado no passado.”. (STJ, HC 834.126).

As alternativas A, B, C e D, estão automaticamente incorretas, nos termos da fundamentação acima.

QUESTÃO 31. No que toca à Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da minorante do tráfico privilegiado exige que o agente seja primário, de bons antecedentes, admitindo que ele integre organização criminosa desde que não exerça função de liderança.**
- b) A associação para o tráfico exige vínculo estável entre duas ou mais pessoas, com divisão de tarefas e habitualidade, sendo irrelevante a comprovação de permanência.**
- c) A qualificadora do tráfico transnacional depende da efetiva travessia física do agente pela fronteira internacional, sendo irrelevante a prova de que a droga seria remetida ao exterior por meio de terceiros ou do serviço postal.**
- d) As medidas educativas de prestação de serviços à comunidade e de comparecimento a programa ou curso educativos previstas no art. 28, caput, incisos II e III, da Lei nº 11.343/2006 serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses e, em caso de reincidência, pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.**
- e) Para a garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o art. 28, caput, incisos I a III da Lei nº 11.343/2006 a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, alternativamente, a admoestação verbal ou multa.**

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).

A alternativa A está incorreta. Não se admite que o agente integre organização criminosa, conforme art. 33, §4º, da Lei de Drogas: § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa B está incorreta. A comprovação da permanência é relevante e necessária para configurar a associação para o tráfico, conforme entendimento do STJ: “Para a configuração do delito de associação para o tráfico de drogas, é necessário o dolo de se associar com estabilidade e permanência, sendo que a reunião de duas ou mais pessoas sem o animus associativo não se subsume ao tipo do art. 35 da Lei n. 11.343/2006. Trata-se, portanto, de delito de concurso necessário (HC n. 434.972/RJ, Relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 26/6/2018, DJe de 1º/8/2018).”.

A alternativa C está incorreta. Não depende da efetiva travessia física, aliás, este requisito é irrelevante, nos termos da jurisprudência do STJ: “Para a incidência da causa especial de aumento de pena prevista no inciso I do art. 40 da Lei de Drogas, é irrelevante que haja a efetiva transposição das fronteiras nacionais, sendo suficiente, para a configuração da transnacionalidade do delito, que haja a comprovação de que a substância tinha como destino/origem localidade em outro País. STJ. 6ª Turma. AgRg no AREsp 377.808/MS, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 12/09/2017.”. “Súmula 607-STJ: A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº 11.343/2006) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteira.”

A alternativa D está correta. Cobrou-se a literalidade da Lei de Drogas, especificamente do art. 28, §§2º, 3º e 4º: “Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo

pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. § 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses. § 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.”.

A alternativa E está incorreta. Nesse caso, a aplicação será sucessiva e não alternativa, conforme prevê o §6º do art. 28 da Lei de Drogas: “§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a: I - admoestação verbal; II - multa.”.

QUESTÃO 32. A Lei nº 11.340/2006 leva o nome da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de feminicídio e que tornou-se símbolo da luta contra a violência de gênero. Quanto à essa norma é correto afirmar:

a) A incidência da Lei Maria da Penha exige convivência doméstica atual entre agressor e vítima, sendo inviável a sua aplicação quando a relação afetiva tiver cessado antes do fato.

b) A violência psicológica praticada contra a mulher em contexto de gênero levada a efeito por meio de ridicularização, humilhação, manipulação que perturbe o seu pleno desenvolvimento, causando-lhe dano emocional configura crime punido com reclusão de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, ainda que não resulte em lesão corporal.

c) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra mulher não se admite a aplicação dos benefícios previstos na Lei nº 9.099/1995, podendo ser firmado, no entanto, acordo de não persecução penal desde que a pena mínima prevista para o delito seja inferior a 4 (quatro) anos, haja confissão formal e a providência se mostre suficiente à prevenção de novos atos de violência.

d) O afastamento do lar pode ser decretado pelo delegado de polícia sempre que houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, independentemente de manifestação judicial posterior.

e) A violação de medida protetiva configura crime autônomo, punido com pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. Nas hipóteses de flagrante, quando a prisão não puder ser convertida em preventiva, o delegado de polícia poderá arbitrar fiança.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A alternativa A está incorreta. A Lei Maria da Penha também se aplica aos casos em que o agressor convivia com a vítima, portanto, não exige que a convivência seja atual. “Art. 5º [...] III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.”

A alternativa B está correta. Apesar de ter sido cobrado sobre a Lei Maria da Penha, a alternativa buscava o conhecimento do crime previsto no art. 147-B do Código Penal incluído pela Lei 14.188, de 2021: “Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.”.

A alternativa C está incorreta. As disposições previstas na Lei 9.099/1995 não são aplicadas aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena prevista. Lei Maria da Penha: “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”.

A alternativa D está incorreta. O delegado de polícia poderá afastar do lar o agressor quando verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, porém, o delegado de polícia deverá comunicar ao juiz no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. “Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: [...] II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou [...] § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do **caput** deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.”.

A alternativa E está incorreta. A pena está equivocada. A pena para o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. “Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.”.

QUESTÃO 33. Sobre a Lei nº 9.613/1998, que cuida dos delitos de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta:

a) O confisco alargado só pode ser decretado após o trânsito em julgado e exclusivamente se os bens estiverem registrados em nome do condenado, em respeito ao princípio da intranscendência patrimonial.

b) A ocultação de bens provenientes de infração penal depende da comprovação de que o agente os converteu previamente em ativos lícitos, pois o núcleo típico exige a criação de aparência de legalidade para caracterizar o branqueamento.

c) A ocultação de valores provenientes de contravenção penal não configura lavagem de capitais, porque a lei exige relação com crimes antecedentes previstos em legislação penal especial.

d) A utilização de bem adquirido com produto de crime antecedente para custear despesas correntes, sem alteração de titularidade, caracteriza lavagem autônoma, desde que o agente tenha consciência da origem ilícita e pretenda impedir rastreamento patrimonial.

e) A lei admite a punição pela lavagem mesmo quando o crime antecedente seja imputado a terceiro desconhecido, desde que o agente pratique atos de ocultação ou dissimulação e haja elementos suficientes para vincular os bens à infração penal antecedente.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre a Lei nº 9.613/1998.

A alternativa A está incorreta. O confisco alargado pode ser decretado sem necessidade de trânsito em julgado (em cognição sumária, na sentença) e alcança bens em nome de interposta pessoa quando demonstrado serem do condenado por organização criminosa ou crime antecedente de lavagem, não se limitando a bens registrados em seu nome. “Art. 7º São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal: I - a perda, em favor da União - e dos Estados, nos casos de competência da Justiça Estadual -, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta Lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé; § 2º Os instrumentos do crime sem valor econômico cuja perda em favor da União ou do Estado for decretada serão inutilizados ou doados a museu criminal ou a entidade pública, se houver interesse na sua conservação.”.

A alternativa B está incorreta. A lavagem de dinheiro não exige conversão prévia em ativos lícitos. Os verbos típicos incluem “ocultar ou dissimular” a origem, localização, disposição ou propriedade de bens/valores. STJ: basta dificultar rastreamento da origem lícita, não sendo necessária a criação de aparência de legalidade completa. “3. O STJ tem entendido ser desnecessário que o autor do crime de lavagem de capitais tenha sido autor ou partícipe do delito antecedente, bastando que tenha ciência da origem ilícita dos bens e concorra para sua ocultação ou dissimulação. Sem contar que a ocultação e a dissimulação podem se protrair no tempo, mediante a prática de diversos atos subsequentes, exatamente para dar aparência de legalidade às aquisições obtidas de modo ilícito (REsp n. 1.829.744/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 3/3/2020).”

A alternativa C está incorreta. Pelo próprio art. 1º da Lei nº 9.613/1998 constata-se a utilização da expressão “infração penal” que engloba tanto crime como contravenção penal. “Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.”.

A alternativa D está incorreta. A mera utilização de bens de origem ilícita para despesas correntes, sem alteração de titularidade ou ocultação patrimonial, não configura autonomamente lavagem de dinheiro. É necessário ato de ocultação/dissimulação que dificulte rastreamento ou identificação da origem criminosa. O simples consumo de produto do crime é post factum impunível absorvido pelo crime antecedente. “7. Por definição legal, a lavagem de dinheiro constitui crime acessório e derivado, mas autônomo em relação ao crime antecedente, não constituindo post factum impunível, nem dependendo da comprovação da participação do agente no crime antecedente para restar caracterizado (REsp 1342710/PR, STJ).

A alternativa E está correta. Reflete o entendimento do STF: “2. Para configuração do crime do artigo art. 1º da Lei n. 9.613/98, não é necessário que o acusado tenha sido condenado pelo delito antecedente, pois embora derivado ou acessório, o delito de lavagem de dinheiro é autônomo, também não se exigindo processo criminal ou condenação pelo prévio delito, nem mesmo que o acusado seja o autor do delito, bastando, para tanto, a presença de indícios suficientes de sua existência, o que se verifica da peça acusatória que ora se analisa, bem como porque a ação penal que apura o delito de peculato não foi trancada em

relação aos demais denunciados. Precedentes.(...) (RHC n. 94.233/RN, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 21/8/2018, DJe de 3/9/2018.)”.

QUESTÃO 34. Tendo presentes as disposições da Lei nº 9.605/1998, assinale a alternativa correta:

a) A responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais exige demonstração de proveito econômico direto, pois a lei condiciona a sanção ao benefício patrimonial obtido pela empresa ou por seus dirigentes, sendo insuficiente a violação ao meio ambiente sem vantagem financeira comprovada.

b) O crime de poluição qualificada exige demonstração de dano ambiental irreversível ou destruição permanente de ecossistema, pois a mera ofensa à saúde humana ou a interrupção do abastecimento público não caracterizam resultado bastante para majoração.

c) A pessoa jurídica condenada por crime ambiental pode ser sancionada com prestação de serviços à comunidade consistentes na custódia e manutenção de áreas verdes, ainda que suas atividades empresariais não tenham relação com o setor ambiental, desde que haja adequação entre a medida e a finalidade de proteção ecológica.

d) A desobediência a norma administrativa ambiental que regula atividade potencialmente poluidora constitui crime somente quando houver reincidência, pois a Lei nº 9.605/1998 adota a lógica da penalidade escalonada, vedando a punição penal isolada por descumprimento único.

e) A responsabilidade penal do dirigente só é admitida quando houver prova de comando finalístico do crime, pois a Lei nº 9.605/1998 repele a responsabilidade por omissão do administrador, tratando como atípico o mero descumprimento de dever de vigilância.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre a Lei nº 9.605/1998.

A alternativa A está incorreta. A responsabilização da pessoa jurídica independe de demonstração de proveito econômico direto, basta que a infração seja cometida por decisão de representante legal/contratual ou órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade. Lei 9.605/1998. “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.”

A alternativa B está incorreta. Não há a exigência cumulativa de irreversibilidade ou destruição permanente. Lei 9.605/1998. “Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. § 2º Se o crime: I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; IV - dificultar ou impedir o uso público das praias; V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos

ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos: Pena - reclusão, de um a cinco anos.”

A alternativa C está correta. Conforme determina o art. 23, I, da Lei 9.605/1998: “Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em: I - custeio de programas e de projetos ambientais; II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas; III - manutenção de espaços públicos; IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.”.

A alternativa D está incorreta. O crime não exige a reincidência. Lei 9.605/1998. “Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental: Pena - detenção, de um a três anos, e multa.”.

A alternativa E está incorreta. A omissão também é prevista como fato típico. Lei 9.605/1998: “Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la. Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.”.

QUESTÃO 35. Assinale a alternativa correta, conforme o disposto no Estatuto do Idoso:

a) A conduta de confiar a terceiro o cuidado do idoso sem condições mínimas de manutenção e higiene pode sustentar o crime do art. 98, ainda que o agente não seja parente nem coabitante, desde que exista dever jurídico anterior ou assumido voluntariamente que tenha sido descumprido.

b) O crime de abandono previsto no art. 98 exige que o agente seja parente consanguíneo ou afim do idoso, pois o dever jurídico de cuidado é inseparável da solidariedade familiar e não pode ser transferido a terceiros que não integrem seu núcleo doméstico.

c) A retenção do cartão bancário ou benefício previdenciário do idoso só configura o crime do art. 102 quando o agente se apropria efetivamente dos valores recebidos, sendo atípica a mera retenção do cartão sem movimentação financeira.

d) O abandono de idoso sob guarda institucional em hospital, abrigo ou unidade de longa permanência é atípico penalmente, pois o art. 98 alcança apenas o descuido pessoal dos familiares que rejeitam ou afastam a convivência doméstica.

e) A retenção de cartão ou benefício previdenciário é delito próprio do art. 102, que exige que o agente seja curador, tutor ou representante legal do idoso, pois apenas essas figuras possuem controle legítimo dos meios de pagamento do assistido.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre o Estatuto do Idoso.

A alternativa A está correta. O Estatuto do Idoso prevê no seu art. 98 o crime de abandono de idoso por quem estava obrigado por lei ou mandato. “Art. 98. Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandato: Pena – detenção de 6 meses a 3 anos e multa.”.

A alternativa B está incorreta. O art. 98 do Estatuto não exige vínculo de parentesco consanguíneo ou afim. A expressão "quando obrigado por lei ou mandato" abrange qualquer dever jurídico, inclusive assumido voluntariamente ou decorrente de contrato (cuidador contratado, responsável por instituição de longa permanência). “Art. 98. Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandato: Pena – detenção de 6 meses a 3 anos e multa.”.

A alternativa C está incorreta. O Estatuto do Idoso prevê como crime a apropriação do cartão de crédito no art. 102: "Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena - reclusão de 1 a 4 anos e multa.". A mera retenção do cartão bancário ou benefício, impedindo acesso do idoso aos valores, já configura apropriação indevida, não sendo necessária movimentação financeira efetiva pelo agente.

A alternativa D está incorreta. O tipo alcança abandono institucional, protegendo o idoso em situação de vulnerabilidade independentemente do local onde se encontre. “Art. 98. Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandato: Pena – detenção de 6 meses a 3 anos e multa.”.

A alternativa E está incorreta. O art. 102 ("Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena - reclusão de 1 a 4 anos e multa.") não exige qualificação específica do agente. Trata-se de crime comum que pode ser praticado por qualquer pessoa que se aproprie ou desvie bens/rendimentos do idoso. Embora curadores, tutores e representantes tenham maior facilidade para praticar o delito, o tipo não é exclusivo dessas figuras, alcançando filhos, netos, cuidadores e terceiros que tenham acesso aos valores.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 12.850/2013:

a) A infiltração policial virtual dispensa autorização judicial específica quando a atuação se limitar ao monitoramento passivo de interações comunicacionais, pois a lei só exige decisão judicial nas hipóteses de contato operacional direto com os integrantes da organização criminosa.

b) A colaboração premiada somente gera perdão judicial quando o colaborador identifica a estrutura hierárquica completa da organização criminosa, uma vez que a lei não admite concessão de benefícios parciais ou redução de pena para contribuições fragmentárias.

c) A organização criminosa exige o concurso de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenadas, com divisão de tarefas, estabilidade do vínculo associativo e a finalidade de obter vantagem ilícita, o que impede a alternância de integrantes.

d) A captação ambiental, como técnica especial de investigação, exige necessariamente a participação de agente infiltrado, sendo vedada a utilização autônoma do dispositivo tecnológico sem o emprego concomitante da infiltração.

e) A organização criminosa constitui crime comum, comissivo, plurissubjetivo, permanente, de perigo abstrato, sendo punido unicamente a título de dolo. Além disso, tem natureza formal, não admitindo a forma tentada.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre a Lei nº 12.850/2013.

A alternativa A está incorreta. A infiltração virtual dispensa autorização apenas para investigação de organização criminosa praticada pela internet, não em monitoramento passivo genérico. Lei 12.850/2013, art. 10-A (incluído pela Lei 13.964/2019): "A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei independe de autorização judicial." Contudo, art. 10, §1º: "infiltração policial exige autorização judicial circunstanciada."

A alternativa B está incorreta. Não se exige identificação da estrutura hierárquica completa. Admite-se benefício parcial para contribuições fragmentárias, desde que relevantes, aplicando-se proporcionalidade entre colaboração e prêmio. Lei 12.850/2013, art. 4º: Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:".

A alternativa C está incorreta. Lei 12.850/2013, art. 1º, §1º: organização criminosa exige "associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza". Admite-se alternância de integrantes, desde que mantida estrutura mínima de 4 pessoas e permanência do vínculo associativo.

A alternativa D está incorreta. Lei 12.850/2013, art. 3º, II: captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos é técnica especial de investigação autônoma, independente de infiltração. Art. 8º-A (incluído pela Lei 13.964/2019): admite-se captação ambiental sem infiltração, mediante autorização judicial fundamentada, quando indispensável à investigação.

A alternativa E está correta. Lei 12.850/2013, art. 2º: crime de organização criminosa é comum (qualquer pessoa), comissivo (exige ação de promover/constituir/financiar/integrar), plurissubjetivo (mínimo 4 pessoas), permanente (consumação prolongada no tempo), de perigo abstrato (não exige resultado concreto) e punido a título de dolo. Tem natureza formal, consumando-se com a mera associação estável, não admitindo tentativa. "Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.".

QUESTÃO 37. Assinale a alternativa correta, conforme disposto na Lei nº 10.826/2003:

a) A posse irregular de arma de fogo de uso permitido, quando exercida no interior da residência ou local de trabalho próprio, exige demonstração de risco concreto à incolumidade pública, pois o delito é de perigo concreto e pressupõe potencialidade ofensiva comprovada.

b) A entrega voluntária de arma ao Poder Público extingue a punibilidade em qualquer situação típica, independentemente da origem ilícita da arma ou da modalidade delitiva praticada, desde que o agente manifeste espontaneidade anterior à instauração do inquérito policial.

c) Não é hediondo o delito de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido, ainda que com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

d) A importação clandestina de arma de fogo de uso permitido sem autorização do órgão competente configura o crime do art. 14, caput, e impede enquadramento no art. 18, que exige finalidade comercial ou associação com terceiros.

e) Os delitos de posse e porte ilegal de arma de fogo são autônomos e, pois isso, quando o uso da arma estiver ligado ao contexto finalístico de tráfico de drogas haverá concurso material entre os crimes enfocados.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre a Lei nº 10.826/2003.

A alternativa A está incorreta. Lei 10.826/2003, art. 12 (posse irregular): crime de perigo abstrato que dispensa demonstração de risco concreto à incolumidade pública. STF (HC 104.410, Pleno): a tipicidade independe de comprovação de potencialidade lesiva concreta, bastando a posse irregular em local de residência ou trabalho para configuração do delito. "Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa: Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.".

A alternativa B está incorreta. Lei 10.826/2003, art. 30: "A entrega espontânea de arma de fogo, efetuada até o dia 31 de dezembro de 2005 (...) extingue a punibilidade do crime previsto no art. 12 desta Lei." A entrega voluntária extingue punibilidade apenas do crime de posse (art. 12), não alcançando porte (art. 14), comércio ilegal (art. 17) ou tráfico internacional (art. 18), salvo previsão expressa em campanha de desarmamento.

A alternativa C está correta. Conforme Súmula 668 do STJ – NÃO é hediondo o delito de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido, ainda que com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

A alternativa D está incorreta. Lei 10.826/2003, art. 18: "Importar, exportar, favorecer entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo (...) sem autorização da autoridade competente." Não se exige finalidade comercial ou associação. O art. 14 trata de porte, não importação. A importação clandestina configura o crime do art. 18 independentemente de quantidade ou fim comercial.

A alternativa E está incorreta. STJ (Súmula 654): "Nos crimes de porte de arma de fogo praticados após o advento da Lei 10.826/2003, aplica-se o princípio da consunção quando as infrações constituem meio para a prática de delito-fim mais grave." Quando arma está vinculada ao tráfico de drogas (crime-fim), há consunção, não concurso material.

QUESTÃO 38. No contexto da Lei nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta:

a) A produção de fotografia pornográfica envolvendo adolescente é punível apenas quando destinada à divulgação pública, pois a lei equipara o armazenamento privado à conduta preparatória atípica, salvo se houver compartilhamento concreto.

b) A simulação digital de cena pornográfica infantil com fidelidade realista é punível mesmo quando não envolva criança ou adolescente reais, desde que a finalidade seja difusional ou comercial, inexistindo necessidade de dano psicológico concreto.

c) A aquisição de conteúdo pornográfico infantil por meio de pagamento digital é equiparada à produção quando o agente conhece a origem ilícita, pois o ECA presume participação no núcleo de criação do material.

d) O armazenamento de pornografia infantil exige demonstração de intuito de lucro ou finalidade de distribuição, sob pena de equiparar-se a mera posse para uso próprio, que a lei não criminaliza.

e) A transmissão de conteúdo sexual envolvendo adolescente a grupo restrito de amigos, sem finalidade econômica, caracteriza contravenção penal, pois o ECA só pune a pornografia infantil quando praticada em ambiente digital público ou comercial.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre a Lei nº 8.069/1990.

A alternativa A está incorreta. ECA, art. 241-B (Lei 11.829/2008): "Adquirir, possuir ou armazenar (...) fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 1 a 4 anos, e multa." STJ: a mera posse/armazenamento, ainda que para uso privado sem divulgação, configura crime autônomo. Tema Repetitivo 1168 do STJ: "Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes.". "Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:".

A alternativa B está correta. ECA, art. 241-C (incluído pela Lei 11.829/2008): "Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena - reclusão, de 1 a 3 anos, e multa." A simulação digital realista (deepfake pornográfico) é punível mesmo sem envolver criança/adolescente reais, quando destinada a divulgação ou comércio, prescindindo de dano psicológico concreto (crime formal).

A alternativa C está incorreta. ECA, art. 241-B: aquisição mediante pagamento configura o próprio crime de aquisição, não sendo equiparada à produção. A lei tipifica autonomamente as condutas de "adquirir, possuir ou armazenar" (art. 241-B) e "produzir" (art. 241-A). Não há presunção de participação no núcleo de criação. ECA, art. 241-B (Lei 11.829/2008): "Adquirir, possuir ou armazenar (...) fotografia, vídeo ou outra forma de

registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 1 a 4 anos, e multa."

A alternativa D está incorreta. ECA, art. 241-B: o armazenamento de pornografia infantil constitui crime autônomo que não exige demonstração de intuito de lucro ou finalidade de distribuição. A mera posse para uso próprio já configura o delito, tratando-se de crime formal de perigo abstrato que protege a dignidade sexual infanto-juvenil. ECA, art. 241-B (Lei 11.829/2008): "Adquirir, possuir ou armazenar (...) fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 1 a 4 anos, e multa."

A alternativa E está incorreta. ECA, art. 241-A: "Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio (...) fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 3 a 6 anos, e multa." A transmissão a grupo restrito configura crime, não contravenção. Não se exige ambiente digital público ou finalidade econômica.

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa correta:

a) O impedimento de matrícula em estabelecimento educacional por motivo de raça ou etnia configura discriminação administrativa sem caráter penal, pois a Lei nº 7.716/1989 pune exclusivamente atos de acesso a serviços comerciais e profissionais, não alcançando instituições de ensino.

b) O crime de impedir acesso a estabelecimento comercial em razão de raça ou cor exige a prática direta pelo titular do empreendimento, sendo atípica a conduta de funcionário subordinado que, por iniciativa própria, recuse atendimento ao cliente.

c) A negativa de inscrição em concurso público por motivo de preconceito racial consoma crime autônomo da Lei nº 7.716/1989, independentemente de o candidato atender a todos os requisitos formais do edital, bastando que a restrição seja fundada em motivo discriminatório.

d) A retirada compulsória de visitante de estabelecimento de entretenimento por motivo de raça é mera contravenção penal, pois a exclusão forçada não se confunde com a negação de acesso, que constitui núcleo exclusivo do tipo previsto na Lei nº 7.716/1989.

e) A proteção penal conferida pela Lei nº 7.716/1989 abrange exclusivamente discriminações raciais ou de cor, não alcançando motivações baseadas em religião ou procedência nacional, que estão sujeitas ao regime sancionatório do Código Penal comum.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre a Lei nº 7.716/1989.

A alternativa A está incorreta. O impedimento de matrícula escolar por motivo racial constitui crime previsto expressamente, não sendo mera discriminação administrativa. Lei 7.716/89, art. 6º: "Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau: Pena - reclusão de 3 a 5 anos."

A alternativa B está incorreta. O crime pode ser praticado por funcionário subordinado, não se exigindo autoria pessoal do titular. Funcionário que recusa atendimento por discriminação racial responde pelo crime, aplicando-se princípio geral da autoria (CP, art. 29). Lei 7.716/89, art. 5º: "Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador: Pena - reclusão de 1 a 3 anos."

A alternativa C está correta. A negativa de inscrição em concurso público por motivo discriminatório consome crime autônomo, independentemente de o candidato atender requisitos formais. Basta motivação racial para configuração típica. Lei 7.716/89, art. 3º: "Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos: Pena - reclusão de 2 a 5 anos."

A alternativa D está incorreta. A retirada compulsória após entrada configura extensão do núcleo "impedir acesso", caracterizando crime da Lei 7.716/89, não contravenção penal. A discriminação racial na exclusão forçada equipara-se à negação de acesso. Lei 7.716/89, art. 5º pune "recusar ou impedir acesso" a estabelecimento. Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.

A alternativa E está incorreta. A lei expressamente abrange discriminações religiosas e de procedência nacional, não se limitando a raça ou cor. Lei 7.716/89, art. 1º (redação da Lei 9.459/97): "Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, RELIGIÃO ou PROCEDÊNCIA NACIONAL."

QUESTÃO 40. Lei nº 14.344/2022, também denominada Lei Henry Borel, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra criança e adolescentes. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) Configura violência doméstica ou familiar contra criança ou adolescente, nos termos do art. 2 da Lei nº 14.344/2022, aquela praticada por cuidadores ou empregados domésticos, ainda que levada a termo fora do domicílio ou residência da vítima, mas em razão da convivência doméstica.

b) O âmbito do domicílio ou da residência, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei nº 14.344/2022, restringe-se ao espaço físico de coabitação familiar, não abrangendo as famílias acolhedoras ou as instituições de acolhimento, nos casos em que as crianças e adolescentes estejam submetidas à medida de proteção, ou as instituições escolares em regime de internato, onde residam durante um período da semana.

c) A prioridade procedimental assegurada pela Lei Henry Borel exige a conclusão do inquérito policial em prazo inferior ao previsto no Código de Processo Penal, ainda que o investigado esteja solto, sob pena de nulidade relativa do processo por violação à proteção integral.

d) A Lei Henry Borel admite substituição das medidas protetivas por acordo civil entre os responsáveis legais, desde que o Ministério Público concorde e a criança esteja em acompanhamento psicossocial, evitando excessiva judicialização do conflito familiar.

e) A prioridade de tramitação prevista na Lei Henry Borel, aplica-se exclusivamente às ações penais, não alcançando procedimentos cíveis ou infracionais derivados do mesmo contexto fático.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a Lei nº 14.344/2022.

A alternativa A está correta. Cuidadores e empregados domésticos integram âmbito de proteção, ainda que violência ocorra fora do domicílio, desde que em razão da convivência doméstica. Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel), art. 2º, II: considera-se violência doméstica ou familiar contra criança ou adolescente aquela praticada "no âmbito familiar, compreendido como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas". "Art. 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial: I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação." .

A alternativa B está incorreta. As famílias acolhedoras, instituições de acolhimento e internatos escolares integram o conceito de âmbito doméstico para fins da lei. Lei 14.344/2022, art. 2º, I: âmbito do domicílio/residência compreende "qualquer espaço caseiro habitado de modo permanente ou transitório, ambiente doméstico ou familiar". "Art. 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial: I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação." .

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de prazo inferior ao CPP sob pena de nulidade. A prioridade procedimental (art. 4º) não estabelece prazo especial menor, apenas assegura tramitação prioritária. Lei 14.344/2022, art. 9º, II: "O inquérito policial será concluído no prazo de 10 (dez) dias quando o investigado estiver preso e de 30 (trinta) dias quando solto."

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de substituição de medidas protetivas por acordo civil entre responsáveis.

A alternativa E está incorreta. A prioridade alcança todo tipo de procedimento, seja judicial ou administrativo, conforme princípio da prioridade absoluta previsto no art. 227 da CF: "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." . A Lei Henry Borel menciona expressamente o art. 227 no art. 1º: "Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e

acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

QUESTÃO 41. Assinale a alternativa correta, conforme disciplina normativa do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) sobre acidente de consumo,

- a) A responsabilidade do fornecedor é sempre objetiva.**
- b) O prazo prescricional de 5 anos para ajuizamento da ação com pretensão indenizatória fica obstado se instaurado inquérito civil pelo Ministério Público para apurar o fato.**
- c) Tanto no fato do produto como no fato do serviço, há previsão expressa na lei do fortuito externo como excludente de responsabilidade do fornecedor.**
- d) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.**
- e) Nenhuma das anteriores está correta.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do direito do consumidor.

A alternativa A está incorreta, já que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa, ou seja, é subjetiva. Veja a literalidade do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90): “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa”.

A alternativa B está incorreta, pois o Código de Defesa do Consumidor prevê que a instauração do inquérito civil obsta (suspende) o prazo decadencial, e não o prescricional. Veja a literalidade do CDC (Lei 8.078/90): “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: § 2º Obstat a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca; III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento”.

A alternativa C está incorreta, pois o TJDFT entende que estes fortuitos existem, mas não estão expressos no CDC. O fortuito externo (evento imprevisível e inevitável, sem relação com a atividade do fornecedor) é uma construção da doutrina e da jurisprudência, como visto na RI 0021816-25.2020.8.05.0001 do TJ-BA: “A jurisprudência entende como fato excludente de responsabilidade do fornecedor o evento decorrente de força maior imprevisto, considerado fortuito externo em relação às atividades desenvolvidas. Estabelece o art. 393 do Código Civil: Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado. Parágrafo único. O caso fortuito ou

de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir. Nesse sentido, a acionada apresenta matérias jornalísticas apontando que era remota a possibilidade de chuvas na cidade de Maceió na virada do ano, o que denota que a tempestade que acometeu a cidade foi um evento completamente imprevisível, que não se insere no âmbito dos riscos inerentes às atividades de produção artística e de entretenimento desenvolvidas pela acionada”. Como o trecho demonstra, o tribunal aplicou a excludente de responsabilidade por fortuito externo, mas precisou recorrer ao Art. 393 do Código Civil para fundamentar a decisão, justamente porque não há um artigo correspondente no Código de Defesa do Consumidor que preveja expressamente essa hipótese.

A alternativa D está incorreta, pois o fato de um produto de melhor qualidade ser colocado no mercado não torna o anterior defeituoso. O conceito de defeito está ligado à segurança que o consumidor pode esperar do produto, e não à sua obsolescência ou comparação com versões mais novas. Veja a literalidade do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90): “Art. 12. § 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação. § 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado”.

A alternativa E está correta, pois todas as alternativas anteriores apresentam afirmações incorretas.

QUESTÃO 42. Assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação comercial.

b) O estado de perigo é defeito do negócio jurídico o qual se configura quando alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

c) Os direitos da personalidade são extrapatrimoniais, o que afasta a possibilidade de compensação financeira em face de sua violação.

d) O direito ao esquecimento decorre do direito à privacidade - especificamente da ideia do "direito a ser deixado em paz" (right to be let alone) - e é amplamente aceito pelo Supremo Tribunal Federal-STF.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de diversos assuntos: bem de família, estado de perigo, personalidade e direito ao esquecimento.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.307.334 (Tema 1.127 de Repercussão Geral), decidiu que é constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja ele residencial ou comercial. Portanto, o entendimento do STF é exatamente o oposto do que a alternativa afirma. Veja a literalidade do Recurso Extraordinário (RE)

1.307.334: “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial”.

A alternativa B está incorreta. A descrição apresentada na alternativa corresponde ao defeito do negócio jurídico conhecido como lesão, e não ao estado de perigo. O estado de perigo se configura quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. O elemento subjetivo aqui é o temor de um dano grave e iminente. A lesão, por sua vez, ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”.

A alternativa C está incorreta. Embora os direitos da personalidade sejam extrapatrimoniais (não possuem valor econômico direto), a sua violação gera o dever de indenizar, o que se dá por meio de uma compensação financeira, conhecida como dano moral. A indenização não "paga" pelo direito violado, mas busca compensar o sofrimento e a angústia da vítima, além de ter um caráter punitivo e pedagógico para o ofensor. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.

A alternativa D está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.010.606 (Tema 786 de Repercussão Geral), fixou a tese de que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal. O STF entendeu que a pretensão de impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais, não encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro. Aqui está a transcrição da tese fixada no julgamento do Tema 786 de Repercussão Geral (RE 1.010.606), que fundamenta essa conclusão: “É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais - especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral - e das disposições da legislação civil e penal”.

A alternativa E está correta. Conforme a análise, todas as alternativas anteriores estão incorretas.

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa correta.

- a) Para o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), os termos hipossuficiência e vulnerabilidade não possuem o mesmo sentido e alcance.**
- b) O jusnaturalismo sustenta que o direito é exclusivamente criação da vontade estatal.**
- c) A guarda compartilhada só pode ser fixada se houver consenso entre os pais.**
- d) O divórcio e a dissolução da união estável extinguem o poder familiar daquele que não ficou com a guarda do filho menor.**

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de diversos assuntos: direito do consumidor, teoria do direito e direito de família.

A alternativa A está correta, já que, para o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), os termos hipossuficiência e vulnerabilidade não possuem o mesmo sentido e alcance. A vulnerabilidade é um princípio que informa todo o Direito do Consumidor e é presumida para todo consumidor, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural. Ela decorre da própria posição do consumidor na relação de consumo, que é a parte mais fraca. A hipossuficiência, por sua vez, é um conceito processual e não é presumida. Ela deve ser analisada pelo juiz no caso concreto e está relacionada à dificuldade do consumidor em produzir provas em um processo judicial. Quando o juiz reconhece a hipossuficiência do consumidor, pode inverter o ônus da prova a seu favor. Veja a literalidade do CDC: “Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”.

A alternativa B está incorreta, pois o jusnaturalismo sustenta que o direito não é uma criação exclusiva da vontade estatal. Para os jusnaturalistas, existe um direito natural, universal e imutável, fundado na natureza humana, na razão ou na vontade divina, que está acima do direito positivo (criado pelo Estado). A corrente que defende que o direito é exclusivamente criação da vontade estatal é o juspositivismo. Segundo BOBBIO: “A corrente do jusnaturalismo, segundo a qual uma lei, para ser lei, deve ser conforme a justiça. (...) A teoria do direito natural é aquela que considera poder estabelecer o que é justo e o que é injusto de modo universalmente válido. (...) Enquanto para um jusnaturalista, ou pelo menos para o mais extremado, uma norma não é válida se não é justa, para a teoria oposta, uma norma é justa somente se é válida”. (BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Edipro, 2001, p. 39-40).

A alternativa C está incorreta, já que a guarda compartilhada não depende do consenso entre os pais. A guarda compartilhada tornou-se a regra, mesmo quando não há acordo entre os genitores, desde que ambos estejam aptos a exercer o poder familiar, nos termos do CC/2002: “Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser: § 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor”.

A alternativa D está incorreta, pois o divórcio ou a dissolução da união estável não extinguem o poder familiar. O poder familiar é um conjunto de direitos e deveres que os pais têm em relação aos filhos menores, e ele só se extingue nas hipóteses previstas em lei. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.632. A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos. Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar: I - pela morte dos pais ou do filho; II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único; III - pela maioridade; IV - pela adoção; V - por decisão judicial, na forma do artigo 1.638”.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa A está correta.

QUESTÃO 44. Assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça a pessoa jurídica pode sofrer dano moral, o que significa que todos os direitos da personalidade são igualmente atribuíveis à pessoa natural e à pessoa jurídica.

b) Em regra, é válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

c) O pai ou a mãe que não detém a guarda unilateral pode exigir prestação de contas do titular da guarda em assuntos que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.

d) Nos termos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o tratamento de dados pessoais sensíveis somente pode ocorrer se houver consentimento informado, específico e inequívoco do titular de dados.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de diversos assuntos: direitos da personalidade, direito de garantia, LGPD e direito parental.

A alternativa A está incorreta. Embora o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheça que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral, conforme a Súmula 227, isso não significa que todos os direitos da personalidade lhe sejam aplicáveis. Veja a literalidade da Súmula 227: “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”. Segundo o professor Paulo Sousa, o CC/2002 estende às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade. Obviamente, determinados direitos de personalidade não se aplicam à pessoa jurídica, como o direito à liberdade sexual, à intimidade etc. A proteção da personalidade da pessoa jurídica tem um componente muito mais patrimonial que efetivamente moral ou extrapatrimonial.

A alternativa B está incorreta. A cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia (penhor, anticrese ou hipoteca) se a dívida não for paga no vencimento é conhecida como pacto comissório e é expressamente proibida pela legislação brasileira, sendo considerada nula. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.428. É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento”.

A alternativa C está correta. O genitor que não detém a guarda tem o direito e o dever de fiscalizar a manutenção e a educação dos filhos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e diversos tribunais estaduais já consolidaram o entendimento de que a ação de exigir contas é um instrumento viável para que o alimentante (quem paga a pensão) possa verificar se os recursos estão sendo efetivamente utilizados em prol dos interesses da criança ou do adolescente. Veja a transcrição da ementa do julgado que fundamenta a alternativa: “STJ — REsp 1814639 — Publicado em 09/06/2020. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. GUARDA UNILATERAL. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS DO GENITOR GUARDIÃO. PODER-DEVER DE FISCALIZAÇÃO DO GENITOR ALIMENTANTE. INTERESSE JURÍDICO. PRESENÇA. 1. Ação de exigir contas, ajuizada em 24/5/2017. Recurso especial interposto em 26/4/2018 e concluso ao

gabinete em 28/5/2019. 2. O propósito recursal consiste em dizer se o genitor alimentante, que não detém a guarda do filho, possui interesse jurídico para exigir contas da genitora guardiã. 3. A controvérsia sobre a possibilidade de se propor ação de exigir contas versando sobre pensão alimentícia não é nova no âmbito do STJ, o qual, contudo, até o presente momento, não havia apreciado a questão à luz do art. 1.583, § 5º, do CC/02, inserido pela Lei 13.058/2014. 4. A Lei 13.058/2014, ao alterar o art. 1.583, § 5º, do CC/02, positivou a viabilidade da supervisão, pelo genitor que não detém a guarda, dos interesses do filho. 5. O poder-dever de fiscalização do genitor que não detém a guarda é exercido em benefício e no interesse do filho, sendo um instrumento para a verificação do cumprimento dos deveres do guardião e, conseqüentemente, da preservação dos direitos da prole. 6. A ação de exigir contas é o meio processual adequado para a obtenção das informações que o genitor alimentante julgar necessárias, desde que demonstrada a sua finalidade e utilidade. 7. Hipótese em que o recorrente, alimentante e genitor não guardião, pleiteia a prestação de contas pela recorrida, guardiã e genitora, a fim de verificar se a pensão paga está sendo integralmente destinada ao sustento e à manutenção de seu filho. Presença de interesse jurídico. 8. Recurso especial conhecido e provido”.

A alternativa D está incorreta. A LGPD estabelece que o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer em diversas hipóteses, e não apenas com o consentimento do titular. O consentimento é a regra geral, mas o artigo 11 da lei prevê outras situações em que o tratamento é permitido sem a autorização do titular. Veja a literalidade da LGPD: “Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral; e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;”.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa C está correta.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa correta.

a) Assim como na disciplina dos vícios redibitórios do Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor prevê prazo máximo para aparecimento e ciência do vício oculto, a partir do qual se inicia a contagem do prazo decadencial.

b) A doação não pode ser revogada por ter natureza jurídica de contrato, ou seja, conjugação de vontades do doador e do donatário.

c) A pessoa jurídica não pode ser sucessora testamentária.

d) O direito à proteção de dados pessoais tem o mesmo significado, sentido e alcance do direito à vida privada.

e) Nenhuma das anteriores é verdadeira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de diversos assuntos: vícios redibitórios, doação, sucessões e LGPD.

A alternativa A está incorreta. Existe uma diferença fundamental na disciplina do vício oculto entre o Código Civil e o CDC. O Código Civil, em seu art. 445, § 1º, estabelece um prazo máximo para que o vício se manifeste, a partir do qual se inicia a contagem do prazo decadencial para a reclamação. O CDC, por outro lado, não prevê um prazo máximo para o aparecimento do vício. Ele apenas estabelece que, uma vez que o vício oculto se evidencie, o consumidor tem um prazo decadencial (30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis) para reclamar. A jurisprudência, nesse caso, considera o critério da vida útil do produto. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade. § 1º Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis”. Veja a literalidade do CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito”.

A alternativa B está incorreta. A doação, embora seja um contrato, pode ser revogada em hipóteses específicas previstas em lei. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 555. A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo”.

A alternativa C está incorreta. A pessoa jurídica pode, sim, ser sucessora testamentária, nos termos do CC/2002: “Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: II - as pessoas jurídicas; III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação”.

A alternativa D está incorreta. Embora relacionados, o direito à proteção de dados pessoais e o direito à vida privada não têm o mesmo significado, sentido e alcance. O direito à vida privada é mais amplo e abrange a proteção contra interferências na vida pessoal, familiar e domiciliar. O direito à proteção de dados pessoais, por sua vez, é mais específico e focado no controle que o indivíduo tem sobre suas informações pessoais, incluindo a coleta, o uso, o armazenamento e o compartilhamento desses dados por terceiros. A **Emenda Constitucional nº 115/2022** encerrou qualquer debate ao incluir o **inciso LXXIX no artigo 5º da Constituição Federal**, que estabelece como direito fundamental "a proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais". Ao criar um inciso específico, separado do inciso X (que protege a intimidade e a vida privada), o legislador constituinte confirmou a autonomia e a importância singular do direito à proteção de dados.

A alternativa E está correta. Conforme a análise, todas as alternativas anteriores estão incorretas.

QUESTÃO 46. Assinale a alternativa correta.

a) Os alimentos gravídicos exigem ação para serem convertidos em pensão alimentícia em favor do menor.

b) A sociedade anônima pode ser de capital aberto ou fechado, conforme haja ou não registro dos seus valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários; a responsabilidade dos acionistas nas de capital fechado se limita ao capital social.

c) O Código de Defesa do Consumidor conceitua como enganosa a publicidade que não observa o princípio da identificação.

d) A exclusão do herdeiro por indignidade pode afetar negativamente os descendentes do herdeiro excluído.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de diversos assuntos: alimentos, responsabilidades dos acionistas na sociedade anônima, direito do consumidor e direito de sucessões.

A alternativa A está incorreta. A conversão dos alimentos gravídicos em pensão alimentícia é automática após o nascimento com vida, não exigindo o ajuizamento de uma nova ação. Veja a literalidade da Lei nº 11.804/2008 (Lei de Alimentos Gravídicos): “Art. 6º Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré. Parágrafo único. Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão”.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade do acionista é limitada ao preço de emissão de suas ações, e não ao montante do capital social da companhia. Veja a literalidade da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações): “**Art. 1º** A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas”.

A alternativa C está correta. A publicidade que viola o princípio da identificação é considerada uma forma de publicidade enganosa por omissão. A doutrinadora Cláudia Lima Marques, esclarece a importância e o alcance deste princípio ao comentar o Art. 36 do CDC: “O art. 36 do CDC concretiza o princípio da transparência no campo da publicidade, ao determinar o chamado princípio da identificação da publicidade. Segundo este princípio, a publicidade deve ser sempre e imediatamente identificável como tal. O consumidor tem o direito de saber quando está diante de uma mensagem publicitária e quando está diante de uma mensagem de cunho puramente jornalístico, artístico ou informativo. A publicidade não pode ser dissimulada, escondida, subliminar. A norma visa proteger o consumidor da confusão e do engano, assegurando que sua decisão de consumo seja livre e consciente, não fruto de uma manipulação oculta. A publicidade clandestina, que se insere em meio a programas de televisão ou matérias de revista como se fosse parte do conteúdo editorial, é uma clara violação a este dever de identificação.” (MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020). Veja também a literalidade do CDC: “Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal. Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços”.

A alternativa D está incorreta. Os efeitos da exclusão por indignidade são estritamente pessoais e não se estendem aos descendentes do herdeiro excluído. Estes herdam por direito de representação. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.816. São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a alternativa C está correta.

QUESTÃO 47. Assinale a alternativa correta, considerando entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre bancos de dados de proteção ao crédito:

a) Cabe ao lojista a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

b) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação do seu nome em bancos de dados.

c) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.

d) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes de dados considerados no respectivo cálculo.

e) O Banco do Brasil tem a responsabilidade de notificar previamente o devedor acerca de sua inscrição no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre bancos de dados de proteção ao crédito.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade pela notificação prévia do devedor antes da inscrição em cadastros de proteção ao crédito não é do lojista (credor), mas sim do órgão mantenedor do cadastro (como Serasa, SPC, etc.). Veja a literalidade da Súmula 359 do STJ: “Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”.

A alternativa B está incorreta. O STJ entende que, para a comprovação da notificação prévia, basta o envio da correspondência para o endereço correto do devedor, não sendo necessário o Aviso de Recebimento (AR). Veja a literalidade da Súmula 404 do STJ: “É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros”.

A alternativa C está incorreta. O prazo máximo para a manutenção da inscrição do nome do devedor nos serviços de proteção ao crédito é de cinco anos, e não três. Além disso, se a prescrição da dívida ocorrer antes desse prazo, a inscrição também deve ser baixada. Veja a literalidade do CDC: “Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. § 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos. § 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos

respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores”. Veja também a Súmula 548 do STJ, que dispõe: "Incumbe ao credor a exclusão do registro de dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito."

A alternativa D está correta. O STJ já decidiu pela legalidade do sistema de credit scoring (escore de crédito), entendendo que, por ser um método estatístico de avaliação de risco e não um banco de dados em si, sua utilização para análise de crédito é lícita e dispensa o consentimento prévio do consumidor. No entanto, o consumidor tem o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações utilizadas no cálculo. Veja a literalidade da Súmula 550 do STJ: “A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, é lícita, ressalvado o direito ao esclarecimento sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo”.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade pela notificação prévia da inscrição no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos não é do Banco do Brasil, mas sim da instituição financeira que efetuou a devolução do cheque por insuficiência de fundos. Veja o Tema Repetitivo 874 do STJ: “Compete ao banco sacado o dever de notificar o correntista acerca da sua inscrição no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF)”.

QUESTÃO 48. Assinale a alternativa correta.

a) Mesmo sem a concordância do credor, é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se o que assumiu a obrigação, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.

b) O membro do Ministério Público, em defesa dos direitos da pessoa idosa, deve, em regra, inspecionar pessoalmente, com periodicidade mínima anual, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, as instituições que prestem serviços de longa permanência a idosos.

c) Com relação ao marco civil da internet, é correto afirmar que a neutralidade de rede é construção doutrinária que, após debates ao longo do processo legislativo, não foi adotada pela legislação.

d) Independentemente de vigência do poder familiar, não corre prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de diversos assuntos: assunção de dívida, direitos da pessoa idosa, marco civil da internet e direito parental.

A alternativa A está incorreta. A assunção de dívida por terceiro, com a liberação do devedor original, exige o consentimento expresso do credor. A alternativa erra ao afirmar que essa concordância é dispensável. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 299. É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava”.

A alternativa B está correta. A alternativa descreve com precisão uma das atribuições do Ministério Público na fiscalização de instituições de longa permanência para idosos. Veja a literalidade da Resolução nº 154/2016 do CNMP: “Art. 1º Recomendar aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa dos direitos da pessoa idosa que inspecionem, com a periodicidade que se afigure necessária, as entidades de longa permanência para idosos, governamentais e não governamentais, existentes em sua área de atuação. § 1º As inspeções de que trata o caput deste artigo deverão ocorrer com periodicidade mínima anual, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, a qual deverá ser devidamente justificada”.

A alternativa C está incorreta. O princípio da neutralidade de rede é um dos pilares do Marco Civil da Internet, estando expressamente previsto em lei, e não apenas em construção doutrinária. Veja a literalidade do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014): “Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação”.

A alternativa D está incorreta. A prescrição entre ascendentes e descendentes é suspensa especificamente durante a vigência do poder familiar, e não independentemente dele. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 197. Não corre a prescrição: II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;”.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está incorreta, pois a alternativa B está correta.

QUESTÃO 49. Assinale a alternativa correta.

a) Não se beneficia da proteção conferida ao bem de família a pessoa que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.

b) Nos contratos de adesão, independentemente da caracterização relação de consumo, todas as cláusulas devem ser interpretadas de modo mais favorável ao aderente.

c) Por envolver gestão de política pública do Poder Executivo, o Ministério Público deve evitar medidas administrativas e judiciais necessárias à implementação das Políticas Nacional, Estadual, Municipal e/ou Distrital para a pessoa com deficiência, especialmente quanto aos serviços, programas, projetos e benefícios a ela destinados.

d) O direito à indenização (compensação) por danos morais não se transmite com o falecimento do titular, o que afasta a legitimidade dos herdeiros da vítima de ajuizar a ação indenizatória.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de diversos assuntos: bem de família, direito do consumidor, direito das pessoas com deficiência e danos morais.

A alternativa A está correta. A proteção legal do bem de família não é absoluta e não pode ser utilizada como um artifício para fraudar credores. Aquele que, já estando insolvente, adquire um imóvel de maior valor para nele estabelecer residência, com o intuito de blindar seu patrimônio, age de má-fé e perde o direito à

impenhorabilidade. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 4º Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga”.

A alternativa B está incorreta. Em contratos de adesão, a interpretação mais favorável ao aderente aplica-se especificamente às cláusulas que forem ambíguas ou contraditórias, e não a todas as cláusulas indiscriminadamente. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente”.

A alternativa C está incorreta. A alternativa descreve o oposto da função constitucional do Ministério Público. O MP tem o dever de atuar, tanto judicial quanto extrajudicialmente, para garantir a implementação de políticas públicas e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e não de se omitir. Veja a literalidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): “Art. 79. O Ministério Público tem legitimidade para promover, de ofício ou por provocação, inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa com deficiência”.

A alternativa D está incorreta. O direito de exigir a reparação por danos, sejam eles materiais ou morais, possui natureza patrimonial e, portanto, transmite-se aos herdeiros com o falecimento do titular. Os herdeiros têm legitimidade para ajuizar ou prosseguir com a ação indenizatória. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 943. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança”. Neste mesmo sentido, veja a Súmula 642 do STJ: “O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir na ação indenizatória”.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está incorreta, pois a alternativa A está correta.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa incorreta.

a) A boa-fé objetiva é o princípio que rege as relações civis e de consumo; entre suas funções está a de limitar o exercício de direito de modo a impedir o abuso do direito.

b) A Teoria Tridimensional do Direito rejeita a dimensão axiológica, porque considera que o Direito deve ser neutro com relação a valores éticos e morais.

c) A nulidade de uma única cláusula pode contaminar e invalidar todo contrato de consumo.

d) O nascituro tem legitimidade sucessória.

e) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata de diversos assuntos: princípios do direito civil, filosofia do direito, direito do consumidor, direito das sucessões e da invalidade do negócio jurídico.

A alternativa A está correta. O princípio da boa-fé objetiva é, de fato, uma das colunas centrais que sustentam o Direito Civil e o Direito do Consumidor no Brasil. Ele estabelece um padrão de conduta ético e leal que deve ser seguido por todas as partes em uma relação jurídica, desde a negociação até a conclusão do contrato. A boa-fé objetiva, prevista no art. 422 do Código Civil e no art. 4º, III, do Código de Defesa do Consumidor, vai além da mera intenção do agente (boa-fé subjetiva). Ela impõe deveres concretos de lealdade, transparência, cooperação e confiança. Uma de suas funções mais importantes é a de limitar o exercício de direitos subjetivos, coibindo o abuso de direito, conforme previsto no art. 187 do Código Civil. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Veja a literalidade do CDC: “Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;”. A jurisprudência brasileira aplica esse princípio de forma consistente para garantir o equilíbrio e a justiça nas relações contratuais: “A boa-fé objetiva ainda serve para inibir o exercício de direitos subjetivos quando estes possam ocasionar danos abusivos aos participantes da relação contratual. Assim, a boa-fé objetiva veda ou pune o exercício de direito subjetivo quando caracterizar abuso da posição jurídica. (...) se comprovado que a relação obrigacional elaborada oferta manifesto dano a uma das partes, em razão do exercício abusivo de uma pretensão da outra, a boa-fé objetiva veda o reconhecimento judicial do direito subjetivo que supostamente assistiria ao indigitado lesado, evitando, assim, despropositado prejuízo aos sujeitos da relação”. TJ-PR — Apelação Cível 2245-40.2014.8.16.0141 — Publicado em 10/02/2020.

A alternativa B está incorreta, porque a Teoria Tridimensional do Direito, desenvolvida por Miguel Reale, é conhecida justamente por integrar a dimensão axiológica à análise do fenômeno jurídico, juntamente com as dimensões fática e normativa. A teoria que prega a neutralidade e a separação entre Direito e valores morais é o Positivismo Jurídico, especialmente na "Teoria Pura do Direito" de Hans Kelsen. A Teoria Tridimensional, ao contrário, sustenta que o Direito é a interação dinâmica desses três elementos. O próprio Miguel Reale explica essa interação, deixando claro que a dimensão axiológica (Valor) não é rejeitada, mas sim um pilar fundamental de sua teoria: "A vida do Direito resulta da interação dinâmica e dialética dos três elementos que a integram (...). Onde quer que haja um fenômeno jurídico, há sempre e necessariamente um fato subjacente (fato econômico, geográfico, demográfico, de ordem técnica etc.); um valor, que confere determinada significação a esse fato, inclinando ou determinando a ação dos homens no sentido de atingir ou preservar certa finalidade ou objetivo; e, finalmente, uma regra ou norma, que representa a relação ou medida que integra um daqueles elementos ao outro, o fato ao valor. (...) Tais elementos (fato, valor e norma) não existem separados um dos outros, mas coexistem numa unidade concreta, e não só se exigem reciprocamente, mas atuam como elos de um processo, de tal modo que a vida do Direito resulta da interação dinâmica e dialética dos três elementos que a integram." (REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 64-65).

A alternativa C está correta. No Direito do Consumidor, a regra é a conservação do contrato, invalidando-se apenas a cláusula abusiva. Contudo, se a remoção da cláusula nula gerar um ônus excessivo para qualquer

das partes, a nulidade pode se estender e invalidar todo o contrato. Veja a literalidade do CDC: “Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: § 2º A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes”.

A alternativa D está correta. O Código Civil assegura expressamente os direitos sucessórios do nascituro (aquele que já foi concebido, mas ainda não nasceu), colocando-os a salvo desde a concepção. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.798. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão”.

A alternativa E está correta. Esta é uma regra que visa proteger a boa-fé de terceiros e impedir que o menor relativamente incapaz se beneficie da própria torpeza. Se ele age com dolo (malícia) para enganar a outra parte sobre sua idade, não poderá, posteriormente, usar a sua menoridade para anular a obrigação assumida. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 180. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior”.

QUESTÃO 51. Assinale a alternativa correta.

a) No Brasil, a teoria do Diálogo das Fontes surgiu primeiro nos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) e, num segundo momento, foi desenvolvida pela doutrina.

b) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

c) A lei prevê em rol exaustivo fatos que caracterizam atos de alienação parental.

d) As regras de interpretação e de integração dos negócios jurídicos são normas de ordem pública e, portanto, não podem ser definidas pelas partes contratantes.

e) Nenhuma das anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre empresário.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da Teoria do Diálogo das Fontes. Conforme explica o professor Daniel Rizza, esta teoria surgiu na Alemanha com o jurista Eric Jaime em 1955. Foi trazida ao Brasil pela jurista Cláudia Lima Marques. Ou seja, foi desenvolvida pela doutrina e, somente depois, chegou aos Tribunais.

A alternativa B está correta. A alternativa está em consonância à previsão do Código Civil, vejamos: “Art. 978. O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.”

A alternativa C está incorreta. Consoante a Lei 12.318/2010, em seu art. 2º, trata-se de um rol EXEMPLIFICATIVO, não exaustivo: “ Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós

ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros: [...]"

A alternativa D está incorreta. Há contrariedade ao art. 113, §2º do CC, sendo essas regras de interpretação e de integração do negócio jurídico a ser definido pelas partes. Vejamos: "Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei."

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há alternativa correta. Veja o gabarito da alternativa B.

QUESTÃO 52. Assinale a alternativa incorreta.

a) É direito da pessoa com transtorno do aspecto autista a nutrição adequada e terapia nutricional que compreendem ações de promoção e de proteção da pessoa realizadas por profissional de saúde legalmente habilitado, observados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade competente.

b) Ministério Público deve atuar em todos os procedimentos de inventário e partilha realizados por meio de escritura pública.

c) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

d) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

e) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre diversos assuntos: direitos da pessoa com transtorno do aspecto autista, inventário, lei Maria da Penha, dano ambiental e planos de saúde.

A alternativa A está correta. Porque o direito à nutrição adequada e à terapia nutricional para a pessoa com transtorno do espectro autista foi expressamente incluído na legislação que institui a Política Nacional de Proteção dos seus direitos. Veja a literalidade da Lei nº 12.764/2012 (com redação dada pela Lei nº 14.793/2024): "Art. 3º-A. É direito da pessoa com transtorno do espectro autista a nutrição adequada e a terapia nutricional, que compreendem ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde realizadas por profissional de saúde legalmente habilitado, observados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade competente".

A alternativa B está incorreta. Porque a atuação do Ministério Público em procedimentos de inventário e partilha extrajudiciais não é obrigatória em todos os casos. A intervenção é exigida apenas nas hipóteses legais, como a existência de testamento ou o interesse de herdeiros incapazes. Se todos os herdeiros forem maiores, capazes e concordes, e não houver testamento, a presença do MP é dispensada. Nos termos da Resolução nº 35/2007 do CNJ: “Art. 2º O Ministério Público atuará nos procedimentos de inventário e/ou partilha realizados por escritura pública quando houver interesse de crianças e adolescentes e incapazes, sem prejuízo de outras intervenções previstas em lei ou na Constituição Federal”.

A alternativa C está correta. Porque a Lei Maria da Penha prevê, entre as medidas protetivas de urgência que podem ser aplicadas de imediato ao agressor, a fixação de alimentos provisórios ou provisionais em favor da vítima. Veja a literalidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): “Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios”.

A alternativa D está correta, porque a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, em casos de dano ambiental, a reparação deve ser a mais completa possível, admitindo-se a cumulação da obrigação de reparar o dano (obrigação de fazer ou não fazer) com a compensação pecuniária (obrigação de indenizar). Veja a literalidade da Súmula 629 do STJ: “Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar”.

A alternativa E está correta, pois conforme entendimento sumulado pelo STJ, a seguradora não pode negar cobertura alegando doença preexistente se, no momento da contratação, não exigiu exames médicos para avaliar o estado de saúde do segurado ou se não conseguir comprovar que o segurado agiu de má-fé, omitindo a informação deliberadamente. Veja a literalidade da Súmula 609 do STJ: “A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado”.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio são fatores que, dentre outros, devem ser considerados na interpretação dos negócios jurídicos.**
- b) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.**
- c) Considera-se coação a ameaça de protestar nota de promissória em caso de não pagamento da dívida.**
- d) As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.**
- e) O oficial de registro civil não deve registrar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores; quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre diversos assuntos: negócio jurídico, obrigação de alimentos, coação, obrigações ambientais e registro civil da pessoa natural.

A alternativa A está correta. O Código Civil estabelece que a interpretação dos negócios jurídicos deve levar em conta, entre outros fatores, os usos, costumes e práticas de mercado correspondentes àquele tipo de negócio. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 1º A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que: (...) II - corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio;”.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendimento sumulado de que a obrigação alimentar dos avós não é solidária, mas sim subsidiária e complementar à dos pais. Veja a literalidade da Súmula 596 do STJ: “A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais”.

A alternativa C está incorreta. A ameaça de exercer um direito reconhecido por lei, como o de protestar um título de dívida não pago, não é considerada coação para fins de anulação de um negócio jurídico. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial”.

A alternativa D está correta. A jurisprudência do STJ consolidou o entendimento de que as obrigações de reparação ambiental acompanham o imóvel, permitindo que a cobrança seja direcionada tanto ao proprietário atual quanto aos anteriores. Veja a literalidade da Súmula 623 do STJ: “As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor”.

A alternativa E está correta. A Lei de Registros Públicos proíbe o registro de prenomes que possam expor a pessoa ao ridículo e estabelece o procedimento a ser seguido pelo oficial de registro em caso de discordância dos pais. Veja a literalidade da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973): “Art. 55. Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente”.

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa incorreta.

a) A recuperação judicial pode ser requerida após m ano de atividade do devedor e tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

b) Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por pessoas que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

c) A pessoa registrada poderá, após a maioridade civil, requerer pessoalmente e mesmo sem motivação, a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial.

d) Em ação de busca e apreensão fundada em contratos garantidos com alienação fiduciária para a comprovação da mora, é suficiente o envio de notificação extrajudicial ao devedor no endereço indicado no instrumento contratual dispensando-se a prova do recebimento, quer seja pelo próprio destinatário, quer por terceiros.

e) Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre lei de falências.

A alternativa A está correta. A alternativa está em dissonância ao art. 48 da Lei de Falências, em que pese traz em seu escopo a redação do art. 47 da mesma lei. Conforme o art. 48, exige-se a atividade empresarial regularmente por 2 ANOS: “Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: [...]”

A alternativa B está incorreta. Corresponde à literalidade do art. 2º, caput, da Lei 12.318/2010: “Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de alteração recente à Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) em seu art. 56: “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o Tema 1132 do STJ, em ação de busca e apreensão fundada em contratos garantidos com alienação fiduciária (art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969), para a comprovação da mora, é suficiente o envio de notificação extrajudicial ao devedor no endereço indicado no instrumento contratual, dispensando-se a prova do recebimento, quer seja pelo próprio destinatário, quer por terceiros.

A alternativa E está incorreta. Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.471/2003) em seu art. 14, se a pessoa idosa, bem como seus familiares, não dispuserem de condições econômicas de prover o seu sustento, será imposto ao poder público esse provimento no âmbito da assistência social.

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa incorreta.

a) O legítimo interesse é base legal expressa para tratamento de dados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

b) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, para que determinada pessoa seja considerada fornecedor, deve exercer atividade lucrativa no mercado de consumo.

c) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

e) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre diversos assuntos: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, direitos do consumidor, conceito de empresário, direito de família e sucessões.

A alternativa A está correta. A LGPD elenca as bases legais que autorizam o tratamento de dados, e o legítimo interesse do controlador ou de terceiro é uma delas. Veja a literalidade da LGPD (Lei nº 13.709/2018): “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;”.

A alternativa B está incorreta. A definição de fornecedor no Código de Defesa do Consumidor é ampla e abrange qualquer pessoa (física, jurídica, pública ou privada) que desenvolva atividade de fornecimento de produtos ou serviços no mercado de consumo, não exigindo que tal atividade tenha finalidade lucrativa. Veja a literalidade do CDC: “Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”.

A alternativa C está correta. A alternativa transcreve quase literalmente a definição legal de empresário contida no Código Civil: “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.

A alternativa D está correta. O Código Civil estabelece expressamente que tanto o direito de exigir uma reparação quanto o dever de prestá-la são transmissíveis aos herdeiros: “Art. 943. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança”.

A alternativa E está correta. O Código Civil prevê que a venda de um bem de um ascendente para um descendente é um ato anulável, a menos que haja o consentimento expresso dos demais descendentes e do cônjuge: “Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido”.

QUESTÃO 56. À luz do teor dos enunciados de temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta:

a) É cabível o cumprimento de sentença da decisão interlocutória que comina astreintes pelo período que tiver sido descumprida enquanto se encontrava vigente, ainda que tal decisão seja depois modificada ou revogada na sentença. Outrossim, faz coisa julgada a decisão que comina astreintes, devendo ser executada em seus estritos termos e valores em que foi fixada, observado o período em que vigorou.

b) O correntista em instituição bancária tem interesse processual para propor ação de prestação de contas para exigir do banco que esclareça a natureza e o valor dos créditos e débitos ocorridos em sua conta, não sendo cabível, todavia, ainda que por alegada economia processual, a cumulação, na mesma ação, de pleito de revisão isonômica das taxas de juros e demais encargos contratuais.

c) O prazo prescricional para a ação de petição de herança conta a partir da abertura da sucessão, mas o ajuizamento de ação de reconhecimento de paternidade post mortem suspende o curso de tal prazo prescricional, até que sobrevenha a sentença de mérito, reconhecendo ou não ao autor da ação a condição de filho e, como corolário, a qualidade ou não de herdeiro.

d) Deferido pelo juiz o protesto de um título extrajudicial, o devedor fica dispensado de apresentar contracautela para obter a suspensão liminar dos efeitos de tal protesto, uma vez que pode simplesmente pleitear tal suspensão por meio de tutela de urgência, nos termos da lei, que não condiciona o seu deferimento ao oferecimento de qualquer garantia.

e) Nenhuma das alternativas acima é correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre título executivo extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a multa cominatória não integra a coisa julgada, sendo apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser cominada, alterada ou suprimida posteriormente. STJ. 2ª Seção. REsp 1333988-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 9/4/2014 (Recurso Repetitivo - Tema 706) (Info 539). O valor das astreintes é estabelecido sob a cláusula rebus sic stantibus, de maneira que, quando se tornar irrisório ou exorbitante ou desnecessário, pode ser modificado ou até mesmo revogado pelo magistrado, a qualquer tempo, até mesmo de ofício, ainda que o feito esteja em fase de execução ou cumprimento de sentença, não havendo falar em preclusão ou ofensa à coisa julgada. STJ. Corte Especial. EAREsp 650536/RJ, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 07/04/2021 (Info 691).

A alternativa B está incorreta. Não é possível a revisão de cláusulas contratuais em ação de exigir contas (ação de prestação de contas). STJ. 2ª Seção. REsp 1497831-PR, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. para acórdão Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 14/9/2016 (recurso repetitivo) (Info 592). Nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ação de prestação de contas. STJ. 2ª Seção. REsp 1.293.558-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 11/3/2015 (Info 558).

A alternativa C está incorreta. O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, cuja fluência não é impedida, suspensa ou interrompida pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação, independentemente do seu trânsito em julgado. STJ. 2ª Seção. REsp 2.029.809-MG e 2.034.650-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/5/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1200) (Info 813).

A alternativa D está incorreta. A legislação de regência estabelece que o documento hábil a protesto extrajudicial é aquele que caracteriza prova escrita de obrigação pecuniária líquida, certa e exigível. Portanto, a sustação de protesto de título, por representar restrição a direito do credor, exige prévio oferecimento de

contracautela, a ser fixada conforme o prudente arbítrio do magistrado. STJ. 2ª Seção. REsp 1340236-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 14/10/2015 (Recurso Repetitivo - Tema 902) (Info 571)

A alternativa E está correta. Nenhuma assertiva está correta.

QUESTÃO 57. À luz do teor dos enunciados de temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta:

a) A aplicação da sanção civil do pagamento em dobro por cobrança judicial de dívida já adimplida pode ser postulada por quem seja demandado, não prescindindo, todavia, de apresentação de reconvenção nesse particular, ou então da propositura de ação autônoma para o fim, sendo indispensável, em quaisquer desses casos, a demonstração de má-fé do credor.

b) Nas ações ajuizadas contra a União Federal, o pedido de desistência deduzido pela parte autora, após a contestação, depende da concordância da Adv. Geral da União, mas esta última não pode exigir do autor, como condição para que concorde com a desistência da ação, a renúncia ao direito material em que se funda a ação, isto ante a absoluta ausência de base legal para tal exigência que é, portanto, abusiva.

c) O Juiz pode ordenar liminarmente a exibição de documento ou coisa, sob pena de multa cominatória nos termos do art. 400, parágrafo único do CPC, se o autor da ação de exibição acostar com a petição inicial indícios da existência de relação jurídica entre as partes e do documento ou coisa que se pretende seja exibido, dispensado prévio pedido de busca e apreensão ou medida coercitiva anterior.

d) O termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança de valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança que reconheceu o direito, é a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança, momento em que o devedor é constituído em mora, sendo irrelevante, para o fim, o posterior ingresso formal da entidade estatal respectiva na relação processual.

e) Nenhuma das alternativas acima é correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre termo inicial de juros de mora.

A alternativa A está incorreta. A condenação ao pagamento em dobro do valor indevidamente cobrado pode ser formulada em qualquer via processual, inclusive, em sede de embargos à execução, embargos monitórios e ou reconvenção, até mesmo reconvenção, prescindindo de ação própria para tanto. STJ. 3ª Turma. REsp 1877292-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 20/10/2020 (Info 682).

A alternativa B está incorreta. O STJ tem considerado legítima essa exigência. STJ, REsp 1.174.137-PR, Rel. Min. Luiz Fux, d.j. 6/4/10 (info 429). Lei 9.469/97: Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais. (...) Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no caput do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos

fixados em regulamento. (...) Art. 3º As autoridades indicadas no caput do art. 1º poderão concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (...).

A alternativa C está incorreta. Desde que prováveis a existência da relação jurídica entre as partes e de documento ou coisa que se pretende seja exibido, apurada em contraditório prévio, poderá o juiz, após tentativa de busca e apreensão ou outra medida coercitiva, determinar sua exibição sob pena de multa com base no art. 400, parágrafo único, do CPC/2015. STJ. 2ª Seção. REsp 1777553-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 26/05/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1000) (Info 703).

A alternativa D está correta. O termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança de valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança que reconheceu o direito, é a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança, quando o devedor é constituído em mora (art. 405 do Código Civil e art. 240 do CPC).

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há alternativa correta, sendo a letra D. Veja o gabarito da alternativa D.

QUESTÃO 58. Considerando os temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça e os de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito ao direito à saúde, marque a alternativa incorreta:

a) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos sequer registrados na ANVISA, bem como dos que, sendo registrados na ANVISA, não tenham sido incorporados na política pública do SUS, incluindo-se nesta última categoria os pedidos de medicamentos já incorporados, mas aprovados apenas para fim diverso (uso off label).

b) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de medicamentos oncológicos, quando o valor do tratamento anual respectivo for igual ou superior a 210 salários mínimos, mas o Juiz poderá promover, se julgar necessário e sem deslocamento da competência, a inclusão de Estado ou Município para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão.

c) Tratando-se de medicamento não incorporado, é do autor da ação o ônus da prova de demonstrar, com fundamento na Medicina Baseada em Evidências, a segurança e a eficácia do fármaco, sendo por outro lado do poder público o ônus de provar a existência de substituto terapêutico incorporado pelo SUS, igualmente indicado e eficiente no caso concreto considerado.

d) Tratando-se de medicamento não incorporado, não basta ao autor simplesmente alegar a necessidade do medicamento, mesmo que acompanhada de receita médica específica, sendo necessário que a linha de atuação proposta esteja fundamentada em estudos de alto nível, bem como que o Juiz analise e sopesse os fundamentos da não incorporação pelo poder público e da negativa do pedido na via administrativa.

e) O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo que se tratar de feito contendo beneficiários individualizados, podendo inclusive pedir ao Juiz que ordene o bloqueio ou o sequestro de verbas públicas para garantir a efetivação de decisão judicial exarada nessa seara.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Direito à Saúde.

A alternativa A está correta, pois é a única de teor incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). A afirmativa generaliza indevidamente a competência da Justiça Federal ao afirmar que todos os medicamentos não incorporados (incluindo uso off label) são de sua competência. Isso contraria o entendimento firmado pelo STF no Tema 1.234 de Repercussão Geral de que a competência é determinada pelo valor do tratamento anual. Vejamos: “I – Competência 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS e medicamentos oncológicos, ambos com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG – situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED - Lei 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. 1.1) Existindo mais de um medicamento do mesmo princípio ativo e não sendo solicitado um fármaco específico, considera-se, para efeito de competência, aquele listado no menor valor na lista CMED (PMVG, situado na alíquota zero). 1.2) No caso de inexistir valor fixado na lista CMED, considera-se o valor do tratamento anual do medicamento solicitado na demanda, podendo o magistrado, em caso de impugnação pela parte requerida, solicitar auxílio à CMED, na forma do art. 7º da Lei 10.742/2003. 1.3) Caso inexistir resposta em tempo hábil da CMED, o juiz analisará de acordo com o orçamento trazido pela parte autora. 1.4) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do(s) medicamento(s) não incorporado(s) que deverá(ão) ser somado(s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. (...)”. (STF. Plenário. RE 1.366.243/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 16/09/2024).

A alternativa B está incorreta, pois totalmente de acordo com o Tema 1.234 de Repercussão Geral do STF, acima transcrito. De fato, medicamentos não incorporados (incluindo oncológicos) com valor anual \geq 210 salários-mínimos são de competência da Justiça Federal, com responsabilidade financeira da União.

Ademais, o magistrado pode, sim, incluir Estados e Municípios no polo passivo para viabilizar o cumprimento da decisão, sem que isso altere a competência jurisdicional, conforme princípio da solidariedade dos entes federativos. Tal entendimento está disposto no Tema 793 de Repercussão Geral do STF, vejamos: “Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.” (STF. Plenário. RE 855178 ED/SE, rel. orig. Min. Luiz Fux, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgado em 23/5/2019).

A alternativa C está incorreta, pois totalmente de acordo com o Tema 6 de Repercussão Geral do STF. A distribuição do ônus probatório está correta, considerando que ao autor cabe demonstrar inicialmente a impossibilidade de substituição e ao Poder Público, se alegar a existência de alternativa terapêutica eficaz, cabe comprová-la como fato impeditivo. Conforme item 2, alíneas "c" e "d", do Tema 6 de Repercussão Geral do STF: “2. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação: (...) (c)

impossibilidade de substituição por outro medicamento constante das listas do SUS e dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; (d) comprovação, à luz da medicina baseada em evidências, da eficácia, acurácia, efetividade e segurança do fármaco, necessariamente respaldadas por evidências científicas de alto nível, ou seja, unicamente ensaios clínicos randomizados e revisão sistemática ou meta-análise;”. (STF. Plenário. RE 566.471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 26/09/2024).

A alternativa D está incorreta, pois totalmente de acordo com o Tema 6 de Repercussão Geral do STF. Conforme seu item 2, alínea “d” (acima já transcrito), e item 3, alíneas “a” e “b”: “(...) 3. Sob pena de nulidade da decisão judicial, nos termos do artigo 489, § 1º, incisos V e VI, e artigo 927, inciso III, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, deverá obrigatoriamente: (a) analisar o ato administrativo comissivo ou omissivo de não incorporação pela Conitec ou da negativa de fornecimento da via administrativa, à luz das circunstâncias do caso concreto e da legislação de regência, especialmente a política pública do SUS, não sendo possível a incursão no mérito do ato administrativo; (b) aferir a presença dos requisitos de dispensação do medicamento, previstos no item 2, a partir da prévia consulta ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS), sempre que disponível na respectiva jurisdição, ou a entes ou pessoas com expertise técnica na área, não podendo fundamentar a sua decisão unicamente em prescrição, relatório ou laudo médico juntado aos autos pelo autor da ação; (...)”. (STF. Plenário. RE 566.471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 26/09/2024).

A alternativa E está incorreta, pois seu conteúdo está totalmente correto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). O Ministério Público possui, sim, legitimidade para a tutela de direitos individuais indisponíveis (art. 127, CF/88 e art. 129, II, CF/88), categoria na qual se insere o direito à saúde. Conforme artigos 127 e 129, II, da CF/88: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”; e “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”.

Quanto ao bloqueio de verbas públicas, os tribunais superiores têm admitido essa medida excepcional para garantir o cumprimento de decisões judiciais na área da saúde, quando esgotados outros meios e em situações de grave lesão à ordem, à saúde e à segurança públicas. Vejamos exemplo: “Tese: Em ação para fornecimento de medicamentos, o juiz pode determinar o bloqueio e sequestro de verbas públicas em caso de descumprimento da decisão. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar, até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação.” (STJ. 1ª Seção. REsp 1069810-RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 23/10/2013 (recurso repetitivo)).

QUESTÃO 59. Acerca da disciplina dos recursos no processo civil e à luz dos temas firmados em sede de repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

a) Cabe agravo de instrumento contra decisão do Juiz de primeiro grau que obsta, assim na fase de conhecimento como na de cumprimento de sentença, o processamento de apelação, aplicando-se na

espécie o princípio processual da unirrecorribilidade das decisões, para a impugnação do mesmo ato processual.

b) O relator pode negar seguimento monocraticamente a embargos de declaração opostos contra decisão de órgão colegiado, inclusive sem a oitiva prévia da parte adversa ou do Ministério Público nos feitos em que atue como fiscal da lei, mas não pode dar provimento monocraticamente ao mesmo recurso, ainda que para sanar omissão, aclarar obscuridade ou sanar contradição do julgado.

c) Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração que buscam a rediscussão de matéria decidida no acórdão embargado em consonância com súmula ou tese em sede de repetitivo, sendo cabível a imposição de multa, a qual é, ademais, cumulável com eventual sanção por litigância de má-fé.

d) Em se tratando de agravo interno interposto contra decisão baseada em precedente qualificado do STJ ou do STF, cuja discussão tenha se encerrado nos tribunais superiores, é cabível a aplicação de multa fixada entre 1% e 5% do valor da causa, desde que tal aplicação não seja automática, recomendada a sua imposição quando a interposição possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória.

e) É admitida a técnica da fundamentação por referência (per relationem), mediante a reprodução dos fundamentos da decisão agravada como razões de decidir, quando a parte deixa de apresentar argumento novo e relevante a ser apreciado pelo colegiado, não havendo que se falar em ofensa ao princípio constitucional da motivação das decisões, nem em subsunção ao óbice do art. 1021, § 3º, do CPC.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos. O examinador requer a indicação da alternativa em dissonância.

A alternativa A está correta. A afirmação de que "cabe agravo de instrumento" como regra geral e a menção ao princípio da unirrecorribilidade neste contexto não refletem o posicionamento primário do STJ (Reclamação, Tema 1.267). Esta alternativa é a incorreta. Conforme o Tema 1.267 do STJ, a decisão do juiz de primeiro grau que obsta o processamento da apelação viola o § 3º do artigo 1.010 do CPC, caracterizando usurpação da competência do Tribunal, o que autoriza o manejo da reclamação prevista no inciso I do artigo 988 do CPC. Na hipótese em que o juiz da causa negar seguimento à apelação no âmbito de execução ou de cumprimento de sentença, também será cabível agravo de instrumento, por força do disposto no parágrafo único do artigo 1.015 do CPC. Até a data da publicação dos acórdãos referentes ao Tema Repetitivo n. 1.267/STJ, é possível, com base no princípio da fungibilidade e em caráter excepcional, o recebimento da correção parcial (ou do agravo de instrumento previsto no caput do artigo 1.015 do CPC ou de mandado de segurança) como a reclamação apta a impugnar a decisão do juiz de primeiro grau que inadmite a apelação, desde que não tenha ocorrido o seu trânsito em julgado.

A alternativa B está incorreta. O relator pode negar seguimento monocraticamente (Art. 932, III) e não há previsão de oitiva prévia em Embargos de Declaração no CPC. Vejamos: "Art. 932. Incumbe ao relator: III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;"

A alternativa C está incorreta. O STJ firmou o entendimento de que a mera intenção de rediscutir a matéria, especialmente quando esta já está pacificada por precedente qualificado (súmula, repetitivo), caracteriza o

intuito protelatório, ensejando a multa do Art. 1.026, § 2º, do CPC. Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração que visam rediscutir matéria já apreciada e decidida pela Corte de origem em conformidade com súmula do STJ ou STF ou, ainda, precedente julgado pelo rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral. (STJ. 2ª Seção. REsp 1410839-SC, Rel. Min. Sidnei Beneti, julgado em 14/5/2014 (recurso repetitivo) Info 541). Não obstante, vejamos o que dispõe o CPC: “Art. 1.026 (...) § 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.”

A alternativa D está incorreta. A multa é cabível, mas sua aplicação não deve ser automática, dependendo da avaliação do órgão julgador sobre o caráter abusivo ou protelatório. O agravo interposto contra decisão do Tribunal de origem, ainda que com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e/ou extraordinário, quando apresentado contra decisão baseada em precedente qualificado oriundo do STJ ou do STF, autoriza a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC (revisão do Tema Repetitivo 434/STJ); 2) A multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC, não é cabível quando (i) alegada fundamentadamente a distinção ou a superação do precedente qualificado oriundo do STJ ou do STF ou (ii) a decisão agravada estiver amparada em julgado de tribunal de segundo grau; 3) Excetuadas as hipóteses supra, caberá ao órgão colegiado verificar a aplicação da multa, considerando-se as peculiaridades do caso concreto. STJ. Corte Especial. Resp 2.043.826-SC, Resp 2.043.887-SC, Resp 2.044.143-SC e Resp 2.006.910-PA, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgados em 6/8/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1201) (Info 857).

A alternativa E está incorreta. O STJ, no julgamento do Tema 1.306, confirmou a validade da técnica per relationem (fundamentação por remissão) e especificamente declarou que não há ofensa ao Art. 1.021, § 3º, do CPC (que veda a não apreciação de argumentos), quando o agravante (na interposição do agravo interno) não apresenta argumento novo e relevante. A técnica da fundamentação por referência (per relationem) é permitida desde que o julgador, ao reproduzir trechos de decisão anterior, documento e/ou parecer como razões de decidir, enfrente, ainda que de forma sucinta, as novas questões relevantes para o julgamento do processo, dispensada a análise pormenorizada de cada uma das alegações ou provas. 2) O § 3º do artigo 1.021, do CPC não impede a reprodução dos fundamentos da decisão agravada como razões de decidir pela negativa de provimento de agravo interno quando a parte deixa de apresentar argumento novo para ser apreciado pelo colegiado. STJ. Corte Especial. REsp 2.148.059-MA, REsp 2.148.580-MA e REsp 2.150.218-MA, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgados em 20/8/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1306) (Info 859).

QUESTÃO 60. À luz do teor dos enunciados de temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça em sede de execução e cumprimento de sentença, marque a alternativa correta:

a) No que respeita ao reconhecimento da pequena propriedade rural como bem de família, o credor exequente, para que possa obter a penhora de uma dada propriedade rural, tem o ônus processual de comprovar que ela não se enquadra no conceito de pequena em tamanho, ou que, mesmo sendo pequena, não se destina à exploração familiar e à manutenção do devedor executado e de sua família.

b) A verba honorária sucumbencial amolda-se à exceção prevista no parágrafo 2º do art. 833 do CPC, isto em face de sua natureza alimentar, constituindo prestação alimentícia em sua essência. A prestação

alimentícia é gênero que abrange as espécies de natureza alimentar, garantindo a dignidade humana tanto da parte credora como da devedora.

c) O Juiz pode, uma vez que a questão da impenhorabilidade é matéria de ordem pública, pode reconhecer de ofício a impenhorabilidade de quantia inferior a 40 salários mínimos depositada em conta do executado, atendendo aos fins sociais de assegurar especial proteção legal às partes hipossuficientes no processo de execução ou cumprimento de sentença.

d) Para a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar para o levantamento de empréstimo, cabe ao credor o ônus de provar que o referido empréstimo não se reverteu efetivamente em benefício da entidade familiar, vale dizer, cabe-lhe demonstrar que o imóvel hipotecado não goza de privilégios de impenhorabilidade, enquanto bem de família.

e) A parte executada presencialmente citada por oficial de justiça, declarada revel pelo transcurso em branco do prazo para resposta, pode ajuizar, mesmo assim, embargos à execução, ou oferecer impugnação ao cumprimento de sentença, desde que faça prévio depósito, dispensado esse apenas nos casos em que o pleito seja feito por curador especial, quando a citação tenha ocorrido por edital ou hora certa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte o ônus da prova, afirmando que o ônus é do credor. Para que seja reconhecida a impenhorabilidade de uma propriedade rural, conforme o art. 833, VIII, do CPC, são necessários dois requisitos: 1) que o imóvel se caracterize como pequena propriedade rural (até quatro módulos fiscais, conforme Lei 8.629/1993); e 2) que seja explorado pela família. É ônus do executado provar que a pequena propriedade rural é explorada pela família para fins de reconhecimento de sua impenhorabilidade. STJ. Corte Especial. REsp 2.080.023-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 6/11/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1234) (Info 833).

A alternativa B está incorreta. A afirmação de que os honorários sucumbenciais se amoldam à exceção do Art. 833, § 2º, do CPC está incorreta, segundo o STJ. Nos termos do Tema 1153 do STF, a verba honorária sucumbencial, a despeito da sua natureza alimentar, não se enquadra na exceção prevista no § 2º do art. 833 do CPC/2015 (penhora para pagamento de prestação alimentícia).

A alternativa C está incorreta. A afirmação de que a impenhorabilidade pode ser reconhecida de ofício está incorreta. A impenhorabilidade de quantia inferior a 40 salários mínimos (art. 833, X, do CPC) não é matéria de ordem pública; e não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz. A impenhorabilidade deve ser arguida pelo executado: 1) no primeiro momento em que lhe couber falar nos autos; ou 2) em sede de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença sob pena de preclusão. Art. 833. São impenhoráveis: (...) X - a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos; STJ. Corte Especial. REsp 2.061.973-PR e REsp 2.066.882-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 2/10/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1235) (Info 828).

A alternativa D está correta. A exceção à impenhorabilidade do bem de família nos casos de execução de hipoteca sobre imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, prevista no artigo 3º, inciso V, da Lei 8.009/1990, restringe-se às hipóteses em que a dívida foi constituída em benefício da

entidade familiar; 2) Em relação ao ônus da prova: a) Se o bem for dado em garantia real por um dos sócios de pessoa jurídica, é em regra impenhorável, cabendo ao credor o ônus de comprovar que o débito da pessoa jurídica se reverteu em benefício da entidade familiar; b) Caso os únicos sócios da sociedade sejam os titulares do imóvel hipotecado, a regra é da penhorabilidade do bem de família, competindo aos proprietários demonstrar que o débito da pessoa jurídica não se reverteu em benefício da entidade familiar.

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que o revel citado pessoalmente pode ajuizar embargos/impugnação após o prazo está incorreta. Vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema: “AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) – IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EXECUTADO. (..) 2.1 Os embargos à execução e a impugnação ao cumprimento de sentença extemporâneos equivalem a peça juridicamente inexistente, sendo inadmissível que o magistrado releve a intempestividade para se manifestar sobre as objeções apresentadas pelo embargante/impugnante, ainda que se trate de matéria de ordem pública. Precedentes. (...) Agravo interno desprovido.” (AgInt no AREsp 216.583/SP, rel. ministro Marco Buzzi, 4ª TURMA, julgado em 3/5/2018, DJe 10/5/2018).

QUESTÃO 61. Acerca de prejudicial e coisa julgada, leia com atenção o texto abaixo e assinale a alternativa correta:

Em determinada (ação de alimentos ajuizada em Brasília e distribuída a uma das Varas de Família, o réu, citado, sustentou que não é pai da autora. O Juiz, ao apreciar a questão prévia, reconhece que não está demonstrada a alegada paternidade e decreta a extinção do processo sem julgamento do mérito.

- a) Referida decisão é nula porque precipitada nos autos.**
- b) A decisão faz coisa julgada formal e material.**
- c) Nesse caso a decisão sobre a paternidade foi julgada em definitivo.**
- d) A decisão fará coisa julgada apenas sobre a pretensão de alimentos.**
- e) Os motivos da decisão do magistrado não são alcançáveis pela coisa julgada.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre coisa julgada.

A alternativa E está correta. Realmente é caso de questão prejudicial faça coisa julgada, contudo, deve ser respeitado os critérios do art. 503 do CPC, conforme assevera o professor Rodrigo Vaslin. Vejamos: “Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: I - dessa resolução depender o julgamento do mérito; II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.” Logo, não restou claro se houve ou não coisa julgada MATERIAL, conforme o teor do art. 504, I do CPC, vejamos: “Art. 504. Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;”

A alternativa A está incorreta. A extinção do processo por ausência de condição da ação está prevista no Art. 485, VI, do CPC. Vejamos: “ Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial;” Nesse sentido, a decisão não é nula.

A alternativa B está incorreta. A extinção do processo sem julgamento do mérito não gera coisa julgada material. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a paternidade pode ser discutida em ação autônoma (Investigação de Paternidade). A decisão sobre a paternidade foi usada como motivo para extinguir a ação de alimentos (sem mérito). Como o mérito não foi julgado e a decisão da prejudicial não cumpriu os requisitos do Art. 503, § 1º, do CPC, ela não faz coisa julgada material.

A alternativa D está incorreta. Se houve extinção sem julgamento do mérito, a decisão não faz coisa julgada material sobre a pretensão de alimentos.

QUESTÃO 62. Acerca da ação rescisória, assinale a alternativa correta:

a) E rescindível por meio de ação rescisória a sentença de mérito transitada em julgado proferida por Juiz suspeito, absolutamente incompetente ou impedido.

b) A ação rescisória não se presta para a correção de evidente injustiça da decisão de mérito transitada em julgado.

c) Em nome da segurança jurídica que o Direito visa garantir, é incabível ação rescisória de ação rescisória.

d) Sobre a eficácia e a autoridade da decisão de mérito da decisão transitada em julgado pesa um condicionamento que só se extingue com a preclusão da prazo legal respectivo para a propositura da ação rescisória.

e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre ação rescisória.

A alternativa A está incorreta. O item está incorreto por incluir o juiz suspeito como causa de rescisão. Vejamos: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;”

A alternativa B está correta. A ação rescisória não serve para corrigir "injustiça" no sentido de erro de apreciação do mérito. A mera injustiça ou erro de julgamento sobre o mérito, que deveria ter sido atacado pelos recursos ordinários, não é causa de rescisão. Vejamos: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente; III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; IV - ofender a coisa julgada; V - violar manifestamente norma

jurídica; VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória; VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. § 1º Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.”

A alternativa C está incorreta. É possível rescisória de rescisória. . A decisão de mérito proferida em Ação Rescisória (que substitui o acórdão rescindendo) também transita em julgado e, em tese, pode ser objeto de outra Ação Rescisória, quando apresentar um dos vícios taxativos do Art. 966 do CPC. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Não há condicionamento. A rescisória é uma ação autônoma de impugnação que, se procedente, desconstitui o julgado; mas o julgado é plenamente válido e eficaz até ser desconstituído.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há alternativa correta, sendo a letra B. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 63. Acerca do litisconsórcio unitário e necessário assinale a alternativa incorreta:

a) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos, independentemente da espécie de litisconsórcio.

b) Despachada a inicial em mandado de segurança, cessa a possibilidade de formação de litisconsórcio ativo facultativo, mesmo que ainda não tenham sido prestadas as informações.

c) O litisconsórcio unitário é sempre necessário, porque a eficácia da decisão final tem de valer para todos.

d) O litisconsórcio será unitário quando pela natureza da relação jurídica o Juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

e) Independentemente do litisconsórcio ser necessário ou não, os litisconsortes devem ser considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre litisconsórcio, especificamente, o litisconsórcio unitário. O examinador requer a indicação da alternativa em dissonância.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmação reflete o princípio geral de igualdade e publicidade dos atos processuais, conforme o Art. 118 do CPC: “Art. 118. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

A alternativa B está incorreta. No Mandado de Segurança (MS), o litisconsórcio ativo facultativo (mais de um autor) não é permitido após a distribuição da ação, por violar o princípio do Juiz Natural (CF, art. 5º, XXXVII

e LIII), uma vez que a formação deve ocorrer no momento do protocolo da inicial: “Art. 10, § 2º O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.”

A alternativa C está correta. Litisconsórcio unitário não é sempre necessário. Vejamos o que dispõe o CPC: “Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes. Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.”

A alternativa D está incorreta. Esta é a definição literal do litisconsórcio unitário, conforme o Art. 116 do CPC: “Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.”

A alternativa E está incorreta. Esta afirmação reflete o Art. 117 do CPC, vejamos: “Art. 117. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.”

QUESTÃO 64. Julgue os itens a seguir, a respeito dos princípios processuais civis e do processo coletivo:

I - O princípio da primazia do julgamento do mérito tem origem anterior ao CPC na interpretação dada pelo STJ para a possibilidade de sucessão processual pelos colegitimados coletivos no caso de abandono ou desistência infundada em ação coletiva, autorizando o tribunal, mesmo no caso de ilegitimidade de parte, a continuidade da demanda.

II - O princípio pas de nullité sans grief se aplica nos casos de intervenção do Ministério Público, autorizado o reconhecimento da nulidade de ofício. Constitui, portanto, nulidade absoluta.

III - O princípio da disponibilidade ou obrigatoriedade mitigada está de acordo com o modelo constitucional resolutivo do Ministério Público, permitindo ao promotor de justiça deixar de suceder ação civil pública ou ação popular em que ocorra o abandono ou desistência, desde que em manifestação justificada.

IV - Segundo a Recomendação nº 54/2017 do CNMP o Ministério Público resolutivo difere do Ministério Público demandista e de gabinete por privilegiar as soluções extrajudiciais acima de todas as demais, sendo que o compromisso de ajustamento de conduta é a forma mais adequada de resolver os conflitos coletivos, por dispensar os recursos e a necessidade de execução.

V - A atuação resolutiva não dispensa a atuação judicial, sendo que a regra geral é que existindo acordos bem fundamentados e com amplo compromisso significativo, mitiga-se a necessidade de impugnação e cumprimento forçado. A solução de problemas estruturais deve ser incentivada mediante o diálogo, ainda que eventualmente na fase de conhecimento seja necessária uma decisão parcial de mérito para reconhecer o problema como estrutural (procedimento bifásico - quebra do dogma da unicidade da sentença).

Escolha a alternativa que contém os itens CORRETOS:

a) I, II e V.

b) II, III e IV.

c) I, III e V.

d) Apenas IV.

e) I, II, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios do processo coletivo.

O item I está correto. O princípio da primazia do julgamento do mérito (Art. 4º do CPC) visa superar óbices formais em prol da resolução da lide. A jurisprudência do STJ, há muito, autoriza a continuidade da demanda coletiva mesmo em caso de irregularidade da parte autora, em prol do interesse maior. Vejamos: “[...] o microsistema de defesa dos interesses coletivos privilegia o aproveitamento do processo coletivo, possibilitando a sucessão da parte autora pelo Ministério Público ou por algum outro colegitimado, mormente em decorrência da importância dos interesses envolvidos em demandas coletivas. [...] A jurisprudência do STJ é no mesmo sentido: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO. SÚMULAS 5/STJ E 7/STJ. EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA DEMANDA COLETIVA. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. A irregularidade da representação da associação foi confirmada pela Corte de origem com base na análise do Regimento Interno e Estatuto Social da associação e das provas dos autos, o que inviabiliza sua modificação em sede de recurso especial, ante o óbice das Súmulas n. 5/STJ e 7/STJ. 2. “A norma inserta no art. 13 do CPC deve ser interpretada em consonância com o § 3º do art. 5º da Lei 7.347/85, que determina a continuidade da ação coletiva. Prevalece, na hipótese, os princípios da indisponibilidade da demanda coletiva e da obrigatoriedade, em detrimento da necessidade de manifestação expressa do Parquet para a assunção do pólo ativo da demanda” (REsp 855.181/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/9/2009, Dje 18/9/2009). 3. Somente a efetiva e fundamentada demonstração pelo Parquet de que a Ação Civil Pública é manifestamente improcedente ou temerária pode ensejar seu arquivamento, que deverá ainda ser ratificada pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 9º da Lei n. 7.347/85. Recurso especial conhecido em parte e provido. (REsp 1372593/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 07/05/2013, Dje 17/05/2013)”.

O item II está incorreto. O juiz não aplicará de ofício. Antes de aplicar a nulidade, o juiz intimará o Ministério Público para manifestar a ocorrência de prejuízo ou não, nos termos do art. 279, §2º do CPC, vejamos: “§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.”

O item III está correto. A indisponibilidade do processo coletivo não é absoluta. Conforme o modelo constitucional resolutivo, tratando-se de indisponibilidade mitigada, desde que o membro do MP justifique sua não atuação. Nos termos do art. 9º da Lei nº 4.717 /65, que regulamenta a ação popular, em caso de desistência da ação, faculta-se ao Ministério Público assumir o polo ativo e promover o prosseguimento da ação. Quando o Ministério Público manifesta desinteresse em assumir o polo ativo da ação popular, deve ser mantida a sentença que julga extinto o processo, pela perda superveniente do interesse de agir, nos termos do art. 485 , VI e § 3º, do CPC .

O item IV está incorreto. O modelo resolutivo exige uma atuação estratégica que pode ser judicial ou extrajudicial, dependendo da eficácia, conforme assim pontua o professor Rodrigo Vaslin.

O item V está correto. Conforme explica o professor Rodrigo Vaslin, a solução judicial também é razoável, podendo o MP ser resolutivo tanto via judicial quanto extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. O item II está errado, logo, a alternativa está incorreta.

A alternativa B está incorreta. Dentre os itens indicados pela alternativa, somente o item III estaria correto. Logo, podemos descartar essa alternativa como gabarito.

A alternativa C está correta. Conforme os comentários introdutórios, essa alternativa corresponde a resposta correta.

A alternativa D está incorreta. O item IV está incorreto.

A alternativa E está incorreta. Dentre os itens indicados na alternativa, somente os itens I, III e V estão corretos. Logo, a alternativa não corresponde ao gabarito.

QUESTÃO 65. O Ministério Público do Estado Alfa ajuizou ação civil pública em face da empresa Beta Mineração S.A., em razão de contaminação de curso d'água e destruição de área de preservação permanente. O pedido visava à reparação integral do dano ambiental e, subsidiariamente, a indenização em dinheiro, caso a recomposição in natura fosse impossível. Após sentença parcialmente procedente, o trânsito em julgado ocorreu em 2005. Passados mais de quinze anos sem o início da execução, a empresa requereu o reconhecimento da prescrição dos valores referentes ao dano ambiental e a prescrição intercorrente, alegando a inércia do exequente. O juízo de primeiro grau acolheu o pedido, extinguindo a execução. O Tribunal manteve a decisão.

I - O acórdão está correto diante da previsão constitucional de segurança jurídica, albergada pela jurisprudência do STJ e do STF na matéria, que reconhece a prescrição das pretensões decorrente do microbem ambiental lesado.

II - É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental. A exploração ilegal do patrimônio mineral da União é imprescritível, pois causa degradação ambiental que exige reparação.

III - É prescritível a obrigação de pagar em matéria ambiental, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado, segundo a doutrina de Agnelo Amorim Filho.

IV - A obrigação de reparar um dano ambiental, mesmo que convertida em indenização por perdas e danos após condenação judicial, não prescreve. Isso significa que a obrigação de pagar não prescreve, mesmo que haja inércia na execução da dívida.

V - A prescrição ambiental da execução em ação civil pública ambiental deverá ocorrer, nos termos do microsistema do processo coletivo, no prazo legal de 5 anos, em conformidade com a Lei da Ação Popular.

Escolha a alternativa que contém os itens INCORRETOS:

a) I, III e V.

b) Apenas I e II.

c) II, III e V.

d) Apenas II e IV.

e) I, II e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ação civil pública ambiental.

O item I está incorreto. O acórdão não prescreveu, logo, podemos descartar este item. A jurisprudência dominante do STF (Tema 999) e do STJ (Tema 1.194) é no sentido da imprescritibilidade da pretensão de reparação civil do dano ambiental, superando o argumento da segurança jurídica em face da proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O item II está incorreto. O STF (Tema 999) e a doutrina ambientalista consideram a pretensão de reparação do dano ambiental imprescritível. A tese de repercussão geral aprovada no julgamento foi a seguinte: “É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos”.

O item III está incorreto. É imprescritível. A jurisprudência dominante do STF (Tema 999) e do STJ (Tema 1.194) é no sentido da imprescritibilidade da pretensão de reparação civil do dano ambiental, superando o argumento da segurança jurídica em face da proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O item IV está incorreto. Exatamente, consoante o Tema 1194. Vejamos: “É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.”

O item V está incorreto. O prazo de 5 anos, portanto, não se aplica à pretensão principal de reparação civil ambiental. Vejamos o entendimento jurisprudencial do STF acerca da matéria: “Raras pretensões condenatórias não prescrevem (são imprescritíveis), a exemplo: i – reparação de danos ambientais (STF, RE 654833, Rel. Alexandre de Moraes, d.j. 20/04/20, tema 999, Info 983), mesmo após a conversão da obrigação de reparar o dano ser convertida em prestação pecuniária (STJ, ARE 1.352.872/SC, Rel. Min. Zanin, d.j. 31/3/25, tema 1194, info 1171).”

A alternativa A está correta. Os itens I, III e V estão incorretos.

A alternativa B está incorreta. Veja os comentários de cada item e do gabarito da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Veja os comentários de cada item e do gabarito da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Veja os comentários de cada item e do gabarito da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Veja os comentários de cada item e do gabarito da alternativa A.

QUESTÃO 66. Quanto à atuação do Ministério Público em matéria probatória no processo coletivo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Standards de prova dizem respeito ao quanto de prova para se considerar provado, atuam na fase inicial da valoração probatória determinando o umbral a ser ultrapassado; enquanto ônus da prova é utilizado como regra de atividade para atribuir quem deve se encarregar da produção e como regra de julgamento para sancionar quem poderia ter provado e não provou.

b) O Ministério Público deve apressar a produção da prova na ação popular.

c) Não é possível se exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas. A referida isenção conferida ao Ministério Público em relação ao adiantamento dos honorários periciais não pode obrigar que o perito exerça seu ofício gratuitamente, tampouco transferir ao réu o encargo de financiar ações contra ele movidas. A Fazenda Pública ao qual se acha vinculado o Parquet deve arcar com tais despesas.

d) A prova pericial requerida pelo Ministério Público nas ações coletivas deve ser realizada por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ser custeada pelo orçamento da própria instituição.

e) O Código de Processo Civil autoriza o Ministério Público a promover a produção antecipada de prova para fomentar a autocomposição e colher elementos em contraditório para decidir se irá ou não propor a ação civil pública, bem como, permite a realização de negócio processual para a escolha consensual do perito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está incorreta. Conforme explica o professor Rodrigo Vaslin, esta alternativa descreve precisamente os conceitos de standards de prova (ou padrão probatório, sendo uma regra de valoração destinada ao juiz, definindo a suficiência da prova) e ônus da prova, que possui dupla função: regra de conduta/atividade e regra de julgamento/distribuição de risco.

A alternativa B está correta. Não existe fundamentação quanto “apressar” a produção das provas. O termo é vago e juridicamente impreciso.

As alternativas C e D estão incorretas. Ambas as alternativas refletem o entendimento consolidado do STJ na Súmula 232, vejamos: “Súmula 232-STJ: A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.”

A alternativa E está incorreta. O Enunciado 633 do FPPC confirma que os legitimados coletivos (incluindo o MP) podem usar a PAP para formar seu convencimento sobre a propositura da ação civil pública. Vejamos: “Enunciado 633, FPPC: (art. 381). Admite-se a produção antecipada de prova proposta pelos legitimados ao ajuizamento das ações coletivas, inclusive para facilitar a autocomposição ou permitir a decisão sobre o ajuizamento ou não da demanda.”

QUESTÃO 67. Em relação ao processo estrutural, analise as seguintes afirmações:

I - O problema estrutural se define pela existência de um estado de desconformidade estruturada - uma situação de ilicitude continua e permanente ou uma situação de desconformidade, ainda que não propriamente ilícita, no sentido de ser uma situação que não corresponde ao estado de coisas considerado ideal. Como quer que seja, o problema estrutural se configura a partir de um estado de coisas que necessita de reorganização (ou de reestruturação).

II - A decisão estrutural é aquela que, partindo da constatação de um estado de desconformidade, estabelece o estado ideal de coisas que se pretende seja implementado (fim) e o modo pelo qual esse resultado deve ser alcançado (meios). Em essência, a decisão estrutural não estrutura, mas sim reestrutura o que estava desorganizado.

III - Não cabe ao Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes e das regras orçamentárias legais e constitucionais, atuar em substituição ao juízo de oportunidade e conveniência do Poder Executivo para a prática de ato administrativo discricionário, determinando a realização de concurso público para a contratação de servidores públicos para atuação em hospitais, bem como determinando outras medidas de cunho administrativo.

IV - É legítima e válida a atuação excepcional do Poder Judiciário em matéria de políticas públicas quando ficar bem evidenciada a desídia do administrador em dar cumprimentos a direitos fundamentais.

V - A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

Assinale a alternativa que contém os itens **CORRETOS**:

a) I, II e V.

b) I, II e IV.

c) III, IV e V.

d) I, II e III.

e) I, III, V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre processo estrutural.

Os itens I e II estão corretos, vejamos o entendimento da doutrina de Didier e Zaneti acerca dos elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro. Em relação ao problema estrutural, este define-se como uma situação de desconformidade estruturada, ou seja, uma situação que não corresponde ao estado de coisas considerado ideal, necessitando-se assim de uma reestruturação. Diante de um problema estrutural que se dá o início de um processo estrutural e este visa basicamente a decisão estrutural que é aquela que, partindo da constatação de um estado de desconformidade, estabelece o estado ideal de coisas que se pretende seja implementado (fim) e o modo pelo qual esse resultado deve ser alcançado (meios). Em essência, a decisão estrutural não estrutura, mas sim reestrutura o que estava desorganizado (JUNIOR, Fredie Didier; et al. Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro. Revista de Processo, São Paulo: Ed. RT, v. 303, ano 81, 2020. p. 45-81).

O item III está incorreto. A parte final da afirmação está em desacordo com a jurisprudência recente do STF sobre a "reserva do possível" e a intervenção em saúde pública, conforme o entendimento consolidado pelo STF, no Tema 698 (RE 684.612/RJ): "A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes."

O item IV está incorreto. A intervenção judicial é legítima e justificada quando o Poder Executivo demonstra inação, omissão ou desídia (falta injustificada) no cumprimento de deveres constitucionais que concretizam direitos fundamentais, atuando o Judiciário como "controlador" da constitucionalidade da omissão. Veja o comentário dos itens III e V.

O item V está correto. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). (STF. Plenário. RE 684.612/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/7/2023 (Repercussão Geral – Tema 698) Info 1101).

A alternativa A está correta. Os itens I, II e V estão corretos.

A alternativa B está incorreta. Apenas os itens I, II e V estão corretos.

A alternativa C está incorreta. Apenas os itens I, II e V estão corretos.

A alternativa D está incorreta. Apenas os itens I, II e V estão corretos.

A alternativa E está incorreta. Apenas os itens I, II e V estão corretos.

QUESTÃO 68. Como órgão de execução do Ministério Público, analise o caso abaixo descrito com base na narrativa e na jurisprudência recente sobre as medidas executivas atípicas (ou seja, o modelo de tipicidade flexível, adequação e generalização das astreintes que caracteriza o CPC).

Narrativa do caso:

Em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, o ex-Secretário Municipal de Urbanismo, Sr. Xerxes, foi condenado, por sentença transitada em julgado, ao pagamento de multa civil de R\$ 450.000,00, além da obrigação de ressarcimento ao erário.

Na fase de cumprimento de sentença, após diversas tentativas frustradas de satisfação do crédito, o juízo determinou o bloqueio de valores, a pesquisa de ativos, a penhora de um veículo e a inclusão do executado em cadastros de inadimplentes. Todas as medidas mostraram-se ineficazes: o veículo penhorado já havia sido alienado de forma irregular, e os bloqueios sucessivos retornavam sem saldo.

O executado passou a alegar "dificuldades financeiras momentâneas", mas, simultaneamente, manteve viagens internacionais e renovou sua carteira de habilitação para categoria profissional.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) O art. 139, IV, do CPC não autoriza o juiz a adotar medidas indutivas e coercitivas direcionadas ao gestor público e para tornar efetiva as sanções por atos de improbidade administrativa.

b) O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.941, declarou a constitucionalidade do art. 139, IV, do CPC, por entender que a apreensão de passaporte viola o direito de locomoção assegurado pela Constituição Federal, não sendo medida proporcional. A negativa do juiz pode ser, portanto, genérica com base na ofensa ao direito de locomoção.

c) O Superior Tribunal de Justiça admite a suspensão de CNH e a apreensão de passaporte como meios de coerção legítimos, inclusive em ações de improbidade administrativa, sem que seja necessário apresentar indícios de resistência injustificada e ocultação de patrimônio.

d) A aplicação das medidas atípicas depende da demonstração de que as medidas típicas, como a multa diária e o bloqueio de valores, foram ineficazes para compelir o cumprimento da decisão judicial, bem como, que sejam observados os critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

e) A adoção de medidas como a suspensão da CNH e a apreensão do passaporte têm natureza punitiva, voltada a sancionar a resistência injustificada ao cumprimento da decisão judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A está incorreta. O Art. 139, IV, se aplica a todas as ações e todas as prestações, incluindo a multa civil e o ressarcimento ao erário por improbidade. Vejamos: “Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;”

A alternativa B está incorreta. O STF, na ADI 5.941, declarou a constitucionalidade do dispositivo, mas impôs limites. Nesse contexto, o STF, no julgamento da ADI 5.941/DF, entendeu pela constitucionalidade das referidas medidas atípicas de execução, incluindo as consistentes em suspensão do direito de dirigir, apreensão de passaporte e proibição de participação em concursos públicos ou licitações

A alternativa C está incorreta. STJ exige justamente a demonstração de indícios de resistência injustificada ou ocultação de patrimônio (má-fé), além da ineficácia dos meios típicos, para justificar a aplicação de medidas tão severas que restringem direitos fundamentais. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. O STF (ADI 5.941) consolidou a constitucionalidade o art. 139 do CPC. Já o STJ exige que, além de proporcional, seja submetido ao contraditório e devidamente fundamentada, ao julgar o REsp 1.864.190, a Terceira Turma estabeleceu que os meios de execução indireta previstos no artigo 139, inciso IV, do CPC têm caráter subsidiário em relação aos meios típicos e, por isso, o juízo deve observar alguns pressupostos para autorizá-los – por exemplo, indícios de que o devedor tem recursos para cumprir a obrigação e a comprovação de que foram esgotados os meios típicos para a satisfação do crédito.

A alternativa E está incorreta. Embora sancionem indiretamente a resistência, sua natureza primária é coercitiva e indutiva.

QUESTÃO 69. Sobre os problemas relacionados a legitimidade nas ações civis públicas, legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação, liquidação e execução de direitos individuais homogêneos e a legitimidade para as ações individuais decorrentes de condenação genérica.

É CORRETO afirmar que:

I - O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.

II - Em ação civil pública proposta por Associação, na condição de substituta processual de consumidores, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à Associação promotora.

III - O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular acordo firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário.

IV - A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal.

V - O Ministério Público não é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença. O Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.

Estão CORRETAS as afirmações:

a) I, IV e V.

b) II, III e V.

c) III, IV e V.

d) I, II e IV.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ação civil pública, mais especificamente, a legitimidade do MP.

O item I está correto. O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) (STJ. 1ª Seção. REsp 1682836-SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 25/04/2018 (recurso repetitivo) Info 624).

O item II está correto. Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à associação promovente. (STJ. 2ª Seção. REsp 1438263/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 24/03/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 948).

O item III está incorreto. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial — TARE firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário (Tema 56 do STF).

O item IV está correto. Nos termos do Tema 82 do STF, a previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal; II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial (STF, RE 573232/SC, rel. orig. Min. Ricardo Lewandowski, red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, 14.5.2014).

O item V está incorreto. O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença (Tema 262 do STF).

A alternativa A está incorreta. Somente os itens I, II e IV estão corretos, conforme o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Somente os itens I, II e IV estão corretos, conforme o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Somente os itens I, II e IV estão corretos, conforme o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Somente os itens I, II e IV estão corretos.

A alternativa E está incorreta. Somente os itens I, II e IV estão corretos, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 70. A cognoscibilidade, a confiabilidade e a calculabilidade normativas, são elementos da segurança jurídica, tal é a ênfase que atribui à limitação do poder e aos valores de liberdade, de igualdade e de dignidade (Humberto Ávila). O sistema de estabilidades tem por vetor normativo a segurança continuidade jurídica faz com que a mudança de conteúdo das posições estáveis seja incorporada e acomodada ao tráfego jurídico, recuperando o valor de uma justiça procedimental sem abrir mão da estabilidade. Isso representa que no exame da estabilidade há um viés prospectivo, não apenas direcionado ao passado mas preocupado também com as expectativas e prognoses futuras (Antônio do Passo Cabral).

Escolha a alternativa INCORRETA sobre os valores da segurança jurídica, da estabilidade processual e da coisa julgada:

a) O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória.

b) É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo ripristinada sua redação original.

c) A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação civil pública ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.

d) Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), justamente para evitar que a multiplicidade de litispendências leve ao eventual conflito de coisas julgadas, devendo ser reunidas as demandas ainda não julgadas.

e) Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do art. 93, II, do CDC, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ação civil pública, mais especificamente os efeitos da coisa julgada.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Tema 858, diante da impossibilidade de discussão de matérias de alta indagação no âmbito das ações de desapropriação, o que inclui o debate a respeito da dominialidade do

bem expropriado, eventual trânsito em julgado de decisão judicial proferida em ação de desapropriação, limitada à análise do decreto expropriatório e do valor de indenização, é incapaz de impedir a discussão jurídica dominial em ação civil pública. Vejamos: “I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados. (STF. Plenário. RE 1010819/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 26/5/2021 (Repercussão Geral – Tema 858) - Info 1019).

A alternativa B está incorreta. Conforme o Tema 1075 do STF, foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 16 da LACP, com a redação da Lei 9.494/1997, cuja finalidade foi ostensivamente restringir os efeitos condenatórios de demandas coletivas, limitando o rol dos beneficiários da decisão por meio de um critério territorial de competência, acarretando grave prejuízo ao necessário tratamento isonômico de todos perante a Justiça, bem como à total incidência do Princípio da Eficiência na prestação da atividade jurisdicional: “5. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS DESPROVIDOS, com a fixação da seguinte tese de repercussão geral: “I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo ripristinada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas”.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Tema 499 do STF, a eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.

A alternativa D está correta. Corresponde a literalidade do art. 93, II, do CDC, vejamos: “Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local: II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.” E nesse sentido, o STJ, no julgamento do AgInt no RE no AgInt no REsp nº 1.967.457/SC, confirmou o entendimento já firmado pela Corte Superior da inconstitucionalidade do art. 16 da Lei n. 7.357/1985 que trata da eficácia erga omnes da sentença proferida em ação civil pública. Os efeitos da sentença não podem se restringir aos limites da competência territorial do órgão prolator. Para o Ministro Relator Og Fernandes: “(...) em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, do Código de Defesa do Consumidor e que, ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do Juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.”

A alternativa E está incorreta. Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas." A conjugação desses dois temas resulta no entendimento de que os efeitos da decisão em ação civil pública não se limitam à jurisdição do órgão prolator da decisão, conforme o Tema 1075 do STF.

QUESTÃO 71. Assinale a alternativa correta quanto ao processo legislativo federal:

- a) O Presidente da República pode editar medida provisória para instituir região metropolitana que contenha municípios de mais de um estado brasileiro, desde que presentes os pressupostos de relevância e urgência.
- b) Mandado de segurança originário no Supremo Tribunal Federal é a via adequada para discutir a aplicação pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados da adequada incidência de normas regimentais do processo legislativo que preveem as hipóteses de tramitação de matérias em regime de urgência.
- c) O poder do parlamentar de emendar projeto de iniciativa reservada ao Poder Executivo pressupõe a pertinência entre o tema da emenda e a matéria objeto do projeto. Caso contrário, a emenda representaria uma iniciativa legislativa sobre matéria reservada à iniciativa de outro Poder.
- d) A lei ordinária sancionada, mas que cuide de matéria reservada à lei complementar, poderá ser validada se, na tramitação do processo legislativo, tiver sido observado o quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado.
- e) O Presidente da República poderá vetar palavra de artigo de lei que represente ofensa formal ou material à Constituição Federal. Esse veto deverá ser apreciado em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

Comentários

A alternativa correta é a letra **C**. A questão aborda diferentes aspectos do processo legislativo federal, como o escopo das medidas provisórias, o controle judicial de atos parlamentares (*interna corporis*), o poder de emenda, a hierarquia das espécies normativas e o poder de veto presidencial.

A alternativa A está incorreta. A criação de regiões metropolitanas que abranjam municípios de mais de um estado é matéria que a Constituição exige seja tratada por meio de lei complementar. A edição de Medida Provisória sobre temas reservados a lei complementar é expressamente vedada. Nos termos da CF, a matéria exige lei complementar e a MP é vedada, vejamos: “Art. 25, § 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Art. 62, § 1º, III, da CF: É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [...] III - reservada a lei complementar;”

A alternativa B está incorreta. A aplicação de normas do regimento interno de uma Casa Legislativa, como as que definem o regime de urgência, é considerada um ato *interna corporis*, ou seja, um assunto da economia interna do Poder Legislativo. O STF possui jurisprudência pacífica de que não cabe ao Poder Judiciário intervir em tais questões, a menos que haja uma ofensa direta a uma norma da própria Constituição que rege o processo legislativo. A mera interpretação de regras regimentais não se enquadra nessa exceção. Nos termos da jurisprudência do STF, a intervenção é excepcionalíssima, vejamos: “MS 24.652: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a análise de questões interna corporis dos demais

Poderes somente é admitida em casos de flagrante desrespeito às regras constitucionais pertinentes ao processo legislativo, o que não ocorre na espécie.”

A alternativa C está correta. O STF consolidou o entendimento de que o poder de emenda dos parlamentares em projetos de lei de iniciativa reservada (como os do Presidente da República) não é absoluto. Para que uma emenda seja válida, ela deve guardar pertinência temática com a matéria original do projeto. Caso contrário, a emenda se tornaria um meio de o parlamentar iniciar, por via transversa, uma legislação sobre matéria para a qual não tem iniciativa, burlando a reserva de iniciativa. Nos termos da jurisprudência do STF, a pertinência é requisito de validade, vejamos: “ADI 3926: O poder de emendar projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, conferido aos membros do Poder Legislativo (CF, art. 63), não é ilimitado, não sendo admitidas emendas que não guardem relação de pertinência com a matéria veiculada no projeto.”

A alternativa D está incorreta. A distinção entre lei ordinária e lei complementar é de natureza material (definida pela matéria que a Constituição reserva a cada espécie) e não apenas formal (definida pelo quórum). Se a Constituição exige lei complementar, uma lei ordinária que trate do tema será formalmente inconstitucional, independentemente do quórum com que foi aprovada. O vício está na espécie normativa utilizada, e a aprovação por maioria absoluta não tem o poder de "converter" uma lei ordinária em complementar. Nos termos da jurisprudência do STF, o vício formal não é sanável pelo quórum, vejamos: “ADI 2867: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a aprovação de lei ordinária com o quorum qualificado de lei complementar não a transforma nesta espécie normativa,

A alternativa E está incorreta. O poder de veto do Presidente da República, embora possa ser exercido por inconstitucionalidade, possui uma limitação formal expressa na Constituição. É vedado o veto a palavras ou expressões isoladas. O veto deve necessariamente abranger o texto integral de um artigo, parágrafo, inciso ou alínea. Nos termos da CF, o veto parcial é restrito, vejamos: “Art. 66, § 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.”

QUESTÃO 72. Julgue os itens abaixo e assinale o único correto:

a) A Justiça do Trabalho detém competência para julgar a abusividade de greve de servidores celetistas da administração direta e indireta.

b) O Supremo Tribunal Federal não admite a fungibilidade de conhecer arguição de descumprimento de preceito fundamental como ação direta de inconstitucionalidade por falta de identidade quanto aos pressupostos de ajuizamento e da técnica de decisão.

c) Cabe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento do conflito de competência suscitado entre a Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal e o Tribunal Superior do Trabalho quanto à execução de créditos trabalhistas envolvendo empresa em recuperação judicial.

d) A existência de causa de pedir aberta no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade permite que a Corte examine dispositivos não impugnados no pedido da petição inicial, mas constantes da lei objeto do controle.

e) O decreto federal, ainda que dotado de abstratividade, não se presta ao controle concentrado de normas no STF por não se enquadrar no conceito de lei federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda temas variados de competência e controle de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal e da Justiça brasileira.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 846.854 (Tema 544), fixou a tese de que a competência para julgar a abusividade de greves de servidores públicos é da Justiça Comum, estadual ou federal, a depender da esfera do poder, independentemente do regime jurídico do servidor (celetista ou estatutário). Portanto, a competência não é da Justiça do Trabalho, mesmo para celetistas. No mesmo sentido, o STF dispõe: Tema 544: "A Justiça Comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas."

A alternativa B está incorreta. O STF admite, em nome da instrumentalidade das formas e da primazia da proteção da Constituição, a aplicação do princípio da fungibilidade entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Desde que preenchidos os requisitos da ação para a qual será convertida, a Corte pode conhecer uma como se fosse a outra. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 97: "O princípio da fungibilidade autoriza o conhecimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental como ação direta de inconstitucionalidade, ou vice-versa, dado o caráter geral da jurisdição constitucional."

A alternativa C está correta. A Constituição Federal atribui expressamente ao Supremo Tribunal Federal a competência para processar e julgar os conflitos de competência que se estabeleçam entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer outros tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal. Um conflito entre o Tribunal Superior do Trabalho (Tribunal Superior) e uma Vara de Falências do DF (tribunal local) enquadra-se perfeitamente nessa hipótese. Veja a literalidade da CF: "Art. 102, I, 'o'. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;"

A alternativa D está incorreta. O princípio da "causa de pedir aberta" no controle concentrado significa que o STF não está vinculado aos fundamentos jurídicos (parâmetros constitucionais) invocados pelo autor da ação. Contudo, o Tribunal está estritamente vinculado ao objeto do pedido, ou seja, aos dispositivos de lei que foram expressamente impugnados. O STF não pode, de ofício, estender o julgamento para outros artigos da mesma lei que não foram questionados na petição inicial. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 1.797: "O princípio da 'causa de pedir aberta', que caracteriza a ação direta de inconstitucionalidade, não autoriza o Supremo Tribunal Federal a examinar, em sede de controle normativo abstrato, a constitucionalidade de preceitos normativos que não tenham sido formalmente impugnados na petição inicial."

A alternativa E está incorreta. O objeto do controle concentrado de constitucionalidade é "lei ou ato normativo federal ou estadual". Um decreto federal, desde que seja autônomo (e não meramente regulamentar), possuindo generalidade e abstração e inovando na ordem jurídica, é considerado um "ato normativo" para fins de controle via ADI. A afirmação de que decretos não se prestam a esse controle é uma generalização falsa. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 2.950: "Os decretos, quando autônomos, podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, pois, nessa hipótese, ostentam a qualidade de atos normativos primários."

QUESTÃO 73. Assinale a alternativa correta quanto ao exercício do poder para alterar normas constitucionais federais e estaduais:

a) Padecem de inconstitucionalidade formal normas de iniciativa parlamentar, inclusive emendas à constituição estadual, quando veicularem matérias cuja iniciativa seja restrita ao chefe do Poder Executivo Estadual.

b) A revogação de emenda estadual e a incorporação de seu conteúdo em nova legislação acarreta a perda de objeto do recurso extraordinário, mesmo com repercussão geral reconhecida.

c) A constituição estadual pode prever a prerrogativa de foro criminal para o chefe da defensoria local, visto que, por simetria, a situação é contemplada na Constituição Federal.

d) A previsão contida em norma de constituição estadual para a escolha do Procurador-Geral do Estado não precisa recair sobre membro integrante da Procuradoria-Geral da respectiva unidade da federação em razão da observância do princípio da simetria, visto que, para o cargo de Advogado-Geral da União, a Constituição Federal não limita a escolha dentro dos membros da Advocacia-Geral da União.

e) É constitucional a previsão de norma na Lei Orgânica do Distrito Federal de condicionar as desapropriações de bens de uso comum em áreas urbanas à prévia aprovação da Câmara Legislativa local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda temas relacionados ao poder constituinte derivado, tanto em âmbito federal quanto estadual, e o controle de constitucionalidade de suas normas.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal aplica o princípio da simetria às regras de iniciativa legislativa reservada. Se a Constituição Federal reserva ao Presidente da República a iniciativa de leis sobre certas matérias (como regime jurídico de servidores), essa reserva se estende aos Governadores no âmbito estadual. Esse princípio alcança inclusive o poder de emendar a Constituição Estadual. Portanto, uma emenda à constituição estadual de iniciativa parlamentar que trate de matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Executivo padece de vício de inconstitucionalidade formal. No mesmo sentido, o STF dispõe: Tema 686: " I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF)."

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que, uma vez reconhecida a repercussão geral de um tema, o julgamento do mérito do recurso extraordinário deve prosseguir para a fixação da tese, ainda que a situação particular das partes tenha perdido o objeto. O objetivo da repercussão geral transcende o interesse individual e visa a uniformizar a interpretação constitucional para todo o ordenamento jurídico. No mesmo sentido, o STF dispõe: RE 586.453: "O instituto da repercussão geral não se confunde com o interesse de agir do recorrente. A existência de repercussão geral, uma vez declarada, impõe o julgamento do mérito do recurso, para a fixação da tese, ainda que, no caso concreto, o recurso tenha perdido seu objeto."

A alternativa C está incorreta. O rol de autoridades com prerrogativa de foro criminal na Constituição Federal é taxativo e de interpretação restrita. As Constituições Estaduais não podem ampliá-lo para incluir outras autoridades, como o Chefe da Defensoria Pública, sob pena de violação ao princípio da igualdade e ao princípio do juiz natural. Não há simetria a ser aplicada, pois o Defensor Público-Geral da União não possui tal prerrogativa na esfera federal. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 2553: "A competência do Supremo Tribunal Federal – e, por simetria, dos Tribunais de Justiça – para julgar Deputados e Senadores é de direito estrito, não podendo ser estendida a outras autoridades que não as expressamente elencadas na Constituição."

A alternativa D está incorreta. O STF decidiu que, por simetria, a escolha do Procurador-Geral do Estado deve, obrigatoriamente, recair sobre um membro da respectiva carreira, assim como ocorre com o Procurador-Geral da República (Chefe do Ministério Público da União). A Corte afastou a simetria com o cargo de Advogado-Geral da União, que é de livre nomeação, para fortalecer a autonomia e o caráter técnico das procuradorias estaduais. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 405: "A exigência de que o Procurador-Geral do Estado seja escolhido dentre os integrantes da carreira prestigia o princípio da isonomia e a regra do concurso público, além de robustecer a instituição, garantindo-lhe maior autonomia."

A alternativa E está incorreta. A competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União. Portanto, a Lei Orgânica do Distrito Federal (ou uma Constituição Estadual) não pode criar novas condições ou requisitos para o ato de desapropriar, como a exigência de prévia aprovação legislativa. Tal norma invadiria a competência federal e violaria a separação de poderes, ao submeter um ato típico do Poder Executivo a um controle político prévio do Legislativo. Veja a literalidade da CF: "Art. 22, II. Compete privativamente à União legislar sobre: [...] II - desapropriação;"

QUESTÃO 74. Em relação à atuação dos Tribunais de Conta no controle externo da Administração, marque a alternativa correta:

a) O Tribunal de Contas da União detém competência para fiscalizar em tomada de contas especial o Banco do Brasil - sociedade de economia mista federal - em relação à atividade bancária por depósitos de terceiros administrados pelo banco comercialmente, quando envolver trânsito internacional desses recursos.

b) A pretensão de ressarcimento fundada em decisão do Tribunal de Contas é imprescritível quando fundada em ato doloso tipificado como improbidade administrativa ou decorrente de ilícito civil causador de dano ao erário.

c) A inércia da Câmara de Vereadores em julgar as contas relativas ao exercício financeiro do prefeito no prazo legalmente fixado faz prevalecer a orientação fixada no parecer prévio proferido pelo Tribunal de Contas. Em caso de parecer pela rejeição das contas, o prefeito estará inelegível até que o Legislativo Municipal as julgue.

d) As operações de crédito internacional em que um estado figure como parte dependerão de prévia autorização do Tribunal de Contas da União quando envolver o oferecimento em garantia dos valores do fundo de participação dos estados.

e) A União detém 49% do capital social da TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília), mas isto não atrai a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para decretar indisponibilidade de bens dos dirigentes da empresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a atuação do Tribunal de Contas.

A alternativa A está incorreta. O entendimento do STF sobre o assunto é de que, não cabe ao TCU proceder à tomada de contas especial quanto a atos da administração do Banco do Brasil quando esses atos não se relacionarem a dinheiro, bens e valores estritamente públicos (MS 23627).

A alternativa B está incorreta. A pretensão de ressarcimento fundada em decisão do Tribunal de Contas é imprescritível quando fundada em ato doloso tipificado como improbidade administrativa, mas é prescritível quando decorrente de ilícito civil causador de dano ao erário (RE 852475 - Tema 897).

A alternativa C está incorreta. O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo (Tema 157).

A alternativa D está incorreta. Tal atribuição não compete ao TCU, mas sim ao Senado Federal, nos termos do art. 52, V da CF: “autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.

A alternativa E está correta. A questão aborda uma decisão do STF sobre o tema, no julgamento do MS 24423, onde a Corte entendeu que o TCU, ao determinar a indisponibilidade dos bens de dirigentes, usurpou competência privativa da Câmara Legislativa Distrital e de sua Corte de Contas (TC/DF).

QUESTÃO 75. Assinale a alternativa correta quanto à disciplina constitucional orçamentária e ao regime de pagamento de precatórios:

a) O Presidente do Tribunal competente para pagamento do precatório que, por ato omissivo ou comissivo, retardar a liquidação regular de precatório responderá apenas perante o Conselho Nacional de Justiça, órgão judiciário competente para o controle dos deveres funcionais dos juízes.

b) Medida provisória pode ser a via normativa adequada para estabelecer normas de funcionamento de fundos financeiros.

c) O Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora informações sobre eventuais débitos da parte credora do processo inscritos na dívida ativa para fins de abatimento.

d) Os créditos decorrentes de repetição de indébito incidente sobre a remuneração de servidor público não se enquadram como débitos de natureza alimentícia quanto ao regime de pagamento de precatórios.

e) A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa, mas poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda temas de direito financeiro e orçamentário, especificamente sobre o conteúdo da lei orçamentária e o regime de pagamento de precatórios.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade do Presidente do Tribunal que retarda ou tenta frustrar a liquidação de um precatório não se limita ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Constituição prevê consequências mais graves, incluindo a possibilidade de responder por crime de responsabilidade. A atuação do CNJ é de natureza administrativa e disciplinar, não excluindo outras esferas de responsabilização. Veja a literalidade da CF: "Art. 100, § 7º. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça."

A alternativa B está incorreta. A Constituição veda expressamente a edição de Medida Provisória sobre matéria orçamentária, o que inclui a criação e o funcionamento de fundos, por serem instrumentos de gestão financeira e orçamentária do Estado. Tais matérias exigem um processo legislativo ordinário e mais aprofundado, sendo incompatíveis com o rito sumário da MP. Veja a literalidade da CF: "Art. 62, § 1º. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: [...] d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;"

A alternativa C está incorreta. O procedimento de compensação de débitos ocorre de forma inversa. A iniciativa é da Fazenda Pública devedora, que deve comunicar ao Tribunal a existência de débitos do credor do precatório para que a compensação seja efetuada antes do pagamento. Não é o Tribunal que solicita essa informação. Veja a literalidade da CF: "Art. 100, § 9º. No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa [...] em face do credor do precatório [...], cabendo à Fazenda Pública devedora informar o valor a ser abatido."

A alternativa D está incorreta. O Supremo Tribunal Federal entende que os créditos decorrentes da devolução de valores indevidamente descontados da remuneração de um servidor público (como na repetição de indébito tributário) mantêm a natureza alimentar do crédito principal. A origem do valor é a verba remuneratória, que é alimentar, portanto, a sua restituição também o é para fins de preferência no pagamento de precatórios. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 2.868: "Os créditos de natureza alimentícia não perdem essa característica quando são objeto de cessão. A natureza do crédito não se altera com a mudança do credor."

A alternativa E está correta. Esta alternativa descreve perfeitamente o Princípio da Exclusividade Orçamentária e suas exceções constitucionais. A regra é que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não pode conter matéria estranha à previsão de receita e fixação de despesa. Contudo, a própria Constituição excepciona essa regra, permitindo que a LOA contenha autorização para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito. Veja a literalidade da CF: "Art. 165, § 8º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."

QUESTÃO 76. Assinale a alternativa correta quanto à competência legislativa prevista na Constituição Federal:

a) A iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária é concorrente entre o chefe do Poder Executivo e os membros de Legislativo. A repercussão dessas normas no orçamento do ente federado não conduz à conclusão de que sua iniciativa é privativa do chefe do Executivo.

b) A instalação de dispositivos de segurança em agências bancárias deve ser normatizada por lei federal porque a regulação do setor bancário, aqui incluída a segurança dos estabelecimentos, está inserida na competência do Banco Central.

c) O município não pode legislar sobre a utilização de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos porque a definição dos níveis de ruído são objeto de definição por lei federal.

d) Compete exclusivamente aos estados legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros em razão de ser o poder concedente das concessões de exploração do serviço de águas e esgoto.

e) Os estados podem editar lei tributária em que atribuam ao credor fiduciário a responsabilidade tributária para pagamento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA – independentemente de a propriedade vir a se consolidar com o credor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda diversos pontos sobre a repartição de competências legislativas estabelecida pela Constituição Federal.

A alternativa A está correta. A Constituição Federal, apresenta um rol taxativo de matérias cuja iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo. A matéria tributária, de forma geral, não se encontra nesse rol. Portanto, a iniciativa para criar ou alterar tributos é concorrente. O fato de uma norma tributária gerar impacto no orçamento não a transforma, por si só, em matéria de iniciativa reservada. O STF consolidou este entendimento em tese de repercussão geral. O Tema 682 trata exatamente da ausência de reserva de iniciativa em matéria tributária. Tema 682: "Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal."

A alternativa B está incorreta. Embora a competência para legislar sobre o sistema financeiro nacional seja da União, o Supremo Tribunal Federal entende que a legislação sobre a instalação de itens de segurança em agências bancárias é matéria de interesse local, inserida na competência legislativa dos Municípios. Trata-se de uma questão de segurança pública e urbanismo local. No mesmo sentido, o STF dispõe: Súmula Vinculante 38: "É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial."

A alternativa C está incorreta. A competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente é concorrente. A União edita normas gerais, mas os Municípios podem suplementar essa legislação para atender ao interesse local, como a regulamentação de fogos de artifício para controlar a poluição sonora e proteger a saúde de pessoas e animais. O STF consolidou este entendimento em tese de repercussão geral. O Tema 1056 trata da constitucionalidade de leis municipais que proíbem fogos com estampido. Tema 1056: "É constitucional formal e materialmente lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos."

A alternativa D está incorreta. A afirmação de competência "exclusivamente aos estados" é falsa. A titularidade dos serviços de saneamento básico, que inclui o abastecimento de água, é dos Municípios, por se tratar de serviço público de interesse local. A legislação sobre a instalação de hidrômetros insere-se nessa competência municipal. O STF, ao julgar o Marco Legal do Saneamento Básico, reafirmou a titularidade municipal. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 6.583: "A titularidade dos serviços de saneamento básico é dos Municípios, mesmo quando organizados em microrregiões, regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, o que lhes garante o poder de conceder e de definir as tarifas e os demais preços públicos."

A alternativa E está incorreta. O STF definiu que a lei estadual não pode atribuir ao credor fiduciário a responsabilidade pelo pagamento do IPVA antes que ele consolide a propriedade plena do veículo. Isso ocorre porque, antes da consolidação, o imposto sequer incide sobre o bem na esfera jurídica do credor. A matéria foi objeto de tese de repercussão geral. O Tema 685 define a não incidência do imposto nesta situação. Tema 685: "Não incide IPVA sobre veículo automotor objeto de alienação fiduciária em garantia, antes da consolidação da propriedade definitiva no patrimônio do credor fiduciário."

QUESTÃO 77. A doutrina alemã desenvolveu uma teoria de direito constitucional que defende, de um lado, a proibição de excesso (*übermassverbot*) e, de outro, a proibição de proteção deficiente (*untermassverbot*). Sobre a sua aplicação no direito brasileiro, assinale a afirmativa correta:

a) A proibição de proteção deficiente pode ser invocada em face de alegada omissão estatal, mas não contra eventual atuação incompleta do legislador em proteger um determinado bem jurídico ou direito assegurado pela ordem constitucional.

b) Embora tenha sido amplamente admitida pela doutrina brasileira, a teoria ainda não encontra respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), de modo que não se pode atestar a sua efetiva aderência às balizas estabelecidas pela Constituição Federal (CF).

c) A teoria foi ventilada no julgamento do RE 878.694 (Tema 809), que tratou sobre a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, mas o STF entendeu que houve uma escolha legítima do legislador civil em conferir menor proteção jurídica a um dos diferentes modelos de família.

d) A proibição de proteção deficiente seria uma espécie de garantismo positivo, enquanto a proibição de excesso funcionaria como um garantismo negativo, sendo que nenhuma delas retira do Poder Público certa dose de discricionariedade para decidir sobre a sua atuação.

e) A teoria se desenvolve a partir do princípio da proporcionalidade, extraíndo-se dele as duas vertentes (proibição de excesso ou proibição de proteção deficiente), em face de um dever estatal de proteção dos direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a teoria alemã da dupla dimensão do princípio da proporcionalidade, que se manifesta na proibição do excesso (*Übermaßverbot*) e na proibição da proteção deficiente (*Untermassverbot*), e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está incorreta. A proibição de proteção deficiente (*Untermassverbot*) é um instrumento de controle que se aplica tanto à omissão completa do Estado quanto à sua atuação legislativa insuficiente ou

inadequada para proteger um direito fundamental. A teoria visa garantir um padrão mínimo de proteção, tornando a ação "incompleta" do legislador passível de controle de constitucionalidade. O STF já aplicou essa tese em diversos casos, como no julgamento sobre a Lei de Imprensa, onde se discutiu que a ausência de uma regulamentação adequada poderia configurar proteção deficiente à liberdade de expressão e ao direito de resposta. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 130: “ No julgamento que declarou a não recepção da Lei de Imprensa, o STF debateu amplamente que a ausência de uma legislação moderna e adequada para regular o exercício da liberdade de imprensa e garantir o direito de resposta poderia configurar uma proteção deficiente a direitos fundamentais, demonstrando que a teoria se aplica não apenas à omissão total, mas também à atuação inadequada.”

A alternativa B está incorreta. A teoria da proibição do excesso e da proteção deficiente é amplamente utilizada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Um exemplo notório é o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, que criminalizou a homofobia e a transfobia. Nesse caso, o STF entendeu que a inércia do Congresso Nacional em legislar sobre o tema configurava uma proteção deficiente à comunidade LGBTQIA+. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADO 26: "A inércia do Congresso Nacional em incriminar atos de homofobia e de transfobia significa descumprimento de mandado constitucional de criminalização e representa, ante a omissão do legislador, hipótese de proteção deficiente de direitos fundamentais e de grupos vulneráveis."

A alternativa C está incorreta. O STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 878.694, decidiu exatamente o oposto do que a alternativa afirma. A Corte entendeu que a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros era inconstitucional justamente por conferir proteção deficiente à união estável em comparação com o casamento, violando os princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana. A matéria foi objeto de tese de repercussão geral. O Tema 809 trata da equiparação dos regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros. Vejamos, “Tema 809. No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002."

A alternativa D está incorreta. Embora a correlação com o garantismo positivo (proteção deficiente) e negativo (excesso) esteja correta, a teoria não apenas coexiste com a discricionariedade do Poder Público, mas atua como um limite constitucional a essa discricionariedade. O propósito da proibição do excesso e da proteção deficiente é justamente controlar e balizar as escolhas do legislador, impedindo que ele atue de forma desproporcional. A discricionariedade legislativa existe, mas não é absoluta, encontrando seus limites nos direitos fundamentais e no princípio da proporcionalidade. Conforme a doutrina de Robert Alexy, amplamente adotada pelo STF, o princípio da proporcionalidade (e suas vertentes) funciona como um método racional para controlar a discricionariedade do legislador na ponderação entre princípios constitucionais. A decisão do legislador só é legítima se for proporcional, ou seja, se não for excessiva nem deficitária na proteção dos bens jurídicos em jogo.

A alternativa E está correta. Esta alternativa descreve com precisão a origem e a natureza da teoria. O princípio da proporcionalidade, em sua dupla perspectiva, exige que o Estado não apenas se abstenha de intervir em excesso nos direitos fundamentais (proibição de excesso), mas também atue positivamente para protegê-los de forma adequada (proibição de proteção deficiente). Ambas as vertentes derivam do dever geral de proteção que a Constituição impõe ao Estado em relação aos direitos fundamentais. Veja a literalidade da CF: “Art. 5º, § 1º. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata." O julgamento do Tema 809, mencionado na própria questão, é um exemplo prático e direto da

aplicação desta teoria, pois, ao declarar inconstitucional a distinção de regimes sucessórios, o STF agiu para corrigir uma proteção deficiente. No mesmo sentido, o STF dispõe: Tema 809: "É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002. (A mesma tese foi fixada para o Tema 498)

QUESTÃO 78. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que ficou conhecida como "ADPF das favelas", foi proposta em face da percepção de que haveria excessiva e crescente letalidade decorrente da atuação policial, sobretudo contra a população pobre e negra de comunidades no Rio de Janeiro. Marque a opção correta:

a) O provimento jurisdicional conferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) se exauriu com a publicação do acórdão da ADPF 635, tornando-se um precedente com eficácia erga omnes e efeito vinculante que passou a ser observado indistintamente no âmbito do Poder Judiciário e da Administração Pública.

b) Não houve consenso entre os Ministros do STF sobre se a investigação direta pelo Ministério Público, no intuito de apurar irregularidades da atividade policial, consistiria em um poder-dever (e não em uma mera faculdade).

c) O Ministério Público foi diretamente envolvido desde o início da ADPF 635, em face das suas atribuições institucionais, em especial a de exercer o controle externo da atividade policial, nos termos do art. 129, VII, da Constituição Federal (CF).

d) Constatada a inação do Ministério Público Estadual (MPE) e o interesse nacional, o STF entendeu que a competência para investigar as suspeitas de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de crimes dolosos contra a vida passaria a ser do Ministério Público Federal (MPF).

e) O STF reconheceu um estado de coisas inconstitucional na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, cujo enfrentamento e superação determinou que fossem objeto de articulação entre o MPF, MPE, a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como "ADPF das Favelas", e o papel das instituições na fiscalização da atividade policial no Rio de Janeiro.

A alternativa A está incorreta. O provimento jurisdicional na ADPF 635 não se exauriu com a publicação do acórdão. Pelo contrário, a decisão é um exemplo de "sentença estrutural", na qual o STF estabeleceu um monitoramento contínuo da implementação das medidas ordenadas, como a elaboração de um plano para redução da letalidade policial. A Corte instaurou um processo de acompanhamento, com audiências públicas e relatórios periódicos, demonstrando que a sua atuação permanece ativa. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 635: "Determinar ao Estado do Rio de Janeiro que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe a este Supremo Tribunal Federal um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para sua implementação."

A alternativa B está incorreta. Houve um claro consenso entre os Ministros do STF de que o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público é um poder-dever imposto pela Constituição, e não uma mera faculdade. A decisão da Corte foi enfática ao reafirmar a obrigatoriedade dessa função institucional como um pilar para a fiscalização e a responsabilização em casos de abusos. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 635: "O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público é um poder-dever, e não uma mera faculdade, e deve ser exercido de modo efetivo e com a devida publicidade, a fim de permitir o controle social sobre a sua atuação."

A alternativa C está correta. O Ministério Público foi uma figura central na ADPF 635 desde o início, justamente por sua atribuição constitucional de exercer o controle externo da atividade policial. A ação foi proposta, em grande parte, com base na alegação de que esse controle não estava sendo exercido de forma eficaz. A decisão do STF, portanto, não apenas envolveu o MP, mas buscou fortalecer e dar efetividade a essa função essencial para a fiscalização do uso da força pelo Estado. Vejamos novamente o que o STF dispõe: ADPF 635: "Determinar ao Estado do Rio de Janeiro que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe a este Supremo Tribunal Federal um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para sua implementação.". Ademais, veja a literalidade da CF: "Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: [...] VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;"

A alternativa D está incorreta. O STF não determinou a transferência da competência investigativa do Ministério Público Estadual (MPE) para o Ministério Público Federal (MPF). O mecanismo para federalizar investigações de graves violações de direitos humanos é o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), que não foi utilizado no caso. A decisão da Corte na ADPF 635 seguiu o caminho de compelir as instituições estaduais a cumprirem suas obrigações. Veja a literalidade da CF: "Art. 109. [...] § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal."

A alternativa E está incorreta. Embora a situação fática da segurança pública no Rio de Janeiro tenha características de um "Estado de Coisas Inconstitucional" (ECI), o acórdão final da ADPF 635 não fez a declaração formal do ECI. Conforme já transcrito nas alternativas anteriores, a decisão focou em impor obrigações concretas e específicas, em vez de se concentrar na declaração formal do ECI, como ocorreu em caso distinto e paradigmático sobre o sistema carcerário. No mesmo sentido, o STF dispõe sobre o ECI: ADPF 347: "O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, (...) reconheceu o 'estado de coisas inconstitucional' do sistema penitenciário brasileiro."

QUESTÃO 79. A jurisdição constitucional tem passado por transformações ao longo dos últimos anos. Diante dessas mudanças e levando-se em conta especialmente as ações de controle concentrado de constitucionalidade, é incorreto afirmar que o Supremo Tribunal Federal (STF):

a) Reconheceu a fungibilidade entre as ações do controle de constitucionalidade se houver dúvida razoável quanto à ação cabível e a questão de direito envolvida for relevante, salvo nas hipóteses de erro grosseiro.

b) Passou a admitir a possibilidade de celebração de acordos de natureza cível em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), os quais poderão emergir após a realização de audiências de conciliação, mediação e contextualização.

c) Atestou o cabimento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) mesmo na ausência de um comando expresso da Constituição Federal (CF) quanto à edição de uma lei, tornando-se importante instrumento de concretização de cláusulas constitucionais frustradas em sua eficácia.

d) Consignou que a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é cabível para sanar dúvida interpretativa relevante, a qual seja capaz de colocar em risco a presunção de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo federal, ainda que não tenha sido objeto de efetiva controvérsia judicial.

e) Adotou novas interpretações sobre o conceito de “ato do Poder Público” previsto na Lei n. 9.882/1999, de modo a ampliar as hipóteses de cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda as transformações recentes na jurisdição constitucional brasileira, especialmente no que tange às ações de controle concentrado de constitucionalidade exercidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está correta. O STF, em nome da instrumentalidade das formas e da primazia da jurisdição constitucional, tem admitido a aplicação do princípio da fungibilidade entre as ações do controle concentrado. Assim, é possível conhecer uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), ou vice-versa, desde que presentes os requisitos da ação para a qual se converte e não se trate de erro grosseiro, garantindo a análise da questão de fundo. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 97: "O princípio da fungibilidade autoriza o conhecimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental como ação direta de inconstitucionalidade, ou vice-versa, dado o caráter geral da jurisdição constitucional."

A alternativa B está correta. Em uma evolução de sua atuação, o STF tem adotado posturas mais dialógicas, abrindo espaço para a autocomposição em ações de controle concentrado. A realização de audiências de conciliação e a homologação de acordos em ADIs, especialmente em casos de grande complexidade e impacto federativo (como na ADO 25, referente à Lei Kandir), representam essa nova faceta da jurisdição constitucional, que busca soluções consensuais para litígios estruturais. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADO 25 (Acordo na Lei Kandir): "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre a União e os Estados, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25, com o objetivo de definir regras para a compensação das perdas de arrecadação decorrentes da desoneração de ICMS nas exportações."

A alternativa C está correta. O STF ampliou o cabimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) para além das hipóteses de omissão legislativa total diante de um mandado de criminalização expresso. A Corte passou a admitir a ação para combater a "proteção deficiente" de direitos fundamentais, mesmo quando não há uma ordem explícita para legislar, reconhecendo uma omissão inconstitucional quando a inércia do legislador impede a plena eficácia de um direito. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADO 26: "A inércia do Congresso Nacional em incriminar atos de homofobia e de transfobia significa

descumprimento de mandado constitucional de criminalização e representa, ante a omissão do legislador, hipótese de proteção deficiente de direitos fundamentais e de grupos vulneráveis."

A alternativa D está incorreta. Um dos pressupostos de cabimento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da norma federal questionada, que gere um estado de insegurança jurídica e ameace a presunção de sua constitucionalidade. A mera existência de dúvida interpretativa, sem a sua manifestação em decisões judiciais divergentes, não é suficiente para autorizar o ajuizamento da ADC. A exigência está expressa na lei que rege a matéria. Veja a literalidade da Lei nº 9.868/1999: "Art. 14. A petição inicial indicará: [...] III - a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória." No mesmo sentido, o STF dispõe: ADC 53 (AgR): "A Ação Declaratória de Constitucionalidade pressupõe a existência de controvérsia judicial relevante, a qual se caracteriza pela proliferação de decisões judiciais antagônicas sobre a validade de uma mesma norma."

A alternativa E está correta. O STF tem interpretado de forma ampla o conceito de "ato do Poder Público" para fins de cabimento da ADPF, admitindo-a não apenas contra leis, mas também contra um conjunto de atos e omissões que resultem em violação massiva de preceitos fundamentais. Essa interpretação permitiu o uso da ADPF para questionar políticas públicas, decisões judiciais com efeitos gerais e situações fáticas complexas, como no reconhecimento do "Estado de Coisas Inconstitucional". No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 347: "O cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental pressupõe que o ato questionado – seja ele comissivo ou omissivo, de caráter normativo ou não – se revele lesivo a preceito fundamental. (...) O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro."

QUESTÃO 80. A Constituição Federal (CF) adotou uma concepção específica sobre o papel do Poder Judiciário na concretização de direitos e garantias fundamentais. A partir dessa premissa, assinale a opção incorreta:

a) Na via interpretativa, qualquer juiz pode exercer o controle de convencionalidade e de constitucionalidade de leis e atos normativos, a fim de garantir a máxima eficácia das normas protetivas de direitos humanos e fundamentais.

b) Salvo nas hipóteses de incorporação das normas internacionais com equivalência de Emenda Constitucional (EC), as convenções e os tratados sobre direitos humanos têm status normativo supralegal, isto é, encontram-se hierarquicamente abaixo da CF e acima das leis que compõem o ordenamento jurídico pátrio.

c) O Supremo Tribunal Federal (STF) passou a admitir a prolação de sentenças aditivas, assumindo um papel de legislador positivo, com vistas a impor obrigações de fazer ao Estado, sem que isso configure violação ao princípio da separação dos poderes.

d) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (art. 5º, § 1º) e a expressa previsão delas na CF não exclui outras decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou, ainda, dos tratados firmados pelo Brasil (art. 5º, § 2º), desde que tenham sido aprovados em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada Casa do Congresso Nacional (art. 5º, § 3º).

e) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou uma Resolução para recomendar que todos os órgãos do Poder Judiciário observem e apliquem as decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a concepção da Constituição Federal sobre o papel do Poder Judiciário na concretização dos direitos e garantias fundamentais.

A alternativa A está correta. No sistema jurídico brasileiro, vigora o sistema difuso de controle de constitucionalidade, que permite a qualquer juiz ou tribunal, em um caso concreto, afastar a aplicação de uma lei que considere inconstitucional. Da mesma forma, o STF consolidou o entendimento de que esse controle difuso também se aplica às convenções internacionais (controle de convencionalidade), devendo o magistrado garantir a prevalência da norma que melhor proteja os direitos humanos. No mesmo sentido, o STF dispõe: RE 466.343: "O controle de convencionalidade, que é a verificação da compatibilidade das leis com os tratados internacionais de direitos humanos, pode ser exercido por todos os juízes do país, em sede de controle difuso."

A alternativa B está correta. Esta alternativa descreve com precisão a pirâmide normativa estabelecida pelo STF após o julgamento do Recurso Extraordinário 466.343. Os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário (maioria simples) não possuem status de lei comum nem de norma constitucional, mas sim um status intermediário, supralegal. Isso significa que eles prevalecem sobre a legislação infraconstitucional, mas estão subordinados à Constituição Federal. No mesmo sentido, o STF dispõe: RE 466.343: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que não forem aprovados na forma do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal têm status de norma supralegal, paralisando a eficácia de toda a legislação infraconstitucional em sentido contrário."

A alternativa C está correta. O STF, especialmente em sede de controle de constitucionalidade por omissão, tem utilizado a técnica da "sentença aditiva". Por meio dela, a Corte não apenas declara a inércia do legislador, mas também estabelece uma norma provisória para preencher a lacuna e dar eficácia ao direito fundamental violado, até que o Congresso legisle. A Corte entende que tal atuação é um dever para garantir a força normativa da Constituição, não configurando violação à separação dos poderes. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADO 26: "A inércia do Congresso Nacional em incriminar atos de homofobia e de transfobia (...) representa, ante a omissão do legislador, hipótese de proteção deficiente de direitos fundamentais. (...) [Determina-se] o enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89)."

A alternativa D está incorreta. A afirmação mistura e condiciona indevidamente os parágrafos do artigo 5º da CF. O § 2º estabelece uma cláusula de abertura material, afirmando que os direitos fundamentais não se limitam aos expressos na Constituição, incluindo aqueles decorrentes de tratados internacionais, independentemente do seu quórum de aprovação. O § 3º, por sua vez, cria um procedimento especial para que tratados de direitos humanos, se aprovados com quórum qualificado, recebam o status de Emenda Constitucional. A alternativa erra ao sugerir que a condição do § 3º (quórum qualificado) é um requisito para que os tratados mencionados no § 2º possam ser fonte de direitos. Veja a literalidade da CF, que demonstra serem dois dispositivos com finalidades distintas e não condicionais entre si: "Art. 5º. [...] § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." "Art. 5º. [...] § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do

Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

A alternativa E está correta. O Conselho Nacional de Justiça, ciente da importância do diálogo entre as fontes do direito nacional e internacional, editou a Recomendação nº 123, de 2022, orientando os órgãos do Poder Judiciário a observarem os tratados e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa medida visa fortalecer o controle de convencionalidade e a proteção dos direitos humanos no Brasil. No mesmo sentido, o CNJ dispõe: Recomendação CNJ nº 123/2022: "Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos."

QUESTÃO 81. A liberdade de expressão é um dos pilares de qualquer democracia. No Direito brasileiro, está inserida no rol de direitos e garantias fundamentais – art. 5º, incisos IV e IX, da Constituição Federal (CF), assegurando ser “livre a manifestação do pensamento” e “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Sobre o tema, marque a opção incorreta:

a) Como todo direito fundamental, a liberdade de expressão não é um direito absoluto, encontrando limitações dentro da própria ordem constitucional ou das escolhas feitas pelo legislador ordinário.

b) As mesmas limitações impostas à liberdade de expressão dos juízes, previstas na Lei Complementar (LC) n. 35/1979 – Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), são aplicadas aos membros do Ministério Público, por força do § 4º do art. 129 da CF.

c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), eventuais excessos ou abusos no exercício do direito à liberdade de expressão podem ensejar eventual direito de resposta, mas não de indenização por seu status de direito fundamental.

d) No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.815, o STF afastou a necessidade de prévia autorização quanto à edição de obras biográficas literárias ou audiovisuais, por constituir típica manifestação da liberdade de expressão, mesmo em face da exposição da imagem, privacidade, intimidade e honra do biografado.

e) Expressões de racismo não estão protegidas pela liberdade de expressão, no que também estão inseridas práticas homofóbicas e transfóbicas, de acordo com o decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 pelo STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o direito fundamental à liberdade de expressão e seus limites, conforme a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que não existem direitos fundamentais absolutos. A liberdade de expressão, como os demais direitos, pode ser ponderada e, se necessário, restringida quando colide com outros direitos ou valores constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a honra, a imagem, a privacidade ou a proteção de crianças e adolescentes. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 130: "Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se

revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a imposição de restrições a determinados direitos e garantias individuais."

A alternativa B está correta. A Constituição Federal estende aos membros do Ministério Público as vedações aplicáveis aos membros da Magistratura, no que for cabível. Entre essas vedações, previstas no art. 95, parágrafo único, da CF e detalhadas na LOMAN, está a proibição de dedicar-se à atividade político-partidária, o que representa uma limitação à liberdade de expressão e manifestação política desses agentes. Veja a literalidade da CF: "Art. 129. [...] § 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 95, parágrafo único."

A alternativa C está incorreta. A afirmação é diametralmente oposta ao entendimento do STF. A liberdade de expressão não é um salvo-conduto para a prática de ilícitos. A própria Constituição, ao mesmo tempo em que garante a livre manifestação, assegura o direito de resposta e a indenização por dano material, moral ou à imagem (Art. 5º, V e X). O STF, especialmente no julgamento da ADPF 130, reforçou que o fim da censura prévia não elimina a responsabilidade *a posteriori* (posterior) pelos abusos cometidos. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADPF 130: "O fato de a Constituição Federal vedar a censura prévia não significa que a liberdade de imprensa seja irrestrita. Pelo contrário, a própria Constituição estabelece a possibilidade de responsabilização civil e penal por eventuais abusos, além do direito de resposta."

A alternativa D está correta. No julgamento da ADI 4.815, o STF declarou inexigível o consentimento prévio da pessoa biografada (ou de seus herdeiros) para a publicação de biografias. A Corte entendeu que tal exigência configuraria censura prévia, incompatível com a liberdade de expressão e de informação. Eventuais lesões à honra, imagem ou privacidade devem ser reparadas posteriormente, por meio de indenização e direito de resposta, mas não podem impedir a publicação. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADI 4.815: "É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de seus familiares. (...) A liberdade de expressão é um dos mais preciosos direitos, sendo um dos pilares da democracia."

A alternativa E está correta. O STF possui entendimento consolidado de que o discurso de ódio, incluindo as manifestações de cunho racista, não se enquadra no âmbito de proteção da liberdade de expressão. No julgamento da ADO 26, a Corte estendeu o tipo penal de racismo para abarcar as condutas homofóbicas e transfóbicas, afirmando que tais práticas constituem uma afronta à dignidade humana e não podem ser toleradas sob o manto da liberdade de expressão. No mesmo sentido, o STF dispõe: ADO 26: "As condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 1989."

QUESTÃO 82. O art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal (CF) enuncia o cabimento do Mandado de Injunção (MI) "sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania". Sobre esse instrumento, não se pode afirmar que:

a) Para fins de cabimento do MI, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que deve haver prova da alegada omissão legislativa e da suposta inviabilidade para o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais invocados.

b) A jurisprudência do STF se firmou no sentido de que não cabe MI para questionar, em face dos ditames constitucionais, eventual equívoco da legislação vigente ou a falta de eficácia das políticas públicas existentes.

c) Aplicam-se ao MI, no que couber, as normas relativas ao Mandado de Segurança (MS), inclusive no que tange à possibilidade de concessão de medida liminar, para fins de resguardar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas constitucionais.

d) O Ministério Público pode propor MI coletivo, mas apenas quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.

e) Podem figurar como impetrados no MI o Poder, o órgão ou a autoridade públicas ou privadas com atribuição para editar a norma regulamentadora.

Comentários

(QUESTÃO PASSÍVEL DE RECURSO PARA ANULAÇÃO)

A questão é passível de recurso para anulação, A alternativa que os professores apontam como a provável incorreta, segundo o gabarito a ser divulgado pela banca, é a **letra E**. A análise se baseia na provável adoção de uma interpretação literal da lei pela banca, ignorando uma construção jurisprudencial mais ampla. A questão aborda os principais aspectos do Mandado de Injunção (MI), conforme a Constituição Federal e a Lei nº 13.300/2016, que disciplina o seu processo e julgamento.

A alternativa A está correta. O cabimento do Mandado de Injunção está condicionado à demonstração de dois pressupostos essenciais e cumulativos: a existência de uma omissão normativa por parte do poder público e a prova de que essa omissão torna inviável o exercício de um direito, liberdade ou prerrogativa constitucional. A ausência de qualquer um desses requisitos leva à inadmissibilidade da ação. No mesmo sentido, o STF dispõe: MI 7.219 (AgR): "O mandado de injunção pressupõe a existência de um nexo de causalidade entre a omissão normativa do Poder Público e a inviabilidade do exercício de um direito, liberdade ou prerrogativa."

A alternativa B está correta. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que o Mandado de Injunção é o remédio constitucional para a ausência de norma regulamentadora, e não para a má qualidade ou ineficácia da norma existente. Se a lei foi editada, mas é considerada falha, inconstitucional ou ineficaz, os instrumentos adequados seriam outros, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou ações ordinárias, mas não o MI. No mesmo sentido, o STF dispõe: MI 6.761 (AgR): "O mandado de injunção não é o meio processual adequado para corrigir eventual vício de norma já existente, nem para suprir a sua suposta ineficácia. A existência de ato normativo regulamentador da matéria, ainda que tido por insatisfatório, afasta o cabimento do mandado de injunção."

A alternativa C está correta. A Lei nº 13.300/2016, que regula o MI, prevê expressamente a aplicação subsidiária das normas do Mandado de Segurança. Isso inclui a possibilidade de o relator conceder medida liminar para assegurar a eficácia da decisão final, desde que presentes os requisitos de urgência e relevância do fundamento. Veja a literalidade da Lei nº 13.300/2016: "Art. 5º. Poderá ser concedida medida liminar quando, da análise do caso concreto, se evidenciarem a relevância do fundamento da impetração e a

possibilidade da ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação se a decisão final for favorável ao impetrante." "Art. 14. Aplicam-se subsidiariamente ao mandado de injunção as normas da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 (Lei do Mandado de Segurança)."

A alternativa D está correta. O Ministério Público possui legitimidade para impetrar Mandado de Injunção coletivo. Contudo, sua atuação não é irrestrita. A lei exige que a impetração vise à defesa de interesses que se alinhem com as funções institucionais do MP, como a proteção da ordem jurídica, do regime democrático ou de direitos sociais e individuais indisponíveis. Veja a literalidade da Lei nº 13.300/2016: "Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido: [...] II - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis."

A alternativa E está incorreta. A atribuição para editar a norma que regulamenta um direito constitucional é uma função eminentemente pública. Portanto, apenas o Poder, órgão ou autoridade pública que detém essa competência pode figurar no polo passivo (como impetrado) do Mandado de Injunção. A lei não prevê a possibilidade de uma entidade privada ser demandada para suprir uma omissão normativa de caráter geral e abstrato. Veja a literalidade da Lei nº 13.300/2016, que não menciona entes privados: "Art. 3º. São legitimados para o mandado de injunção, como impetrados, o Poder, o órgão ou a autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora."

QUESTÃO 83. Julgue os itens a seguir:

I - São princípios implícitos do direito administrativo a segurança jurídica, razoabilidade e a eficiência.

II - São princípios explícitos do direito administrativo a moralidade, a legalidade e a impessoalidade.

III - O princípio da autotutela, ou controle, autoriza a administração pública a rever e anular atos praticados com vício de ilegalidade.

IV - Nas decisões tomadas em processos que examinem aspectos da legalidade de benefício concedido a servidor público federal, perante o Tribunal de Contas da União, a cogitação de anulação ou revogação do ato administrativo que beneficie o interessado lhe assegura prévios contraditório e a ampla defesa.

V - Em linha com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, os Municípios devem respeito ao princípio da livre concorrência quando legislam sobre a instalação de estabelecimentos comerciais a partir do critério da atividade econômica que será desenvolvida.

São verdadeiros apenas os itens:

a) I e II

b) II, III e V.

c) I e V.

d) II, IV e V.

c) II e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípios administrativos previstos na Constituição Federal.

O item I está incorreto. A eficiência é um princípio expresso.

O item II está correto. De fato, são princípios explícitos, previstos no art. 37, caput da Constituição Federal.

O item III está incorreto. A banca pode considerar essa questão como incorreta em razão dos termos técnicos empregados na alternativa. O correto seria afirmar vício de legalidade e não de ilegalidade. Mas entendemos que essa questão deveria ser anulada, pois a III deveria ser considerada correta.

O item IV está correto. Está de acordo com a Súmula Vinculante n.º 3 do STF.

O item V está correto. É entendimento pacificado no STF (vide RE 189.170-0- SP e ADI 3.691-2 - MA).

Portanto, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 84. Julgue os itens a seguir:

I - A existência de vegetação típica do Cerrado em uma grande área pertencente a entidade da administração pública indireta do Distrito Federal é passível de proteção jurídica sob o regime das florestas públicas.

II - A instituição do regime jurídico de determinada área coberta por flora nativa componente do bioma brasileiro restringe a possibilidade de concedê-la ao poder privado para exploração econômica.

III - Áreas públicas do Distrito Federal cobertas por mata do bioma do Cerrado que foram replantadas e, posteriormente, consideradas florestas públicas, podem ter seu uso concessionado mediante licitação ao poder privado para realização de atividades econômicas controladas.

IV - Por força da preservação de cursos de rios e nascentes, áreas de mata ciliar nativa do Córrego São Bartolomeu, pertencentes ao Distrito Federal e consideradas florestas públicas, por princípio, são impassíveis de exploração econômica, especialmente por comunidades locais.

V - Entre os produtos florestais que podem ser extraídos de Florestas Públicas, desde que haja plano de manejo, admite-se a colheita de frutos, mudas e floradas, inclusive os madeireiros.

São verdadeiros apenas os itens:

a) I e II.

b) II, III e IV.

c) I, III e V.

d) I, II e IV.

e) I e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Florestas Públicas.

O Item I está correto. Conforme art. 3º, I, da Lei 11.284/2006: “Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se: I - florestas públicas: florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta;”

O Item II está incorreto. Sua utilização será feita na forma da lei, conforme art. 225, § 4º, da CF: “§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

O Item III está correto. Exemplo disso é a concessão florestal, constante no art. 3º, VII, da Lei 11.284/2006: “Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se: VII - concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;”.

O Item IV está incorreto. O Código Florestal admite algumas pequenas exceções de uso, a exemplo de seu art. 9º: “Art. 9º É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.”. Ademais, o próprio art. 3º, IX, “b”, classifica a exploração sustentável das comunidades tradicionais como de interesse social: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: IX - interesse social: b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;”.

O Item V está correto. Conforme art. 3º, III e VII, da Lei 11.284/2006: “Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se: III - produtos florestais: produtos madeireiros e não madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável; VII - concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;”

A alternativa C está correta. São verdadeiros os itens I, III e V.

QUESTÃO 85. Julgue os itens a seguir, com base na seguinte situação hipotética:

Em janeiro de 2005, o Senhor Miguel, então proprietário de uma grande gleba de terras onde há manancial aquífero de abastecimento, realizou a supressão ilegal de uma vasta área de Cerrado de campo, caracterizada como Área de Preservação Permanente (APP). Ele visava a futura venda de lotes em um parcelamento horizontal não formalizado. Em 2023, referido imóvel foi vendido à Imobiliária Alfa, que não participou da supressão original. Após fiscalização de autoridade pública que apurou a degradação da área, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural - PRODEMA ajuíza ação civil pública, para a reparação do dano.

I - Ao ajuizar a ação civil pública, se a PRODEMA ignorar o causador original (Sr. Miguel) e demandar apenas o proprietário atual (Imobiliária Alfa), a ação não terá prosseguimento.

II - A PRODEMA deve ajuizar a ação exclusivamente contra Miguel, uma vez que a Imobiliária Alfa não foi responsável pelo dano ambiental. Se procedente o pedido autoral, a empresa não pode ser compelida a arcar com os custos do projeto de recuperação enquanto não forem esgotadas as tentativas de obter a reparação do efetivo causador do dano.

III - O Juízo da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal deve acolher a tese defensiva de prescrição da pretensão reparatória, considerando que transcorreram mais de 20 anos desde a ocorrência do fato danoso, prazo consideravelmente superior aos prazos prescricionais quinquenal e decenal previstos no Código Civil.

IV - O Juízo da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal deve rejeitar a preliminar de prescrição, porém acolher a tese de responsabilidade subsidiária suscitada pela Imobiliária Alfa.

V - O Juízo da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal deve rejeitar tanto a preliminar de prescrição da pretensão reparatória quanto a tese de responsabilidade subsidiária.

São falsas apenas as questões:

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, II, III e IV.

d) I, II, III e V.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental.

Os Itens I, II e IV estão incorretos. A responsabilidade é solidária e propter rem. Ademais, não se fala em benefício de ordem. Conforme Súmula 623 do STJ: “As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.”

O Item III está incorreto. Conforme Tema 999 de Repercussão Geral do STF: “É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental.”

O Item V está correto. O juiz deve rejeitar a preliminar de prescrição da pretensão reparatória, pois a pretensão de reparação civil de dano ambiental é imprescritível, conforme Tema 999 de Repercussão Geral do STF, acima transcrito. Ademais, o juiz deve também rejeitar a tese de responsabilidade subsidiária, pois esta é, na verdade, solidária, conforme Súmula 623 do STJ, acima transcrita.

A alternativa C está correta. São falsos os itens I, II, III e IV.

QUESTÃO 86. Julgue os itens a seguir:

I. A condenação da pessoa jurídica que praticar um ato ilícito contra a Administração pelo regime da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) não afasta a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992).

II. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, após as alterações da Lei de Improbidade Administrativa promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a retroatividade incide sobre a revogação da conduta culposa, quando a ação ainda não transitou em julgado, e sobre o regime prescricional.

III. Um servidor público utiliza retroescavadeiras e caminhões pertencentes ao Distrito Federal, além de trabalho de operários contratados pela administração pública, para realizar reformas em sua propriedade particular. Nesse caso, o beneficiado está sujeito à sanção por ato de improbidade se houver comprovação de efetivo dano ao erário.

IV. Um engenheiro público atesta falsamente a conclusão integral de uma obra com a qualidade contratual exigida, quando, na verdade, a obra está inacabada e foi executada com material de qualidade inferior à especificação do edital. Em razão dessa certificação fraudulenta, a empreiteira recebe o pagamento integral e, ainda, ficou comprovado que ela repassou parte desses valores àquele engenheiro. Nesse caso, o servidor está sujeito a sanção por ato de improbidade administrativa, independentemente de comprovação de dano ao erário.

V. O Ministério Público pode celebrar acordo de não persecução civil dispensando o ressarcimento integral do dano ao erário, desde que o investigado efetue a devolução de toda e qualquer vantagem indevida obtida no ato apurado, além do que referida composição deva ser homologada judicialmente. São falsos apenas os itens:

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, II, III e IV.

d) I, II, III e V.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as sanções da Lei de Improbidade Administrativa.

O item I está incorreto. Está em desacordo com o art. 3º, §2º da Lei de Improbidade Administrativa. Se aplicar as sanções da Lei de Anticorrupção não se pode aplicar as sanções com base na LIA pelo mesmo fato.

O item II está incorreto. Não há retroatividade no caso do regime prescricional (Tema 1.199 do STF).

O item III está incorreto. Trata-se de enriquecimento ilícito, previsto no art. 9º, inciso IV da LIA. Nesse caso, não precisa demonstrar efetivo dano ao erário.

O item IV está correto. O item também faz referência à hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, conforme art. 9º, inciso VI da LIA. Nesse caso, de fato, não é necessário demonstrar efetivo dano ao erário.

O item V está incorreto. No acordo de não persecução civil, não se pode dispensar o réu de pagar o ressarcimento do dano (art. 17-B, inciso I da LIA).

Assim, o único item correto é o IV e a alternativa pede para assinalar os incorretos. Portanto, nosso gabarito é a letra D.

QUESTÃO 87. Julgue os itens a seguir:

I. A estabilidade no serviço público é requisito indispensável ao exercício do poder de polícia.

II. A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia, ou seja, a função legislativa. Os atos de consentimento, de fiscalização e de aplicação de sanções podem ser delegados a estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado, de capital social majoritariamente público, sem objetivo de lucro, em regime não concorrencial.

III. A atividade de polícia administrativa é indelegável a estatais prestadoras de serviço público por ausência de permissivo legal.

IV. Os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis a estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado, de capital social majoritariamente público, sem objetivo de lucro, em regime não concorrencial; por outro lado, são indelegáveis a essas mesmas pessoas jurídicas os atos referentes à ordem de polícia (legislação) e à sanção.

V. Ao proibir a revista íntima manual e determinar a sua substituição por métodos menos invasivos (tecnologia como scanner e raio X), o Supremo Tribunal Federal não reconheceu o exercício do poder de polícia da Administração Penitenciária, na medida em que o direito à segurança do Estado não se sobrepõe à dignidade da pessoa humana.

São falsos apenas os itens:

a) I, III, IV e V.

b) I, II, III, IV e V.

c) I, II, III e V.

d) II, III, IV e V.

e) I, II, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a delegação do poder de polícia.

O item I está incorreto. Não há nenhuma previsão legal sobre tal requisito.

O item II está correto. Segundo o entendimento do STF, pode-se delegar as fases de consentimento, fiscalização e sanção, desde que a empresa preencha os requisitos a serem observados para a delegação do poder de polícia às estatais (RE 633782/MG).

O item III está incorreto. Conforme vimos acima, não é indelegável (RE 633782/MG).

O item IV está incorreto. A sanção é delegável.

O item V está incorreto. Embora seja, em regra geral, proibida a revista íntima manual, o STF reconheceu o poder de polícia administrativa nos servidores dos presídios (ARE 959620).

Assim, o único item correto é o II e a alternativa pede para assinalar os incorretos. Portanto, nosso gabarito é a letra A.

QUESTÃO 88. Julgue os itens a seguir:

I - A administração pública pode canalizar seus recursos para execução de atividades de interesse público e recíproco desde que, entre outros requisitos, instrumentalize termo escrito, o qual consiste no conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulte o produto da parceria.

II - Para os fins do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, termo de fomento não se confunde com o termo de cooperação, diferenciando-se tais instrumentos pela existência, ou não, da transferência de recursos financeiros.

III - O regime de controle externo das parcerias firmadas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil está pautado na diretriz de garantir resultado e eficiência, admitindo-se flexibilizar, na medida do possível, rigorismos formais.

IV - O empoderamento da sociedade civil na consecução de políticas públicas admite que tais entidades procurem o administrador público para submeter suas pautas de interesse à avaliação, sem aguardarem chamamento prévio.

V - As comissões de seleção formadas para processar e julgar chamamentos públicos são colegiados que devem ser formados por pelo menos um agente público, sendo impedida de integrá-las pessoa que tenha mantido relação jurídica com entidade participante do referido certame nos últimos dois anos.

São verdadeiros os itens:

a) I, II, III, e IV.

b) II, III e IV.

c) I, II, III, IV e V.

d) II, III, IV e V.

e) II, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei 13.019/14 (Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil - OSCIP).

O item I está incorreto. As atividades não estão limitadas no tempo, elas são um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, conforme previsto no art. 2º, inciso III-A da Lei 13.019/14.

O item II está correto. Observe que o item II está em todas as alternativas. No entanto, se analisarmos o texto da lei, não existe “termo de cooperação” na Lei 13.019/14.

O item III está correto. Está em consonância com o art. 5º da Lei 13.019/14.

O item IV está correto. As organizações podem propor planos de trabalho para a administração pública, inclusive, essa é a ideia do termo de fomento (art. 2º, VIII).

O item V está incorreto. Na verdade, a vedação é para os últimos cinco anos, e não dois anos como afirma o item (art. 27, §2º).

Portanto, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 89. Julgue os itens a seguir:

I - O Supremo Tribunal Federal reconheceu que os setores como saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia e meio ambiente são serviços públicos sociais de titularidade compartilhada entre o Poder Público e a iniciativa privada. O particular atua nesses campos por delegação do Estado, atraindo a

incidência do Art. 175 da CF, o qual exige licitação para concessão/permissão de serviços públicos exclusivos).

II - O Contrato de Gestão celebrado entre o Poder Público e uma Organização Social não possui natureza de contrato administrativo licitado, mas de convênio, pois as partes têm interesses comuns e coincidentes.

III - Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, sendo que a seleção de seu pessoal e a fixação da respectiva remuneração não exigem concurso público nem lei específica. No entanto, referida seleção deve ser feita por procedimento objetivo e impessoal, conforme regulamento próprio.

IV - O Supremo Tribunal Federal definiu que a qualificação de uma entidade privada como Organização Social submete-se à aprovação do Poder Executivo, segundo critérios de conveniência e oportunidade, sem necessidade de motivação do ato de escolha, em respeito ao princípio constitucional da livre iniciativa.

V - A discricionariedade estreitada é uma característica da gestão de políticas públicas a partir de Organizações Sociais, frente ao aumento do campo de responsabilidades dos gestores que as fiscalizam.

São corretos apenas os itens:

a) I, II e III.

b) II, III e IV.

c) III, IV e V.

d) II, III e V.

e) I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Organizações Sociais.

O item I está incorreto, pois não são serviços públicos exclusivos. O STF entende que apenas nos serviços públicos exclusivos é que se aplica o art. 175 da CF, exigindo licitação para a delegação de serviços públicos (ADI 7629).

O item II está correto. Está de acordo com a jurisprudência do STF (ADI 1923).

O item III está correto. Também está de acordo com a jurisprudência do STF (ADI 1923).

O item IV está incorreto. Deve motivar, se não qualificar, ela será discricionária, mas se qualificar, deve motivar a recusa de qualificação (ADIN 1923/DF).

O item V está correto. A discricionariedade estreitada refere-se à tendência do STF de limitar o poder discricionário do Judiciário e da Administração Pública. (RE 684612 - Tema 698 e ADI 1923).

Portanto, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 90 Julgue os itens a seguir:

I- No direito administrativo brasileiro, é possível que contratos de concessão de infraestrutura se prorroguem independentemente de nova licitação, sem que tal prorrogação constitua violação à Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

II - O órgão jurídico da Secretaria de Educação do Distrito Federal constata que o contrato de fornecimento de merenda escolar é nulo. Nesse caso, a Lei n. 14.133/2021 estabelece que o chefe da respectiva pasta deve providenciar imediatamente a anulação do contrato e, para garantir a não interrupção do serviço (que é essencial), dar início a novo processo de contratação com dispensa de licitação em razão de emergência.

III - É constitucional a vedação à recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública. Tal vedação impede que a referida empresa participe de eventual licitação substitutiva à licitação que foi dispensada e, também, impede que seja contratada diretamente em uma nova e distinta emergência ou calamidade pública, ainda que por outro fundamento previsto em lei.

IV - É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto a transferência de tecnologia ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual ou municipal, desde que demonstrada vantagem para a Administração.

V - A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) instituiu o diálogo competitivo como modalidade licitatória aplicável nas hipóteses de contratação de inovação tecnológica ou técnica; impossibilidade de atendimento da necessidade administrativa sem adaptação de soluções disponíveis no mercado; ou inviabilidade de definição precisa das especificações técnicas pela Administração. Nessa última modalidade, a administração pública realiza diálogo colaborativo com licitantes previamente selecionados para definir a solução mais adequada, os requisitos técnicos, a modelagem jurídica e a estrutura financeira do contrato, construindo o objeto da contratação de forma participativa antes da apresentação das propostas finais.

São falsos os itens:

a) I, II e III.

b) II, III e IV.

c) I, IV e V.

d) II, IV e V.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre licitações.

O item I está correto. É exatamente a ideia das prorrogações antecipadas, previstas na Lei 13.448/17, sem nova licitação, tendo, inclusive, o STF se manifestado nesse sentido.

O item II está incorreto. Em Verdade, a Lei 14.133/21 prevê que a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação de aspectos previsto na lei (art. 147).

O item III está incorreto. A vedação incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa, não impedindo que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação com fundamento diverso (ADI 6890).

O item IV está incorreto. Não é na contratação realizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mas sim nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação pública ou por agência de fomento, conforme art. 75 da Lei de Licitações.

O item V está correto. Está em consonância com o art. 6, inciso XLII da Lei de Licitações.

Portanto, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 91. Julgue os itens a seguir:

I - Em demandas relativas a medicamentos não incorporados ao SUS, o Distrito Federal (na função estadual) será o responsável financeiro e processual nas ações que tramitam na Justiça Estadual, independentemente do valor.

II - Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, em pedidos judiciais de medicamentos não incorporados ao SUS, é ônus da parte autora (ou do órgão ministerial atuante como substituto processual) demonstrar a ilegalidade do ato de não incorporação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema de Saúde - CONITEC ou a inexistência de substituto terapêutico no SUS.

III - Sob pena de nulidade do ato jurisdicional, o Poder Judiciário deve, obrigatoriamente, analisar o ato administrativo (comissivo ou omissivo) de não incorporação, pela CONITEC, ou a negativa de fornecimento na via administrativa, restringindo-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, sendo vedada a incursão no mérito administrativo.

IV - Não frustra o livre convencimento fundamentado a obrigação o dever do magistrado realizar consulta prévia ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário - NAT-JUS, quando disponível, ou a especialistas técnicos, sendo vedada a decisão baseada apenas em prescrição médica, relatório ou laudo médico apresentado pelo autor da ação, no caso de medicamentos não incorporados.

V - A judicialização da saúde pelos cidadãos é a principal causa de colapso na saúde pública e complementar.

São corretos os itens:

a) I e III.

b) II, III e IV.

c) I, II, III e IV.

d) I, IV e V.

e) II, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Direito à Saúde.

O Item I está incorreto. Segundo o Tema 1.234 do STF (RE 1.366.243/SC, Info 1.150), a competência e responsabilidade para medicamentos não incorporados ao SUS variam conforme o valor anual do tratamento. Vejamos: “I – Competência 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS e medicamentos oncológicos, ambos com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG – situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED - Lei 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. 1.1) Existindo mais de um medicamento do mesmo princípio ativo e não sendo solicitado um fármaco específico, considera-se, para efeito de competência, aquele listado no menor valor na lista CMED (PMVG, situado na alíquota zero). 1.2) No caso de inexistir valor fixado na lista CMED, considera-se o valor do tratamento anual do medicamento solicitado na demanda, podendo o magistrado, em caso de impugnação pela parte requerida, solicitar auxílio à CMED, na forma do art. 7º da Lei 10.742/2003. 1.3) Caso inexistir resposta em tempo hábil da CMED, o juiz analisará de acordo com o orçamento trazido pela parte autora. 1.4) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do(s) medicamento(s) não incorporado(s) que deverá(ão) ser somado(s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. (...)”. (STF. Plenário. RE 1.366.243/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 16/09/2024).

Em suma: 1) Valor anual maior ou igual a 210 salários mínimos: Competência da Justiça Federal e Responsabilidade da União; 2) Valor anual entre 7 e 210 salários mínimos: Competência da Justiça Estadual e Responsabilidade do Estado ou DF (com ressarcimento parcial pela União); 3) Valor anual menor que 7 salários mínimos: Competência da Justiça Estadual e Responsabilidade do Estado ou DF (com possível ressarcimento ao Município).

Como a assertiva se refere especificamente às “ações que tramitam na Justiça Estadual”, isso significa que estamos tratando de medicamentos com valor anual inferior a 210 salários mínimos (faixas “2” e “3”). Em ambos os casos, o Distrito Federal (na função estadual) é o responsável financeiro e processual, independentemente do valor dentro dessa faixa (seja entre 7 e 210 salários mínimos ou abaixo de 7 salários mínimos).

O Item II está correto. Conforme o Tema 6 do STF (RE 566471), item 2, para a concessão excepcional de medicamento não incorporado ao SUS, é necessário o preenchimento cumulativo de requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação. Vejamos: “(...) 2. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação: (...) (b) ilegalidade do ato de não incorporação do medicamento pela Conitec, ausência de pedido de incorporação ou da mora na sua apreciação, tendo em vista os prazos e critérios previstos nos artigos 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/1990 e no Decreto nº 7.646/2011; c) impossibilidade de substituição por outro medicamento constante das listas do SUS e dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; (...)”. (STF. Plenário. RE 566.471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 26/09/2024).

A tese é expressa ao afirmar que compete ao autor demonstrar tanto a ilegalidade/ausência/mora do ato de incorporação pela CONITEC quanto a inexistência de substituto terapêutico eficaz no âmbito do SUS.

O Item III está correto. O Tema 6 do STF (RE 566471), item 3, caput e alínea “a”, é expresso nesse sentido: “(...) 3. Sob pena de nulidade da decisão judicial, nos termos do artigo 489, § 1º, incisos V e VI, e artigo 927, inciso III, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, deverá obrigatoriamente: (a) analisar o ato administrativo comissivo ou omissivo de não incorporação pela Conitec ou da negativa de fornecimento da via administrativa, à luz das circunstâncias do caso concreto e da legislação de regência, especialmente a política pública do SUS, não sendo possível a incursão no mérito do ato administrativo; (...)”. (STF. Plenário. RE 566.471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 26/09/2024).

A vedação à incursão no mérito administrativo preserva a separação dos Poderes e a discricionariedade técnica da CONITEC, permitindo ao Judiciário apenas o controle de legalidade (verificação do cumprimento dos procedimentos legais, observância dos prazos, motivação adequada) sem substituir a avaliação técnica sobre custo-efetividade, impacto orçamentário e priorização de políticas públicas.

O Item IV está correto. O Tema 6 do STF (RE 566471), item 3, caput e alínea “b”, é expresso nesse sentido: “(...) 3. Sob pena de nulidade da decisão judicial, nos termos do artigo 489, § 1º, incisos V e VI, e artigo 927, inciso III, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, deverá obrigatoriamente: (b) aferir a presença dos requisitos de dispensação do medicamento, previstos no item 2, a partir da prévia consulta ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS), sempre que disponível na respectiva jurisdição, ou a entes ou pessoas com expertise técnica na área, não podendo fundamentar a sua decisão unicamente em prescrição, relatório ou laudo médico juntado aos autos pelo autor da ação; (...)”. (STF. Plenário. RE 566.471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 26/09/2024).

A consulta ao NAT-JUS ou a especialistas técnicos não viola o princípio do livre convencimento motivado do magistrado (CPC, art. 371). Trata-se de instrumento de auxílio técnico que fornece subsídios científicos para que o juiz, que não possui formação médica, possa avaliar adequadamente questões complexas de saúde, como: Eficácia e segurança do medicamento pleiteado; Existência de alternativas terapêuticas no SUS; Adequação da prescrição ao caso concreto; Nível de evidência científica dos estudos apresentados. O magistrado permanece livre para decidir, mas sua decisão deve estar fundamentada em elementos técnicos

idôneos, não podendo se basear exclusivamente em prescrição médica unilateral apresentada pelo autor, sob pena de comprometer a qualidade da prestação jurisdicional e a sustentabilidade do sistema de saúde.

O Item V está incorreto. A assertiva não possui respaldo na jurisprudência do STF e representa uma afirmação genérica não comprovada.

A alternativa B está correta: apenas os itens II, III e IV estão certos.

QUESTÃO 92. Julgue os itens a seguir:

I - É constitucional a norma que impõe, ao proprietário de imóvel tombado, o ônus de sua preservação, como dever intrínseco de sua função social, desde que a medida não implique limitação ao direito de propriedade.

II - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, não se aplica a teoria do fato consumado para legitimar parcelamentos irregulares ou construções em áreas de preservação ou em desacordo com o plano diretor de determinada Cidade.

III - É vedada, à União, a desapropriação de bens do Distrito Federal, por incompatibilidade com o princípio federativo e com a autonomia dos entes federados consagrada na Constituição Federal.

IV - O Poder de desapropriar é constitucionalmente indelegável a particulares.

V - Não é possível o tombamento de bens da União pelo Distrito Federal.

São falsos os itens:

a) todos.

b) I, II, III e V.

c) II, III, IV e V.

d) I, III, IV e V.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas Política Urbana, Desapropriação e Tombamento.

O Item I está incorreto. O tombamento, em regra, limita o direito de propriedade. É uma limitação administrativa. Conforme a doutrina: “Tombamento é a modalidade de intervenção do Estado na propriedade que busca proteger o meio ambiente quanto aos seus aspectos relacionados ao patrimônio histórico, artístico e cultural, por meio de limitações ao exercício do direito de propriedade. Atinge, portanto, o caráter absoluto da propriedade. Com essas limitações, busca-se evitar a destruição ou deterioração do bem que resultaria em perda de informações relevantes para a história do país ou prejuízos a obras artísticas

ou culturais. São exemplos de bens tombados o Centro Histórico de Salvador, o Corcovado, o Estádio do Maracanã, a Estação Luz (SP), o Morro do Pão de Açúcar (RJ), dentre outros. (...) É importante ressaltar, neste ponto, que a competência para o tombamento de bens privados, assim como para a prática dos atos necessários ao tombamento, pertence a todos os Entes Federados, podendo haver mais de um tombamento, realizado por mais de um Ente, sobre um mesmo bem. O tombamento é regulamentado, em âmbito federal, pelo Decreto-Lei 25/37. Vale destacar ainda, a título de informação, que a CF prevê outros instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, sendo eles: “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (art. 216, §1º, CF)”. (Direito Administrativo MPDFT - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 19 Intervenção do Estado na Propriedade - Livro Digital Interativo).

O Item II está correto. Conforme a Súmula 613 do STJ: “Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.”. Ademais, conforme decidiu o STJ: “(...) 30. Existe o poder-dever do Município de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, mas a sua atuação deve se restringir às obras essenciais a serem implantadas em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, § 5º, da Lei 6.799/79), em especial à infraestrutura essencial para inserção na malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender aos moradores já instalados, sem prejuízo do também dever-poder da Administração de cobrar dos responsáveis os custos em que incorrer a sua atuação saneadora. 31. Recurso Especial parcialmente provido para restringir a obrigação do Município de executar as obras de infraestrutura somente àquelas essenciais nos termos da legislação urbanística local, compreendendo, no mínimo, ruas, esgoto e iluminação pública, de forma a atender somente os moradores já instalados, não havendo esse dever em relação a parcelas do loteamento irregular eventualmente ainda não ocupadas.” (STJ. Recurso Especial 1.164.893 – SE. Min. Rel. Herman Benjamin. DJe: 01/07/2019).

O Item III está incorreto. Conforme entende o STF: “1. A União pode desapropriar bens dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos territórios e os Estados, dos Municípios, sempre com autorização legislativa específica. A lei estabeleceu uma gradação de poder entre os sujeitos ativos da desapropriação, de modo a prevalecer o ato da pessoa jurídica de mais alta categoria, segundo o interesse de que cuida: o interesse nacional, representado pela União, prevalece sobre o regional, interpretado pelo Estado, e este sobre o local, ligado ao Município, não havendo reversão ascendente; os Estados e o Distrito Federal não podem desapropriar bens da União, nem os Municípios, bens dos Estados ou da União, Decreto-lei 3.365/1941, art. 2º, § 2º. 2. Pelo mesmo princípio, em relação a bens particulares, a desapropriação pelo Estado prevalece sobre a do Município, e da União sobre a deste e daquele, em se tratando do mesmo bem. 3. Doutrina e jurisprudência antigas e coerentes. Precedentes do STF: RE 20.149, MS 11.075, RE 115.665, RE 111.079. (...)”. (RE 172.816, rel. min. Paulo Brossard, P, j. 9-2-1994, DJ de 13-5-1994).

O Item IV está incorreto. Conforme art. 3º do DL 3.365/41: “Art. 3º Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: I - os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários; II - as entidades públicas; III - as entidades que exerçam funções delegadas do poder público; e IV - o contratado pelo poder público para fins de execução de obras e serviços de engenharia sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada.”.

O Item V está incorreto. Conforme decidiu o STF na ACO 1208, o Estado pode tomar bem da União. Vejamos: “O princípio da hierarquia verticalizada, previsto no Decreto-Lei 3.365/1941, não se aplica ao tombamento,

disciplinado no Decreto-Lei 25/1937. A lei de tombamento apenas indica ser aplicável a bens pertencentes a pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno. Ademais, o tombamento feito por ato legislativo possui caráter provisório, ficando o tombamento permanente, este sim, restrito a ato do Executivo. Por fim, o tombamento provisório por ato legislativo não precisa ser precedido de notificação prévia da União, exigência restrita ao procedimento definitivo promovido pelo Executivo estadual.” (STF. Plenário. ACO 1208 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/11/2017).

QUESTÃO 93. Julgue os itens a seguir:

I - A responsabilidade civil estatal, segundo o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, subsume-se à teoria do risco integral, segundo a qual o Estado deve responder pelos danos causados ao particular mesmo quando estiverem presentes causas de exclusão do nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

II - A responsabilidade civil estatal deve ser afastada nas hipóteses de suicídio ou morte natural do custodiado, uma vez não há participação de agentes públicos no evento lesivo.

III - O Estado pode invocar causas excludentes de nexo causal para elidir sua responsabilidade civil, cabendo à parte contrária o ônus probatório de demonstrar a ocorrência de tais excludentes.

IV - O Estado não pode ser civilmente responsabilizado pelos danos causados por seus agentes públicos, quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

V - Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for do conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

São falsos os itens:

a) I, II, III e IV.

b) II, III, IV e V.

c) II, IV e V.

d) III, IV e V.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a responsabilidade civil do Estado.

O item I está incorreto. Subsiste a teoria do risco administrativo e não do risco integral.

O item II está incorreto. De acordo com o entendimento exposto pelo STF no ARE 700.927, o suicídio gera responsabilidade objetiva do Estado em razão de violação do dever estatal de zelar pela integridade física e moral do preso sob sua custódia.

O item III está incorreto. O ônus da prova é do Estado e não da parte contrária.

O item IV está incorreto. O STF tem jurisprudência pacífica no sentido de que o Estado pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal, de acordo com o entendimento exposto pelo STJ no REsp n. 1266517/PR.

O item V está correto. É exatamente o entendimento que foi fixado no Tema 366 do STF sobre a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício em residência.

Portanto, a alternativa correta é a letra A.

QUESTÃO 94. Julgue as questões a seguir:

I - Na declaração dos direitos de liberdade econômica, o direito de desenvolver atividades de baixo risco revogou as disposições relativas à outorga de serviços mediante autorização de pouca complexidade.

II - Considera-se garantia à livre iniciativa, nos termos da lei, a flexibilização na exigência de especificações técnicas para o exercício de atividades econômicas, com exceção à necessidade demonstrada.

III - No tocante ao controle legal de publicidades comerciais consideradas ilícitas, a Lei de Liberdade Econômica consagrou a preponderância da liberdade de expressão sobre os demais vetores principiológicos em relação aos quais o gestor se valerá para interpretar o caso concreto.

IV - Nas hipóteses de alteração de atos normativos de interesse geral, é indispensável que as agências reguladoras promovam consulta pública e, nesta, notifiquem representantes dos agentes econômicos interessados, consumidores ou usuários dos serviços prestados.

V - O legislador brasileiro manteve exclusiva a competência dos órgãos de defesa da concorrência para o acompanhamento de práticas de mercado dos agentes dos setores regulados que infrinjam a ordem econômica.

São corretos os itens:

a) I, II e III.

b) I, III e V.

c) II e III.

d) II e IV.

e) II, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre agências reguladoras e lei de responsabilidade econômica.

O item I está incorreto. Não houve tal revogação.

O item II está correto. Está em consonância com o art. 4º, inciso III da Lei 13.874/19.

O item III está incorreto. A liberdade de expressão não é garantida de modo absoluto. Ademais, a Lei de Liberdade Econômica não consagra tal princípio.

O item IV está correto. Está em consonância com o art. 9º da Lei 13.848/19.

O item V está incorreto. Não há exclusividade dos órgãos de defesa da concorrência para acompanhamento das práticas de mercado. A lei, inclusive, prevê expressamente que essas agências reguladoras devem atuar de forma articulada com demais sistemas (art. 31 da Lei 13.848/19).

Portanto, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 95. Considerando os princípios da Doutrina da Proteção Integral acolhida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e considerando as violações de direitos praticadas em meios digitais contra crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta acerca da atuação do Ministério Público no "ECA Digital" (Lei nº 15.211/2015) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014):

a) O Ministério Público não tem respaldo legal para requerer extrajudicialmente a preservação cautelar de dados digitais em poder de provedores de internet diante de violências contra crianças e adolescentes, devendo requerer via judicial.

b) Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados ao público infantil devem proceder à retirada imediata de conteúdo que viole direitos da criança ou do adolescente, uma vez comunicado do caráter ofensivo pelo Ministério Público, independente de ordem judicial.

c) A atuação do Ministério Público limita-se à repressão de crimes, não abrangendo a fiscalização de políticas públicas de proteção no ambiente digital e ao uso de redes sociais por crianças e adolescentes.

d) Compete ao Ministério Público requerer medidas judiciais para restrição generalizada de acesso de crianças e adolescentes a redes sociais, como forma de prevenir potenciais riscos, independentemente de regulamentação legal específica.

e) A atuação ministerial no ambiente digital depende de provocação do Conselho Tutelar ou dos responsáveis legais de crianças e adolescentes, sendo vedada a atuação de ofício para investigar violações aos direitos infantojuvenis em ambientes digitais, em respeito ao princípio da intervenção mínima do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a proteção integral de crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta. O MP possui prerrogativa constitucional de requisição (CF/88, art. 129, VI e VIII; LC 75/93, art. 8º, IV; Lei 8.625/93, art. 26, I, "b"). Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014, art. 13): permite requisição de preservação de dados. Lei 15.211/2015, art. 28, parágrafo único: os fornecedores devem oficiar autoridades competentes quando notificados de violações. O MP pode requisitar extrajudicialmente a preservação cautelar de dados.

A alternativa B está correta. A alternativa está em consonância à Lei 15.211/2015, em seu art. 29, caput: "Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, independentemente de ordem judicial."

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal em seu artigo 129, III determina que o MP deve "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição". ECA, art. 201, VIII: compete ao MP "zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis". Lei 15.211/2015, art. 29: reconhece o MP como legitimado para notificar violações no ambiente digital. A atuação NÃO se limita à repressão criminal.

A alternativa D está incorreta. A restrição generalizada de acesso violaria direitos fundamentais (CF/88, art. 5º, IV, IX, XIV - liberdade de expressão e acesso à informação) e o princípio da proporcionalidade. ECA, art. 16, II: "O direito à liberdade compreende [...] opinião e expressão". A atuação do MP deve ser em casos concretos de violação, mediante regulamentação legal específica, não por censura prévia generalizada.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 127 da CF, o MP defende interesses sociais e individuais indisponíveis. Art. 129, III: compete ao MP "promover o inquérito civil e a ação civil pública". ECA, art. 201: o MP pode instaurar procedimentos de ofício ou por representação. Lei 15.211/2015, art. 29: reconhece o MP como legitimado ativo para notificar violações. O princípio da intervenção mínima se refere à interferência estatal na autonomia privada, NÃO à atuação institucional do MP na defesa de direitos indisponíveis.

QUESTÃO 96. O estado de filiação no marco constitucional é um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, sendo vedada qualquer discriminação entre os filhos havidos por vínculos naturais ou civis. Quanto ao instituto da adoção assinale a alternativa correta considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) A gestante ou parturiente que não seja casada nem esteja em união estável tem direito ao sigilo judicial sobre o nascimento e a entrega voluntária à adoção, inclusive em relação ao suposto genitor e à família extensa, resguardado o direito da criança ao conhecimento de sua origem biológica.

b) O procedimento de entrega voluntária à adoção implica responsabilização civil da genitora pela renúncia ao poder familiar, razão pela qual o sigilo não pode abranger familiares que eventualmente assumiriam o encargo.

c) É vedado expressamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente tanto a adoção como o reconhecimento de filiação socioafetiva multiparental avoenga, ou seja, entre avós e netos.

d) Havendo suspeita de burla ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, o Ministério Público deve propor ação judicial requerendo o acolhimento institucional de criança ou adolescente, independentemente do contexto de proteção e da existência de vínculos afetivos já estabelecidos com família extensa

e) A adoção conforme previsão expressa no ECA é irrevogável, salvo por consenso entre as partes ou nos casos em que a pessoa adotada cometeu ato de ingratidão contra os adotantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito de filiação.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 19-A, §§4º e 5º do ECA e o entendimento jurisprudencial sobre a matéria "É garantido à gestante o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei". STJ: o sigilo se estende inclusive ao suposto genitor e família extensa quando a gestante não é casada nem está em união estável, resguardado o direito posterior da criança ao conhecimento da origem biológica (art. 48, ECA). STJ. 3ª Turma. REsp 2.086.404-MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 24/9/2024 (Info 835)."

A alternativa B está incorreta. A entrega voluntária à adoção NÃO implica responsabilização civil da genitora. ECA, art. 19-A, §1º: "Serão prestadas orientações à gestante ou mãe sobre o direito à entrega legal, sem responsabilização criminal ou civil". O sigilo é direito da gestante.

A alternativa C está incorreta. Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando". A vedação é apenas para ADOÇÃO. Quanto à filiação socioafetiva avoenga, o STJ admite em situações excepcionais (REsp 1.635.649/SP), não havendo vedação expressa no ECA (art. 42, §1º).

A alternativa D está incorreta. Em hipótese alguma será procedido o afastamento de criança ou adolescente de sua família de origem para sua colocação em família substituta sem que seja observado o procedimento de que trata esta Lei". Deve-se observar o melhor interesse da criança, considerando vínculos afetivos estabelecidos. STJ: a burla ao cadastro não justifica, por si só, a retirada da criança quando já formados vínculos afetivos consolidados, conforme a literalidade do art. 101, §§9º e 10º do ECA.

A alternativa E está incorreta. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa (art. 39, §1º). A irrevogabilidade é ABSOLUTA, sem exceções. Não há previsão de revogação por consenso ou ingratidão

QUESTÃO 97. Crianças e adolescentes têm assegurados, com absoluta prioridade, a efetivação e o respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A respeito da necessidade de colocação em família substituta, assinale a alternativa correta considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

a) É cabível o deferimento de guarda aos avós, tios e demais parentes da família extensa com os quais a criança ou o adolescente tenham vínculos de afinidade e afetividade para fins previdenciários se comprovado que os pais não possuem condições econômicas de garantir assistência material digna.

b) A manifestação de representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em processos de guarda, tutela ou adoção de crianças e adolescentes indígenas atrai a competência para Justiça Federal.

c) Sempre que possível a criança ou o adolescente deve ser ouvida(o) por equipe interprofissional e sua opinião sobre ser colocada(o) em família substituta será considerada, ponderando-se o estágio de desenvolvimento e a maturidade quanto às implicações da medida, não sendo necessário obtenção de consentimento em audiência.

d) A falta ou a carência de recursos materiais, por si só, não legitima o Ministério Público para ingressar com ação judicial para requerer suspensão ou destituição do poder familiar.

e) Em situações emergenciais nas quais a criança e o adolescente estejam em risco no âmbito familiar, é possível a concessão de guarda provisória pelo conselho tutelar, que deverá comunicar o juízo da Vara da Infância e Juventude imediatamente para posterior reavaliação da medida assegurando-se o contraditório e a ampla defesa e a intervenção obrigatória do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre destituição do poder familiar.

A alternativa A está incorreta. A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários (art. 33, §3º, ECA)". Porém, ECA, art. 23: "A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar". A mera ausência de condições econômicas dos pais NÃO justifica a concessão de guarda a terceiros para fins previdenciários, sendo necessária situação de risco ou impossibilidade de permanência com os pais

A alternativa B está incorreta. A competência permanece com a Justiça Estadual (Vara da Infância e Juventude). A intervenção da FUNAI, por si só, não desloca a competência para a Justiça Federal nos processos de guarda, tutela ou adoção envolvendo menores indígenas, que tramitam na Justiça Estadual (STJ, CC 110.908/MS).

A alternativa C está incorreta. Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu CONSENTIMENTO, colhido em audiência (art. 28, §2º)". Portanto, para adolescentes maiores de 12 anos, o consentimento em audiência é OBRIGATÓRIO, não sendo suficiente apenas a oitiva por equipe interprofissional.

A alternativa D está correta. A alternativa está em consonância à literalidade do art. 23 do ECA: "A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar". Parágrafo único: "Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem¹², a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção".

A alternativa E está incorreta. O Conselho Tutelar NÃO tem competência para conceder guarda provisória. ECA, art. 136: o Conselho Tutelar pode aplicar medidas de proteção do art. 101, I a VII (acolhimento institucional ou familiar), mas a GUARDA (art. 33) é medida de colocação em família substituta que depende de decisão judicial. O Conselho pode encaminhar ao acolhimento e comunicar à autoridade judiciária.

QUESTÃO 98. A Resolução CNMP nº 287/2024 estabelece diretrizes para a atuação integrada do Ministério Público na proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com a Lei nº 13.431/2017 e o Sistema de Garantia de Direitos. Acerca do depoimento especial e da escuta especializada, assinale a alternativa correta:

a) O(a) Promotor(a) de Justiça pode solicitar novo depoimento especial, em regra, sempre que entender necessário para garantir a busca da verdade real.

b) A escuta especializada em crimes contra dignidade sexual, segundo a Lei nº 13.431/2017, deve ser realizada em uma única oportunidade, não podendo ser repetida a fim de evitar revitimização.

c) Quando o depoimento especial for colhido em produção antecipada de prova, é dever do(a) Promotor(a) de Justiça zelar pela comunicação prévia ao investigado para garantia do contraditório real e da ampla defesa.

d) Nas hipóteses de revelação espontânea da violência no âmbito do Ministério Público, o registro do ato deve incluir entrevista detalhada para apuração completa dos fatos antes do encaminhamento à rede de proteção.

e) A recomendação técnica pela não realização do depoimento especial não pode se basear na recusa livre e informada da criança ou do adolescente, pois o depoimento especial é obrigatório por expressa previsão legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre depoimento especial.

A alternativa A está incorreta. Conforme determina o art. 11 da 13.431/2017, o depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado. Art. 11, §2º: "Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal. "A repetição do depoimento especial é EXCEÇÃO, não regra. Exige dois requisitos cumulativos: (1) justificativa de imprescindibilidade e (2) concordância da vítima/testemunha ou representante legal. O objetivo é evitar revitimização.

A alternativa B está incorreta. A escuta especializada é procedimento da rede de proteção (saúde, assistência social, conselho tutelar) e pode ser realizada conforme necessário para atendimento e proteção da vítima. A limitação de "uma única vez" aplica-se ao depoimento especial (art. 11), não à escuta especializada. Vejamos: "art. 7º: "Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o

cumprimento de sua finalidade." A lei não estabelece que a escuta especializada (diferente do depoimento especial) deva ser realizada em uma única oportunidade.

A alternativa C está correta. Cabe ao Promotor de Justiça zelar pela regularidade do ato, inclusive pela comunicação prévia ao investigado quando em produção antecipada de prova, garantindo ampla defesa e contraditório. Vejamos: "Lei 13.431/2017, art. 11, caput: "O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado." Art. 11, §1º: "O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual." CPP, arts. 381 e 382 (antecipação de prova): exigem comunicação à parte contrária para exercício do contraditório. Art. 12, IV: "findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares"

A alternativa D está incorreta. Na revelação espontânea no MP, deve-se fazer apenas registro sumário do relato espontâneo e encaminhar imediatamente para escuta especializada e/ou depoimento especial, EVITANDO entrevista detalhada que caracterize múltipla oitiva e cause revitimização. A Resolução CNMP 287/2024 reforça este entendimento. A saber: "Lei 13.431/2017, art. 4º, §2º: "Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência." Art. 4º, §3º: "Na hipótese de revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada no § 1º deste artigo [escuta especializada e depoimento especial], salvo em caso de intervenções de saúde. "Art. 14, §1º, VII: entre as diretrizes está a "mínima intervenção dos profissionais envolvidos".

A alternativa E está incorreta. A alternativa está contrária a disposição legal. Vejamos: "Lei 13.431/2017, art. 5º, VI: a criança e o adolescente têm direito a "ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões, assim como permanecer em silêncio".

QUESTÃO 99. Considerando a situação peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e em situação de risco por conflito com a lei, assinale a alternativa incorreta segundo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e no entendimento jurisprudencial:

a) À luz do princípio da homogeneidade, segregação provisória não pode ser mais gravosa do que a medida socioeducativa definitiva previsível para o caso concreto, inexistindo elementos que indiquem periculosidade iminente ou risco à ordem pública.

b) A liberação da medida socioeducativa de internação é obrigatória quando o jovem alcança os 21 anos de idade.

c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

d) A internação-sanção pode ser aplicada por descumprimento reiterado e injustificado de medida socioeducativa, até o limite de três meses.

e) As medidas socioeducativas ao serem executadas, por possuírem a finalidade essencialmente pedagógica e ressocializadora não estão vinculadas aos princípios de proporcionalidade, brevidade e individualização próprias do direito penal comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medidas socioeducativas.

A alternativa A está incorreta. Como desdobramento do princípio da proporcionalidade cabe mencionar o princípio da homogeneidade das medidas cautelares. Quando se vislumbra que, no final, não será imposta a prisão, não se justifica a medida cautelar da prisão. Que sentido tem prender uma pessoa no curso da instrução criminal se, no final, não será imposta a pena de prisão. (...) é desproporcional e nada homogêneo decretar a prisão preventiva quando já se sabe que será imposta uma pena alternativa. Quando, pela quantidade da pena, logo se percebe que o réu não ficará preso, não se justifica a prisão cautelar (como regra geral)." (GOMES, Luiz Flávio et al. Prisão e medidas cautelares: comentários à Lei 12.403, de 4 de maio de 2011. 2.ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p.55). A internação é medida excepcional e somente se justifica quando ficar demonstrada a necessidade imperiosa dessa providência, à luz do art. 108 do ECA.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 121, §5º do ECA: "A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade". SINASE, Lei 12.594/2012, art. 46: reforça a liberação compulsória aos 21 anos.

A alternativa C está incorreta. É o entendimento consolidado na Súmula 605 do STJ, que permite a continuidade da apuração e da execução da medida socioeducativa mesmo após o adolescente completar 18 anos, desde que o limite máximo de 21 anos não tenha sido atingido. Vejamos: "Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade". Art. 121, §5º: liberação compulsória aos 21 anos. Não obstante, conforme a jurisprudência do STJ NO enunciado da Súmula 605 do Superior Tribunal de Justiça: "a superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos". (Terceira Seção, DJe 19/03/2018).

A alternativa D está incorreta. Esta é a única hipótese de internação que não decorre de um ato infracional grave específico, mas sim do não cumprimento das regras de uma medida anterior (ex: liberdade assistida ou semiliberdade). O prazo máximo legal é de três meses. Vejamos o disposto no Art. 122, III, e § 1º do ECA: "O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses".

A alternativa E está correta. A afirmação de que as medidas não estão vinculadas aos princípios de proporcionalidade, brevidade e individualização é falsa. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90), no Art. 100, parágrafo único, inciso XII, estabelece que as medidas devem observar o princípio da proporcionalidade e atualidade. A saber: "As medidas observarão os princípios da proporcionalidade e atualidade." O ECA (Art. 121, caput) e a Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012, Art. 35) estabelecem expressamente que a aplicação e execução das medidas socioeducativas devem observar, entre outros, os princípios da PROPORCIONALIDADE, BREVIDADE e INDIVIDUALIZAÇÃO (adaptação da medida à condição peculiar do adolescente). Art. 121, caput: "A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de BREVIDADE, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento". SINASE, Lei 12.594/2012, art. 35: as medidas observam os princípios de PROPORCIONALIDADE, BREVIDADE e INDIVIDUALIZAÇÃO. Portanto, ESTÃO SIM vinculadas a esses princípios.

QUESTÃO 100. Em atenção às Resoluções CNMP nº 164/2017 e nº 174/2017 e CSMPDFT nº 66/2005 e nº 78/2007 (e suas alterações) que tratam da tramitação de notícias de fato, procedimentos administrativos, preparatórios e inquérito civil, além da expedição de recomendações, assinale a alternativa correta:

a) A recomendação é um instrumento extrajudicial e coercitivo, destinado a persuadir o destinatário à prática ou abstenção de atos tendentes à melhoria de serviços públicos e de relevância pública ou o respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pelo Ministério Público, em caráter preventivo ou corretivo.

b) A recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, descritas de forma clara e objetiva, sendo apurado o atendimento pelo destinatário nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou notícia de fato em que foi expedida.

c) Os procedimentos administrativos que tenham por objeto a apuração de fato ensejador da tutela de direitos e interesses individuais indisponíveis devem ser arquivados no próprio órgão de execução, sendo dispensada a homologação pela Câmara de Coordenação e Revisão competente, se devidamente intimado o interessado da decisão de arquivamento não apresentar recurso.

d) A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 dias, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 dias. O/A representante do Ministério Público poderá colher informações preliminares imprescindíveis para instruir o feito, mediante a expedição de requisições.

e) A Câmara de Coordenação e Revisão competente não aquiescendo com a promoção de arquivamento decidirá pelo prosseguimento do inquérito civil ou procedimento preparatório, não podendo, contudo, designar outro membro para atuar no feito em razão do princípio da independência funcional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as Resoluções CNMP nº 164/2017 e nº 174/2017 e CSMPDFT nº 66/2005 e nº 78/2007 (e suas alterações).

A alternativa A está incorreta. O parágrafo único do art. 1º da Resolução CNMP nº 164/2017 prevê expressamente que a recomendação não terá caráter coercitivo. “Art. 1º A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas. Parágrafo único. Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e, assim, alcançar sua plena eficácia, a recomendação não tem caráter coercitivo.”.

A alternativa B está incorreta. O art. 8º e parágrafo único da Resolução nº 164/CNMP não prevê a “notícia de fato” na parte final do parágrafo único, tornando a alternativa incorreta. “Art. 8º A recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, indicando-as de forma clara e objetiva. Parágrafo único. O atendimento da recomendação será apurado nos autos do inquérito civil, procedimento administrativo ou preparatório em que foi expedida.”.

A alternativa C está correta. É o que prevê a Resolução CNMP nº 174/2017 no art. 13, caput e §§1º, 2º, 3º e 4º e a Resolução CSMPDFT nº 78/2007 no art. 4º, §4º. “Art. 12. O procedimento administrativo previsto nos incisos I, II e IV do art. 8º deverá ser arquivado no próprio órgão de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento. Art. 13. No caso de procedimento administrativo relativo a direitos individuais indisponíveis, previsto no inciso III do art. 8º, o noticiante será cientificado da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 (dez) dias. § 1º A cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. § 2º A cientificação é facultativa no caso de o procedimento administrativo ter sido instaurado em face de dever de ofício. § 3º O recurso será protocolado na secretaria do órgão que arquivou o procedimento e juntado aos respectivos autos extrajudiciais, que deverão ser remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, para apreciação, caso não haja reconsideração. § 4º Não havendo recurso, os autos serão arquivados no órgão que a apreciou, registrando-se no sistema respectivo.”. “Art. 4º. O Procedimento Administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12). [...] § 4º Na hipótese de procedimento administrativo que tenha por objeto a apuração de fato ensejador da tutela de direitos e interesses individuais indisponíveis, não tendo o interessado, após cientificado da decisão de arquivamento, interposto recurso no prazo de dez dias, o arquivamento do feito será realizado no próprio órgão de execução que a apreciou, dispensada a homologação pela Câmara de Coordenação e Revisão competente. (NR – Resolução nº 245, de 14/SET/2018).”.

A alternativa D está incorreta. A parte final do parágrafo único do art. 3º da Resolução CNMP 174/2017 estabelece que é vedada a expedição de requisições. “Art. 3º A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias. Parágrafo único. No prazo do caput, o membro do Ministério Público poderá colher informações preliminares imprescindíveis para deliberar sobre a instauração do procedimento próprio, sendo vedada a expedição de requisições.”

A alternativa E está incorreta. A Câmara de Coordenação e Revisão, nos casos em que não homologar a promoção de arquivamento, poderá sim nomear outro membro para atuar no feito, conforme determina o art. 16, II, da Resolução CSMPDFT nº 66/2005. “Art. 16. A Câmara de Coordenação e Revisão competente do Ministério Público, se não homologar a promoção de arquivamento, tomará uma das seguintes providências: [...] II – decidirá fundamentadamente pelo prosseguimento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, designando desde logo e diretamente outro membro para atuar no feito. (NR – Resolução nº 318, de 19/JAN/24).”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)